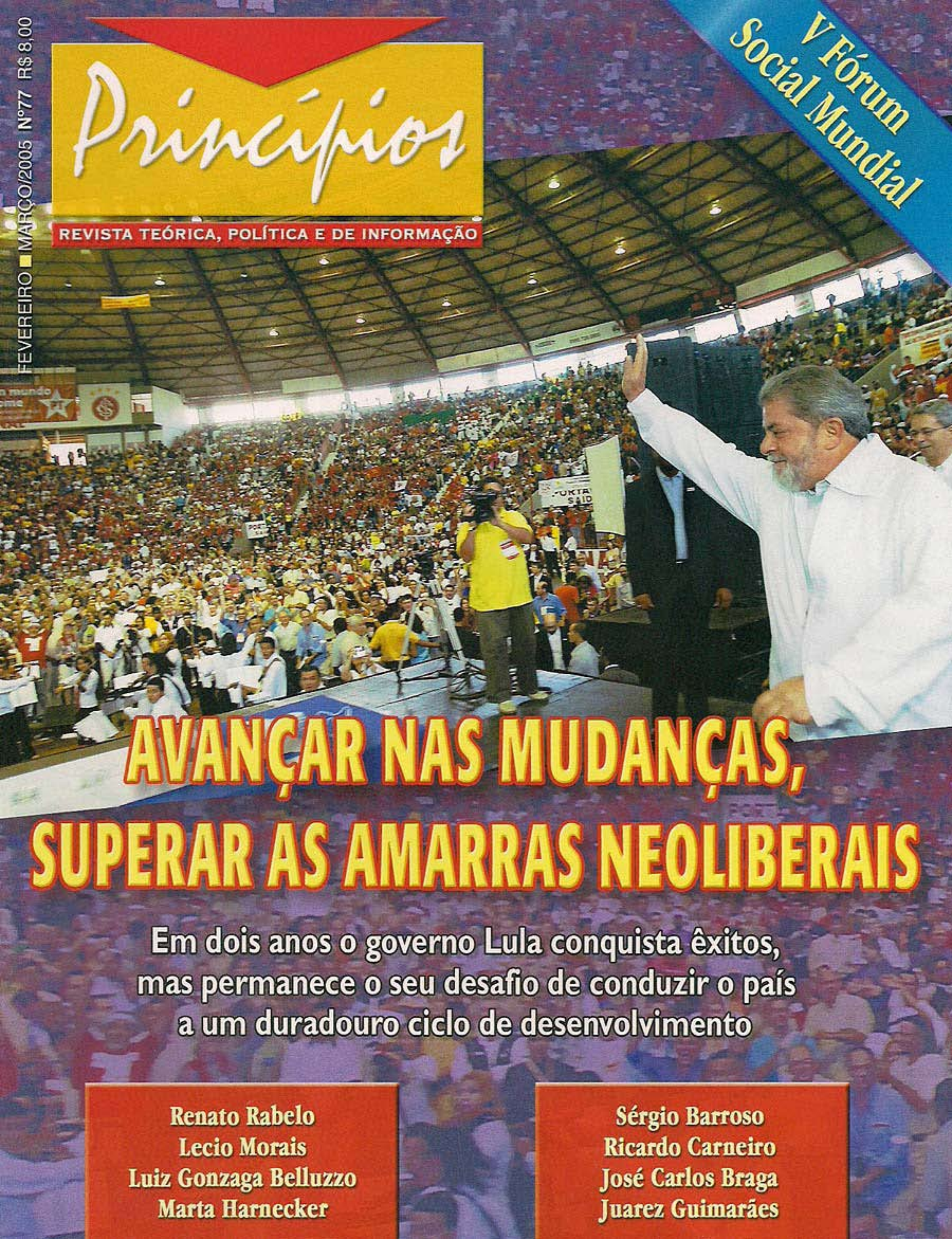


FEVEREIRO ■ MARÇO/2005 Nº77 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

V Fórum
Social Mundial



AVANÇAR NAS MUDANÇAS, SUPERAR AS AMARRAS NEOLIBERAIS

Em dois anos o governo Lula conquista êxitos,
mas permanece o seu desafio de conduzir o país
a um duradouro ciclo de desenvolvimento

Renato Rabelo
Lecio Morais
Luiz Gonzaga Belluzzo
Marta Harnecker

Sérgio Barroso
Ricardo Carneiro
José Carlos Braga
Juarez Guimarães



Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



Investimentos Potenciais
Acre e Região

www.ac.gov.br

Avançar nas mudanças: um país sem amarras neoliberais

A avaliação dos dois primeiros anos do governo Lula e de suas perspectivas suscitam acesas controvérsias. Nesse tiroteio de idéias, eivado de interesses políticos, não há neutralidade.

Dessa maneira, o primeiro parâmetro a ser sublinhado é o fato de o governo do presidente Lula ter inaugurado um ciclo político inédito na história brasileira. Houve uma ruptura – ainda que envolva numa série de contingenciamentos. Forças políticas novas e avançadas colocaram-se à frente de uma ampla aliança democrática e patriótica e venceram. Assumiram o governo da República.

Transcorrida metade de seu mandato, o governo Lula – em que pese insuficiências, contradições, equívocos e condicionantes negativos do quadro interno e externo – mudou o Brasil para melhor em muitos aspectos.

É, pois, um embuste o veredicto da oposição conservadora que alardeia o atual governo como uma continuidade piorada dos governos neoliberais de FHC. É, ao mesmo tempo, um equívoco voluntarista a sentença de correntes pseudo-radicais que atestam não ter havido mudança nenhuma.

O jovem governo, em apenas dois anos, soube superar, como disse o próprio presidente da República, os estragos do *Tsunami* que representou a era FHC. O país desacreditado e à beira da insolvência, levantou-se do chão.

A democracia – mutilada pelo autoritarismo dos tucanos – passou, novamente, a reger a vida nacional. Os movimentos sociais, com sua autonomia respeitada, progressivamente, robustecem suas lutas. Foram alçados ao *status* de prioridade programas sociais que objetivam minimizar a tragédia da miséria e da fome que aniquila dia a dia milhões de compatriotas.

Mas, talvez, até aqui, o feito mais relevante do governo tenha sido a implementação de uma política externa, diplomática e comercial, marcada pela altivez e pelo resgate da soberania e por estar a serviço do desenvolvimento do país.

Contudo, ao lado desse legado positivo o jovem governo, a partir do Ministério da Fazenda e do Banco Central, submete a dinâmica da economia nacional aos ditames de uma política macroeconômica conservadora e monetarista, de cunho neoliberal. O Brasil, hoje, para o aplauso dos especuladores, ostenta o primeiro lugar em juros altos. Os superávits fiscais elevados reduzem a capacidade de investimento do Estado e transferem grande parte do Orçamento da União para o pagamento da dívida. A política cambial freia as exportações.

Embora o Produto Interno Produto (PIB) tenha crescido 5,1% em 2004, houve, entre setores importantes da sociedade e do próprio governo, mais críticas do que comemorações. Há a convicção de que o Brasil poderia ter crescido em nível maior, caso a expansão econômica não tivesse sido travada pela política macroeconômica conservadora.

Este balanço que encerra conteúdos de avanços democráticos, conquistas sociais e patrióticas em confronto com amarras neoliberais que impedem o país de adentrar a um ciclo de desenvolvimento com patamares consoantes às necessidades e possibilidades de um país do porte do Brasil, indica que a luta entre a mudança e o continuísmo segue a reger a trajetória do governo Lula.

Princípios segue engajada na luta de idéias, no esforço de elaboração teórica que contribua para a vitória da mudança e para que se descortinem as bases e o caminho do governo Lula de implementar um projeto nacional-desenvolvimentista, assentado na democracia e na soberania, e que a riqueza dele proveniente seja canalizada para a distribuição de renda e a melhoria da vida do povo.

Comissão Editorial
revista.principios@terra.com.br

Superar a política econômica contracionista
Entrevista com Renato Rabelo.....**6**



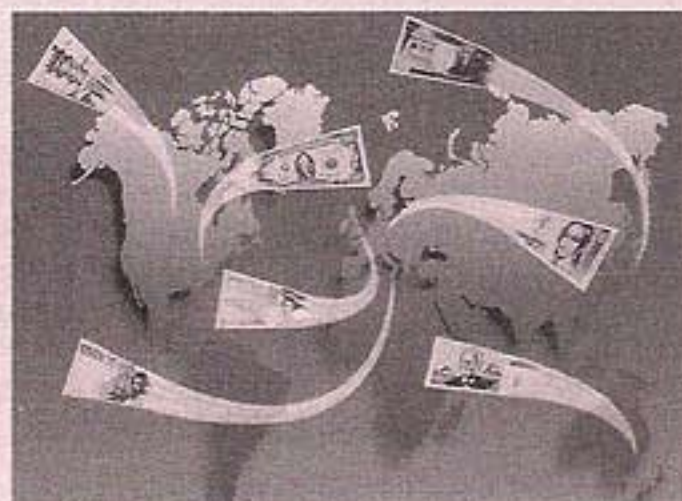
Uma crítica às teorias das alternativas ao neoliberalismo
A. Sérgio Barroso.....**11**

A oportunidade histórica da "Era Lula"
Entrevista com José Carlos Braga.....**32**

Política econômica e autonomia do Estado
Lecio Moraes.....**20**



O mito da conversibilidade ou moedas não são bananas
Luiz Gonzaga Belluzzo e Ricardo Carneiro.....**28**



Diferente do que era, aquém do possível, melhor do que parece
Juarez Guimarães.....**35**

V Fórum Social Mundial: um outro mundo, com paz e socialismo, é possível!

Ricardo Abreu (Alemão), Walter Sorrentino e Ana Maria Prestes.....**41**



Brutal e generalizada ofensiva contra os povos e nações
Socorro Gomes.....**61**

Cooperação e unidade contra o neoliberalismo
Partidos Comunistas da Europa e América Latina.....**63**

“O caminho é construir forças”
Entrevista com Marta Harnecker.....**66**

 INTERNACIONAL

 HISTÓRIA

A posse de Bush: novo momento da ofensiva imperialista e da resistência dos povos
José Reinaldo Carvalho.....**56**

Redemocratização: contradições contemporâneas
José Carlos Ruy.....**69**



 UNIVERSIDADE

“Não em nosso nome”
Noam Chomsky, Laurie Anderson e outros.....**59**

Anteprojeto de Reforma da Educação Superior: um novo rumo político
Madalena Guasco.....**75**

RESENHA.....**80**

MENSAGENS E REGISTROS.....**82**

Capa: Flavio Nigro/foto: Ricardo Stuckert

ENTREVISTA COM RENATO RABELO

Superar a política econômica contracionista

O presidente do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, fala sobre o balanço de metade do mandato do governo Lula e os desafios a serem enfrentados para que o país avance na direção da superação da herança neoliberal

POR ADALBERTO MONTEIRO E ELIAS JABBOUR



Ricardo Stuckert/PR

Que balanço o PCdoB faz dos dois primeiros anos do governo Lula?

Renato Rabelo – Na verdade, há dois balanços, pois temos de considerar o primeiro e o segundo ano. No primeiro, é justificável quando o governo diz ter encontrado uma situação gravíssima. Segundo o próprio presidente da República – um país com dívidas gigantescas. E o problema é que essas dívidas não geraram nenhum desenvolvimento; e o governo passado ainda vendeu boa parte das estatais. Ou seja, com dívida e venda das estatais sem desenvolvimento o país ficou quase estagnado.

Ora, esta herança é bastante pesada. Um problema estrutural sério, porque acabamos nos tornando um país com dívidas enormes, além do aprofundamento das desigualdades – historicamente uma realidade estrutural – e acrescida de uma série de problemas emergenciais: a segurança nas grandes cidades, a fome que, para um governo como o de Lula, é sempre uma questão sensível. O governo também teve de enfrentar a questão imposta em 2002 pelo FMI aos candidatos a presidente da República em relação a manter ou não o acordo. Esses problemas emergenciais e estruturais conformam uma série de questões de difícil resolução. O governo tentou enfrentá-las, procurando “arrumar a casa”.

Mas o problema é que o novo governo eleito nos marcos da institucionalidade vigente se constituiu num contexto de uma correlação de forças muito desfavorável, adversa. Apesar de ter sido eleito com 60% dos votos, a base que o apoiou não fez maioria no Senado nem na Câmara. A grande maioria dos governadores é da área conservadora, sobretudo nos grandes Estados.

Juntando-se a herança citada com a correlação de forças desfavorável, qual o governo real, concreto, que se forma em função disso?

Partindo dessa realidade, o governo eleito

significou uma ruptura política, porque novas forças políticas assumem o governo da República, mas não quer dizer que houve uma ruptura institucional nem uma viragem radical. Formou-se um governo concreto – que teve de compor com forças heterogêneas para formar uma base de apoio e de sustentação – em função de toda essa situação. O que marca é o fato de ser um governo democrático, constituído de forças plurais. Sua própria base de sustentação e de apoio é heterogênea.

Mas, o que vai caracterizando esse governo nesses dois anos? É um governo com uma face externa em que há um esforço de construir uma nova política externa mais afirmativa, em função dos interesses nacionais. Foi um grande êxito a paralisação da Alca e o objetivo central do Itamaraty de integração da América do Sul, sobretudo o relançamento do Mercosul. Isso tem um papel estratégico da maior importância – não é por acaso que os Estados Unidos tentam esvaziar esse papel protagonista que o Brasil procura jogar na América do Sul.

No nosso entender, com essa política ativa, afirmativa, o Brasil conseguiu relançar o Mercosul – e já vem conseguindo alguns êxitos –, apesar das pressões e das resistências, demonstrando que há grandes interesses envolvidos nessa questão. Mas, ampliou-se o Mercosul. Hoje ele é constituído por quatro países originais e mais seis parceiros, que aderiram agora – praticamente todos os países da região andina. Num primeiro momento: Peru, Bolívia e Chile; agora, na última reunião de Ouro Preto, Venezuela, Colômbia e Equador. Ou seja, está sendo posto em prática, portanto, esse objetivo de ampliação. Além do mais, isso tem sido a base para a formação da comunidade dos países da América do Sul – mais precisamente a Comunidade Sul-Americana de Nações.

Portanto, o Mercosul está servindo de base também para fortalecer essa perspectiva. Para nós

Foi um grande êxito a paralisação da Alca e o objetivo central do Itamaraty de integração da América do Sul, sobretudo o relançamento do Mercosul.

esse é um passo importante e o governo brasileiro joga um papel protagonista. No âmbito da OMC – onde há luta e disputa entre os países em via de desenvolvimento e as grandes potências capitalistas – o Brasil também teve um papel protagonista e uniu 20 países: o G-20. Não é uma questão qualquer. E as parcerias estratégicas que este país procura fazer com Índia, China, Rússia e África do Sul. Some-se a isso a diversificação de nosso mercado externo com a África e países árabes. Chama a atenção também que o peso relativo do comércio externo com os Estados Unidos está caindo – há dois anos atrás era de 26%, hoje é de 20% – e se amplia mais com a Europa, a China e o próprio Mercosul, onde a Argentina passou a ser um parceiro também importante.

Tudo isso resume uma política de fato afirmativa do Brasil. É o esforço de uma nova política externa.

Mas, em contraste com a política interna, o governo não reuniu convicções e condições para mudar a orientação econômica. Na realidade, uma orientação econômica que mantém o padrão da estrutura do sistema anterior, muito calcado nos interesses dos círculos financeiros e montado na década de 1990. O governo não conseguiu superar isso. A política que vem sendo adotada tem como núcleo “teórico” – entre aspas porque é uma justificativa – que o desenvolvimento sustentado no Brasil não poderia ser durante muito tempo acelerado. Seria, no máximo, um crescimento na ordem de 3 a 3,5% ao ano. Segundo os setores que defendem essa visão, é necessário também garantir a “estabilidade” com uma inflação que, para os padrões do Brasil, está fora da realidade – poderia ser um padrão europeu ou norte-americano. Em função disso, os juros de equilíbrio – fazendo parte também desse núcleo “teórico” – não podem ser menores do que os 9% reais. De onde eles tiraram isso? Aliás, há uma tese defendida pelo presidente do Banco Central sobre isso. Também é importante considerar que a forma de se resolver o problema da dívida, ou diminuir essa relação dívida líquida/PIB, tem sido exatamente com superávits fiscais primários altíssimos. Então, esse é o núcleo que vem sendo mantido na política econômica.

O PCdoB procura, embora integrante do governo, fazer suas críticas àquilo que para nós é um obstáculo para as necessidades de um desenvolvimento, hoje, voltado para as necessidades da nação e do povo. Essa é a crítica que temos feito. Porque o Brasil vai mostrando possuir um grande potencial de desenvolvimento, que pode abrir, talvez, um novo grande ciclo de crescimento. A realidade vai demonstrando isso. Só que, com essa política, esse ciclo pode ser contido e não se resolverão os grandes problemas, os grandes impasses históricos que o Brasil vive.

Portanto, esse também talvez seja o núcleo de nossa crítica, de forma mais imediata, a essa questão. Pode haver – já dissemos isso – um desenvolvimento nos dois anos que faltam para o governo (2005 e 2006). E vai haver desenvolvimento, objetivamente. Mas com essa política, será um desenvolvimento contido. E precisamos ver o que significa isso em médio e longo prazo, levando-se em conta um cenário internacional, hoje, ainda favorável, mas que condensa muitas incertezas.

Nesse sentido, o governo tem essas duas faces. Apesar de existirem – já entrando na face interna – círculos governamentais e, evidentemente, fora do governo, que procuram uma saída para um desenvolvimento mais alargado e criticam essa política contracionista, de cunho neoliberal. Existe esse movimento e, para nós, ele é importante porque vai pelo menos construindo – ou procurando construir –, na luta de idéias, uma alternativa. Essa tendência também é importante e nosso partido participa desse processo.

Nesse processo, há muitos dos problemas para a alternativa: é possível construir um desenvolvimento mais alargado, com essa situação em que há conta de capitais praticamente sem freio nenhum, sem regulamentação nenhuma? A dívida só pode ser resolvida com superávits, sem termos de enfrentar pelo menos uma renegociação? Porque isso pode levar, até mesmo na previsão deles, de 15 a 20 anos. Ou seja, não seria mais justo – nós acreditamos nisso – renegociar? Porque isso nos facilitaria abrir caminho para o desenvolvimento. Nós ganharíamos e, também, os próprios credores teriam uma situação mais sustentável no longo prazo. Temos de enfrentar a questão do investimento, com o financiamento que as condições

internas permitem. Há uma série de potencialidades para isso. Evidentemente, não vamos prescindir também do capital de fora – com base num plano de investimento etc.

Esse é o debate travado em círculos diferenciados. Dentro do próprio governo há setores defendendo medidas que, de uma certa forma, chocam-se com essa política mais contracionista – ou ortodoxa, digamos assim. Por exemplo, é importante o governo ter travado o processo de privatização, uma vez que no final do governo Fernando Henrique falava-se em privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e esse sistema Eletrobrás.

Há uma concepção diferente também das agências reguladoras. Quer dizer, a omissão do Estado foi barrada. Acabou prevalecendo um modelo energético em que o Estado joga um papel importante, central. E foi traçada uma política industrial e tecnológica, importante para um planejamento e desenvolvimento. O BNDES, com uma política mais voltada para o desenvolvimento – não como um banco de fomento como qualquer outro –, pelo menos prevalece aquilo que foi definido pelo Carlos Lessa, até agora. Isso se choca com o modelo anterior.

Portanto, nessas duas faces do governo – por isso é ainda contraditório – mesmo na interna, existe uma luta, uma disputa por um novo caminho, apesar de prevalecer essa política ortodoxa. No plano político, hoje, a grande questão é a base de apoio ao governo, por ser ainda muito precária – mostrando o quadro da correlação de forças que existe. O grande desafio é como recompor essa base. As eleições recentes, fato político importante, confirmaram o que chamamos de um certo equilíbrio de forças. O governo não demonstrou nesse pleito, como tendência, uma viragem dessa correlação de forças. Quando dizemos “equilíbrio” significa que aquela correlação anterior – que dizemos adversa – se manteve.

Com relação ao aumento da taxa básica de juros – que chegou ao patamar de 18,75% –, em fevereiro, a maior praticada no mundo atualmente, o PCdoB tem sido crítico categórico dessa política macroeconômica, segundo o senhor acabou de expor. Existe a possibilidade de um desenvolvimento sustentado no nível das potencialidades e necessidades do país dentro dos marcos dessa política?

Renato Rabelo – Essa é a questão. É como se nós, digamos assim, aprofundássemos nossa crítica ao governo com relação a sua orientação econômica. É exatamente esse o aspecto im-

portante do núcleo de que falamos há pouco – o “teórico” – dos setores conservadores. Essa elevadíssima taxa de juros demonstra isso, porque é um fator de contenção do desenvolvimento. E age como um fator contrário à grande questão colocada para nós para resolver o problema das duas décadas de estagnação por que passamos: Como retomaremos o desenvolvimento numa escala mais acentuada e ampla? Portanto, essa é questão-chave. Por isso, a alta dos juros é um terrível sintoma de uma polí-

tica com a qual, historicamente, podemos cometer um grande erro.

Hoje, essa alta passou a ser, de uma maneira geral, um assunto de muita gente. O povo se volta para isso. A elevação da taxa de juros todo mês é sempre comentada, debatida em todo o país – porque aqui está o problema central. Enfrenta-se a inflação com taxa de juros altíssima como se se quisesse matar um animal com uma bazuca. O estrago é muito grande. Ou seja, procura-se conter a inflação elevando a dívida. Com isso, gera-se uma situação muito precária, porque com juros muito altos fica mais difícil de se investir. É um círculo perverso. Trata-se de um sinal, um sintoma

Enfrenta-se a inflação com taxa de juros altíssima como se se quisesse matar um animal com uma bazuca. O estrago é muito grande.

– já percebido por todo o país –, como núcleo dessa política. Afeta os investimentos, eleva a dívida e, na realidade, não vai enfrentar de fato o problema da própria inflação. Porque essa inflação é de preço – administrado em grande parte pela elevação de preços do petróleo e dos serviços públicos com bases nos contratos firmados no processo de privatização etc. Ou seja, é o remédio errado.

Quem ganha com isso? Quem canta o nível da taxa de juros: a esfera financeira. E o Banco Central leva em conta isso e se choca, na prática, com aquilo que chamamos de esfera produtiva – que sempre critica tais aumentos. Esta última, exatamente, tem uma outra compreensão, segundo a qual, sem uma taxa de juros acessível o próprio desenvolvimento ficará bastante limitado. Isso é uma forma de educar e mostrar que essa política macroeconômica não tem fôlego. Por isso, também consideramos importante o debate e a luta contra esta taxa de juros, porque, de certa forma é um sintoma, é um sinal, de uma política contractionista.

No âmbito da esquerda brasileira, a par das justificadas esperanças, o governo Lula também suscitou ilusões. Os dois anos decorridos do mandato talvez já ofereçam os limites e as potencialidades desse governo. O neoliberalismo institucionalizado no país nos anos 90 pode realmente ser superado em quatro anos de governo Lula?

Renato Rabelo – A superação do neoliberalismo tem um sentido de superação do próprio capitalismo. O que é neoliberalismo? É o padrão moderno de acumulação do capitalismo. Historicamente, o liberalismo é o que prevaleceu do capitalismo. Para superarmos o neoliberalismo precisamos reunir forças e convicção, porque de uma certa forma isso tem um sentido anticapitalista. Hoje essa luta se choca com a força dominante que impõe a lógica do capitalismo – o capital financeiro, a oligarquia financeira. Então, essa não é uma questão simples.

Pelo nosso entender, em quatro anos é muito difícil se superar no sentido pleno o neoliberalismo.

Podemos começar a criar condições para redirecionar essa política de base neoliberal. Redirecionamento esse que leva em conta flexibilizar, pelo menos, uma série dessas questões mais agudas. Portanto, é um processo que, talvez, nos quatro anos, não chegue a se completar; porque, no fundo, precisamos reunir condições políticas e de convicção no governo e no seio da nação, da sociedade, para essa superação de fato se realizar.

O PCdoB, do ponto de vista da base de sustentação política, desde há muito defende o governo de coalizão. Nesse sentido, como o PCdoB analisa uma possível reforma ministerial a ser anunciada em breve?

Renato Rabelo – Segundo nossa compreensão, esse governo – em função da realidade política existente e do quadro de forças apresentado –, para que obtenha possibilidades de êxito, não pode ser um governo de um partido só, ou voltado simplesmente para determinados grupos políticos. Tem de ser de coalizão, uma frente ampla de fato.

Nesse sentido, há uma compreensão, talvez crescente, do próprio presidente da República, de que o governo deve caminhar para obter uma marca de governo de coalizão. Essas reformulações ministeriais são necessárias, como uma forma de sinalizar esse rumo – a que boa parte da grande imprensa tenta passar como puramente fisiológicas. Com relação a isso, cada partido tem seus interesses.

Por que no Brasil seria fisiológico? Porque é uma forma de desmoralizar os partidos. Pode haver pessoas com interesses muito imediatos, mas, na realidade, um partido oferece apoio ao governo desde que tenha participação nele – e isso é universal.

Portanto, as reformulações ministeriais se voltam para isso. Segundo o próprio presidente Lula, o objetivo do governo é de pouco a pouco se tornar um governo de coalizão.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios e Elias Jabbour é geógrafo e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Uma crítica às teorias das alternativas ao neoliberalismo

Os processos de liberalização e desregulamentação financeiras, liquidadores da capacidade de realização de políticas econômicas autônomas, instauraram um outro estágio da dependência latino-americana

A. SÉRGIO BARROSO

Emergiu da devastação e do saque⁽¹⁾ neoliberal que varreram nosso continente nos últimos 20 anos, aproximadamente – uma formidável e persistente rebelião sócio-política. Trata-se, sim, de um movimento de largo alcance histórico.

Com formas e ritmos diferenciados, as lutas de classes na Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina, Equador, Colômbia, Equador, Bolívia, especialmente,

representam hoje o principal fenômeno internacional a amalgamar reforma e revolução – nas multifacéticas configurações dos combates antiimperialistas. Por outras palavras, de maneira discernível, em nossa América conflagram-se batalhas pela conquista da afirmação da soberania das nações, por recomposição dos direitos sociais usurpados e por novas formas de participação política popular. Retorna à ordem do dia a problemática dos caminhos

da nova independência latino-americana.

O já prolongado enfrentamento das lutas das massas nos obriga a recordar os processos de impeachment sofridos pelo ex-presidente Collor, no Brasil, e de Andrés Pérez, na Venezuela, logo no início dos anos '90. A primeira grande "farra" de corrupção dos neoliberais foi, então, interrompida por graves crises políticas, simultaneamente a portentosas mobilizações populares.

Claro está que nada tendo isso a ver com o espontaneísmo de cariz basista nos "movimentos sociais" – bem ao contrário, foram episódios politiza-



Atílio
Boron

dos, cujo alvo era o poder, numa postura de rebeldia contra a fraude neoliberal das promessas de uma nova etapa de desenvolvimento. Mentiras a seguir desmoralizadas pela faceta cruel do neoliberalismo: desemprego explosivo, alastramento da pobreza e da miséria, desnacionalização, crescimento do endividamento externo e público, além de um (desigual) processo de desindustrialização de países da região.

O fato é que os processos de liberalização e desregulamentação financeiras, liquidadores da capacidade de realização de políticas econômicas autônomas, instauraram um outro estágio da dependência latino-americana. E, algo intrigante: ao lado disso, como seu par, o mundo passou a vivenciar o belicismo covarde das "guerras preventivas" decretadas pela Casa Branca.

Dessa maneira, nos últimos anos, notadamente após a eleição do governo Lula (2002), a sistematização de estratégias alternativas ao neoliberalismo na região passou a merecer maior atenção de intelectuais progressistas⁽²⁾, cujos ensaios possuem contornos de teorias. Debatamos, então, a respeito disso, as questões mais relevantes.

Boron: do fantasma do espontaneísmo à idealização do PT

Em seu estudo, o destacado sociólogo argentino, Atílio Boron, afirma que foram constituídos governos na América Latina "vagamente" progressistas ou de centro-esquerda, posteriormente à "derrubada de sucessivos governos" no Peru, Equador, Argentina e Bolívia. Isso, depois do "fracasso do neoliberalismo", após sua "prolongada hegemonia".

A respeito da nova situação em Brasil, Venezuela e Argentina, segundo Boron, as mudanças se processam no terreno "brando do discurso e da retórica, e não no mais duro e áspero das políticas econômicas"; considera, entretanto, ser errôneo subestimar o alcance das mudanças.

Em sua análise acerca das determinações do novo quadro regional, quatro questões chamam a atenção:

- ter-se produzido o fracasso econômico do neoliberalismo, gerador de "novos atores sociais", da emergência de outras forças sociais e políticas (camponeses e indígenas de Brasil, México, Equador e Bolívia), bem como a contestação ao modelo pelas camadas médias;

- ter ocorrido o que denomina de "fracasso dos capitalismo democráticos" na região;

- paralelamente a um processo que alimentou a "crise que se abateu sobre os formatos tradicionais de representação política", na medida em que apareceu – diz Boron – "a nova morfologia do protesto social", para ele evidente "sintoma de decadência dos grandes partidos políticos populistas e de esquerda"⁽³⁾;

- e, ainda, a "globalização das lutas contra o neoliberalismo", as quais, de acordo com o professor argentino, sofreram rápida difusão "a partir de iniciativas que não surgiram nem de partidos nem de sindicatos"; exemplificada com a "declaração de guerra" do zapatismo mexicano ao neoliberalismo, e o "incansável" trabalho do MST brasileiro que, segundo assevera Boron, é "outra organização não-tradicional"⁽⁴⁾.

Mas quais são, digamos, as suas principais teses (sobre e) para a esquerda latino-americana?

Primeiro, de que existe, no caso do governo Lula, "a maldição do possibilismo conservador", onde –

isto significando “o pensamento único” –, decreta que “nada pode mudar” (p. 5). O que não quer dizer que atualmente haja condições objetivas e subjetivas para a revolução – há impossibilidade, diz ele –, tanto no Brasil como em toda a região latino-americana. Assim, o que, porém, acontece é que há extinção dos “impulsos reformistas” e “capitulação” dos seus governantes.

Em segundo lugar, conforme consideração de Boron, pelo fato de o PT ser “uma das construções políticas mais importantes em nível mundial”, resulta que a experiência brasileira – com um ano e meio de governo, assinala – comprova, “dolorosamente”, que nem uma “liderança respeitável”, tampouco “um grande partido de massas”, garante rumo correto ao governo⁽⁵⁾.

Em terceiro, ele frustra completamente seus leitores ao não apontar qualquer estratégia para a esquerda transitar – ao que denomina “pós-neoliberalismo”. Com efeito, suas recomendações são para que a esquerda, atuante na oposição, deva “honrar a proposta gramsciana de construir partidos, movimentos, e organizações genuinamente democráticas e participativos”. Quanto à esquerda participante dos governos recentes, Boron recomenda – expressamente para o caso brasileiro –, que se construa “o poder político suficiente como para ‘governar bem’”, devendo-se compreender que “honrar o mandato popular” significa “pôr fim ao pesadelo neoliberal e avançar na construção de uma sociedade diferente” (p.9).

Convenhamos, isso não é bem estratégia para – como ele propõe –, superar “os desafios da hora atual” (p. 9). Tal argumento Boron repete no artigo “Raices de la resistencia al neoliberalismo” (28/1/2005, www.rebellion.org).

Esquerdismo e anarquismo em James Petras⁽⁶⁾

Marcado por uma análise acentuadamente vo-

luntarista, de “Neoliberalismo y política de clases en América Latina”, de James Petras, pode ter assim resumidos os pressupostos interpretativos:

- A hegemonia imperial é estabelecida sobre a classe dirigente e seu aparato estatal, e não simplesmente pela persuasão “como sustentam muitos presunçosos neogramscianos”, e sim por interesses econômicos e inimigos definidos;

- na “Ibero América”, a “classe político social” [?] crucial que entra para exercer o poder é a “pequena burguesia”, por meio de seu aparato eleitoral de partido, seu papel na burocracia estatal e nas organizações civis, seus estreitos laços com a burocracia sindical, as Ong’s e os “movimentos sociais”;

- de posse de uma “retórica populista de ataque ao neoliberalismo e à globalização”, um “servilismo incondicional aos processos eleitorais”, a pequena burguesia exerce “realmente a hegemonia sobre setores importantes das massas durante período mais ou menos longo”;

- quer dizer, o processo de dominação do imperialismo, na época do neoliberalismo, na América Latina, funciona mais ou menos assim: “A classe imperialista [?] estabelece a hegemonia sobre a classe dirigente; a classe dirigente exerce hegemonia sobre a pequena burguesia e esta mantém influência sobre setores de liderança dos movimentos sociais e populares” (p. 2-4).

Caracterizando a temática do neoliberalismo, segundo Petras, durante a década de 90 os fracassos econômicos dos “regimes neoliberais” criaram a base popular para uma nova onda de “movimentos sociais radicais”, substituindo a “geração anterior de “partidos eleitorais” de centro-esquerda e antigos radicais como “principais opositores ao imperialismo”, enfatiza.

Assim, neste aspecto, de maneira similar a Boron, para Petras, a organização indígena equatoriana CONAIE, o MST no Brasil, os cocalciros na Bolívia, os piqueteiros na Argentina e os zapatistas no Mé-

Caracterizando a temática do neoliberalismo, segundo Petras, durante a década de 90 os fracassos econômicos dos “regimes neoliberais” criaram a base popular para uma nova onda de “movimentos radicais”.

xico, vinculados a movimentos urbanos, é que desafiaram as políticas neoliberais, chegando “em alguns casos a derrubar regimes”; através de sua “ação direta extraparlamentar”, obtendo apoio de uma minoria de sindicalistas nas cidades.

Mas segundo o norte-americano, a resposta dos EUA foi a aceleração da militarização regional e a “cooptação de uma nova geração de políticos de centro-esquerda a serviço de seus planos neoliberais”. E se até o momento os objetivos estratégicos da militarização não foram alcançados, para Petras, “paradoxalmente” há êxitos táticos, com Washington apoiando políticos de centro-esquerda e produzindo “várias vitórias estratégicas no Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Equador e – adianta Petras – muito provavelmente no Uruguai no futuro próximo” (p. 11).

Pior ainda, Petras trafega do uso de categorias de fundo anarquista – “ação extraparlamentar direta” – à desonestidade intelectual: Lula proporciona “um regime dos sonhos” aos EUA”, entre outras coisas, “negociando a Alca, dirigindo a ocupação militar de Haiti para apoiar o regime títere imposto pelos EUA”. E afirma sem cerimônias que o governo Lula “congelou o salário abaixo do índice da inflação e ampliou as privatizações para que se incluía a infra-estrutura básica”(7). Enquadra, igualmente, o presidente argentino Nestor Kirchner, como um “conservador moderado”; e diz que o líder



James
Petras.

cocaleiro e deputado Evo Morales se vendeu, explicitamente, ao presidente boliviano Carlos Mesa, quem “assegurou o apoio a Morales para consolidar seu regime com a promessa de futuras eleições presidenciais”; e que este “facilitou a repressão”, apoiada pelo embaixador dos EUA, que matou e feriu “dezenas de camponeses”, na medida em que teria,

propositalmente, descentralizado a oposição em sindicatos locais (p. 12).

No pensamento do norte-americano, há um movimento imperial de nova divisão do mundo, da América Latina, com o “reavivamento do imperialismo europeu, do japonês” e do “recém-emergente imperialismo chinês”; que isto é um “avanço teórico – dele, claro – e empírico para clarificação da natureza das relações interestatais e de classes” (p. 13-14). Por isso, o Brasil “será a primeira colônia conjunta das duas potências (EUA e UE) imperiais principais”, dirigido por Lula, que ele alça a porta-voz da “Nova Direita” pró-imperialista (p. 16).

Mas qual a estratégia (contra tanta desgraça) vislumbrada por Petras? “São os movimentos nacionais de resistência popular e o potencial de insurreição dos movimentos das classes populares”, não esquecendo o fato de ele misturar tudo isso a um envolvimento – irresponsável – dos “regimes revolucionários socialistas como Cuba e governos nacionalistas como Venezuela” (idem).

As idéias defendidas nesse documento por James Petras são auto-explicativas. Trata-se, sem dúvida, de um sociólogo movido a uma retórica sectária – algo deliróide –, de um intelectual indiferente às verdades históricas.

Lucidez e conformismo na teoria de Marta Harnecker

As preocupações com a nova situação internacional, o neoliberalismo e o posicionamento da esquerda latino-americana já tinham sido objeto (ver nota 5) de um denso livro, pela conhecida teórica marxista, a chilena Marta Harnecker. “Sobre la estrategia da izquierda em América Latina”; dando-lhe continuidade e, sinteticamente, devemos apreender desse trabalho os seguintes lineamentos:

- chegamos ao fim de ciclo das revoluções antiimperialistas;
- são grandes as dificuldades para uma vitória num período ultraconservador;
- é necessário concentrar os esforços nas lutas antineoliberais, e não em lutas antiimperialistas ou anticapitalistas e privilegiar os espaços locais para acumular forças (g.n.);

- há que propugnar por alianças amplas.

Como ela mesma busca explicar sua teoria, esquerda não se reduz àquela que milita em partidos políticos ou organizações políticas de esquerda: “inclui atores e movimentos sociais”. E nos novos tempos de imperialismo e globalização temos de “reconhecer o novo”, pois o único caminho para a transformação social profunda “é evitar cair numa atitude nostálgica para com o passado e – partindo de uma realidade nova que estamos inseridos – decidirmos construir criadoramente o porvir” (p.2).

Ao assegurar possuir sérias discrepâncias conceituais com James Petras – que acha “suspeitos” os que identificam mudanças importantes –, Harnecker considera “irrefutável que algo novo tenha se passado a partir do momento em que, graças à revolução da informática, se revolucionou o sistema mundial de comunicações”. O que é gerador de um outro “fenômeno novo” na dinâmica do capitalismo, vez que numa unidade de tempo real em escala planetária, milhões e milhões de dólares são transacionados em segundos através de circuitos eletrônicos. Além disso, “algo qualitativamente novo” ocorre igualmente no terreno da produção e dos serviços, com a “internacionalização do próprio processo de produção”, ou o deslocamento da produção para vários lugares (p.3).

Harnecker – ao contrário de F. Chesnais (1996), para quem há fabricação ideológica pelas universidades norte-americanas no uso do termo “globalização” – afirma que “nem por isso temos de rechaçar” a denominação, pois ela “dá conta” dos novos fenômenos das últimas décadas, característicos de “uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo” (p. 4)⁽⁸⁾. E destaca, com razão, a importância da retaguarda estratégica representada pelo campo socialista, inclusive para a consolidação da revolução cubana, na época da bipolaridade mundial.

Na argumentação da questão crucial (o fim da era das revoluções antiimperialistas), a autora defende que, com o fim da URSS, em 1991, produziu-se uma drástica alteração na correlação mundial de forças, advindo uma era de unipolaridade militar norte-americana, além da econômica, política e cultural. Neste quadro, os movimentos armados ficaram sem retaguarda e a maioria deles se viu obrigada a buscar saídas negociadas para pôr fim aos enfrentamentos militares, que perduravam já por mais de uma década (p.5).

Mas Harnecker insiste em aclarar seu ponto de vista sobre o assunto, e defende a tese de que “estou pensando na possibilidade do triunfo antiimperialista em um de nossos países em forma isolada. A luta – prossegue ela – antiimperialista, que a meu entender hoje não é outra coisa senão a luta contra a globalização neoliberal”, só pode avançar “caso haja confronto como uma resistência global” e no caso concreto da América Latina, com a articulação dos países mais fortes: Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia. E conclui com nitidez:

Harnecker insiste na capacidade de articulação de países, como questão fundamental, destacando a necessidade da aliança entre os governos de Lula e Chávez.

“O que chegou, então, a seu fim foi a era das revoluções nacionais antiimperialistas; não a das lutas de toda uma região articulada” (idem, g. da autora).

Ainda para a marxista chilena, a verdadeira estratégia política da esquerda latino-americana, para o período atual exige uma ampla frente antineoliberal. Ou a conformação de um “bloco social alternativo”, que agrupe a classe operária urbana e rural, os setores populares mais pobres e marginalizados, a convocação das camadas médias empobrecidas, pequenos e médios empresários e comerciantes, os trabalhadores informais, os produtores rurais médios e a maioria dos profissionais, os desempregados, os cooperativistas, os aposentados, a polícia e os sub-oficiais do exército e subordinados. Nesse bloco caberia também a bur-

guesia com contradições com o capital financeiro, porém, não portadora de um projeto próprio de desenvolvimento nacional, entretanto capaz de inserir-se num “projeto nacional popular” a partir de uma política creditícia, de ampliação do mercado interno e por políticas sociais do governo.

Harnecker insiste na capacidade de articulação de países, como questão fundamental, destacando a necessidade da aliança entre os governos de Lula⁽⁹⁾ e Chávez; onde o Brasil depende muito mais que a Venezuela do capital financeiro interna-



Marta
Harnecker.

cional; que o PT é minoria no Congresso, nas prefeituras e em governos-chave; que o presidente venezuelano compreende muito bem o papel da politização das massas, devendo ele ser seguido como exemplo.

Finalmente, a intelectual chilena enfatiza aquilo que constitui uma das suas teorizações mais trabalhadas nos últimos anos: a participação nos governos locais para o êxito da sua estratégia por ele defendida. Assim:

“Os governos locais em mãos da esquerda poderiam ser excelentes espaços para levar adiante processos de construção alternativos, deveriam ser transformados; deveriam ser transformados em vitrine que demonstrem praticamente de um projeto político-social diferente” (p. 8).

Alguns comentários

Nesse campo do debate de idéias, nossas preocupações devem rechaçar as abstrações voluntaristas, o desconhecimento dos descompassos originados da derrota estratégica sofrida pelo socialismo. Derrota esta que aponta trilhas novas para o alcance da sociedade superior.

Devemos, então, equacionar a correlação entre

questão nacional e as forças opositoras ao programa neoliberal, a afirmação inarredável da necessidade do instrumento-forma partido revolucionário (comunista), e do enfrentamento dos dilemas do desenvolvimento na época do capitalismo oligopolizado e “financeirizado”.

Por exemplo: sabendo-se que na Argentina existem hoje, em plena atividade, o Partido Comunista da Argentina, grupos trotskistas ultra-sectários de cores variadas, uma vertente socialdemocratizante que se agrupou em torno da Frepaso, e uma verdadeira escola de samba (com alas a gosto do freguês) resultante das subdivisões do justicialismo peronista, por que então se professar um verdadeiro culto aos “piqueteros”, ao MST? Por que também – na rapidez de um raio – vai-se da idealização do PT brasileiro ao criticismo da desilusão?

Ora, sejamos francos: do ponto de vista teórico-político, quem acha mesmo que poderemos construir uma alternativa sustentável ao neoliberalismo (doutrina do capital financeiro do nosso tempo), no sentido de uma transição progressista na perspectiva histórica do socialismo, a partir de uma organização de desempregados (por mais importante que seja, como no caso argentino); ou de um corajoso movimento de massas, cujo móvel central é a luta pela Reforma Agrária no Brasil; ou de um partido, inegavelmente importante, que foi progressivamente transladando à ideologia de um tipo de social-democracia da periferia capitalista, repleto de tendências, e em cuja história e teoria originárias, pretextando o combate ideológico ao “populismo”, e/ou fazendo a crítica à regulação social estatal, foi penetrado por concepções do velho liberalismo.

Noutras palavras, essas concepções de movimentos e partido poderiam ser depositárias da direção construtora da alternativa de transformação social? A larga experiência do movimento comunista e revolucionário responde taxativamente não. E se não é de direção da construção estratégica não serve para muita coisa, pois caímos novamente no espontaneísmo.

Sobre esse candente assunto, como notou W. Sorrentino (2005), a realidade atual e seu impacto na consciência e identidades sociais e de classe é duramente afetada pela negação do que é entendido

como paradigma da revolução social das primeiras experiências socialistas:

“Aqui atua a crise da teoria revolucionária: faz falta uma consciência mais elevada, que capte a realidade em seus movimentos contraditórios”. Eis a questão. Até porque o Partido Comunista “não se contrapõe a movimentos, pelo contrário, se alimenta deles” (Sorrentino, idem, p. 2).

De outra parte, ela – a tradição revolucionária – aponta a necessidade impostergável para a conformação de uma ampla coalizão de forças políticas e sociais, com ativo protagonismo do proletariado e suas representações classistas, que coloque no centro as mediações táticas e estratégicas da questão nacional. Aliás, como disse bem a propósito Renato Rabelo, presidente do PCdoB:

“Trata-se de modificar o balanço de forças em favor da alternativa ao neoliberalismo, em um país ainda submetido a uma herança de dependência estrutural ao grande capital financeiro transnacional” (“Os desafios do socialismo na atualidade”, janeiro de 2005).

Envolto em notória precipitação analítica, o importante pesquisador argentino tem, de uma parte, falsas expectativas sobre a natureza, limites e possibilidades do governo Lula – que, aliás, nada tem de “vagamente” progressista ou de centro-esquerda: a hegemonia política no governo de forças como o PT, o PCdoB, do PSB, a exemplo, não permite, nessa questão, o escapismo; hegemonia esta fundamental e que ajuda a iluminar o significado e a importância da aliança com um PT contraditório no enfrentamento à política econômica liberal, dentro e fora do governo Lula.

De outra parte, Boron critica a esquerda em geral *vis-à-vis* a uma nebulosa apologia do espontaneísmo⁽¹⁰⁾ dos movimentos populares e seu potencial estratégico. Depois lamenta que um líder incontestado como Lula e um grande partido de massas, o PT, não garantem “rumo correto” ao governo. Claro que não garantem! Esta é também

uma forma de espontaneísmo: fingir que aparência é essência.

Questão essa que reaparece de maneira grave no texto citado de Boron, sobre o Que Fazer?, quando escreve reclamando da não existência de um tal partido de novo tipo:

“se bem que existem elementos embrionários “de novo tipo” em alguns partidos políticos e movimentos sociais, incluindo o ‘movimento de movimentos’ que resiste à globalização...” (Boron, idem, 9/2004, p. 29, g. n.).

Sob outro ângulo – e contrariamente ao costumeiro ceticismo de cátedra –, poucos dias atrás, 17 partidos comunistas da Europa e América Latina (incluindo o PC de Cuba), presentes ao V Fórum Social Mundial, declararam, ao focar a problemática da ampliação do Mercosul e as perspectivas integradoras da América do Sul:

“A instauração de governos progressistas no Brasil, na Venezuela, e agora a conquista do governo pela Frente Ampla do Uruguai, bem como o desenvolvimento das lutas populares na Argentina, na Bolívia, no Peru, no Equador e Colômbia, abriram um novo caminho e novas perspectivas” (Seminário de Partidos Comunistas da América Latina e Europa, janeiro/2005).

A declaração dos comunistas é um antídoto contra os clichês simplificadores – “capitulação”, disse o professor argentino –, um alerta a quem não enfrenta a questão da historicidade da tática concreta, sobre a qual ensinou-nos brilhantemente Lênin (1982) em seu poderoso *Karl Marx*. Notável: quem superestima as derrotas eleitorais das forças neoliberais também não percebe que o vice-presidente de Lula, e ministro da Defesa, José Alencar, é o maior empresário têxtil do continente e o maior crítico da política de juros altos. O que bastaria para caracterizar o governo Lula como de centro-esquerda, e expressamente dual, como interpreta corretamente a pesquisadora Marta Harnecker.

Os processos transformadores dependem da deflagração de profundas mudanças e de acontecimentos em escala mundial, mas o curso revolucionário se dará nos marcos das realidades de cada país.

Harnecker, uma profunda conhecedora da realidade latino-americana, a nosso juízo, interpreta de maneira materialista e dialética: a) o caráter amplamente desfavorável da atual correlação mundial de forças; b) a necessidade de agrupar países para o enfrentamento da política imperialista dos EUA na América Latina; c) sobre a importância histórica para as mudanças na correlação de forças na região, a partir das vitórias e a constituição dos governos de Chávez e de Lula; d) quando propugna por um governo de amplas forças políticas e sociais para levar adiante a luta contra o imperialismo e a poderosa dominância do capital financeiro internacional.

Infelizmente, não podemos concordar com sua enfática opinião, exposta naqueles textos, de que estamos vivenciando o fim de ciclo das revoluções antiimperialistas ou o “fim da era das revoluções nacionais antiimperialistas”. Tampouco com a separação feita por essa estudiosa chilena, afirmando que as lutas antineoliberais não são – o mesmo que, ou não integram – as lutas antiimperialistas atuais.

Primeiramente porque, novamente em nosso modo de ver, consideramos essa tese como essencialmente antileninista. Não há qualquer indício de que as assimetrias no sistema de relações internacionais de poder – brutalmente amplificadas com o advento da globalização neoliberal (e especialmente financeira) –, impeçam processos revolucionários nacionais antiimperialistas. Isto seria condenar os elos frágeis de todo o sistema capitalista periférico, heterogêneo e subdesenvolvido,

a promover uma futurística unificação, ou construir blocos regionais para, ninguém sabe quando, processar revoluções antiimperialistas em “bloco”. Seria igualmente abastardar o desenvolvimento das consciências nacional, social e política dos povos periféricos, impedindo-os de exercerem suas forças liberadoras internas e de utilizarem todas as formas de lutas para limitar e derrotar a expansão imperialista.

Exemplo original nessa nova quadra histórica e que combina aliança para integração sul-americana e afirmação revolucionária democrática e antiimperialista é o da Venezuela Bolivariana.

Exatamente a esse respeito, Renato Rabelo declarou recentemente:

“(…) os processos transformadores, revolucionários, dependem da deflagração de profundas mudanças e de grandes acontecimentos em escala mundial, mas o curso revolucionário se dará nos marcos das realidades específicas, peculiares, de cada país” (Rabelo, *idem*).

Por outro lado, precisamente por ser o processo de “financeirização” da riqueza capitalista que comanda a dinâmica e o ritmo da acumulação, da determinação do investimento e da distribuição de renda, subordinando todas as outras formas de capital à oligarquia financeira, nos parece impossível dissociar a ação imperialista global do programa doutrinário neoliberal.

A. Sérgio Barroso é médico, mestre em economia pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

(1) O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional revelaram recentemente que, em pouco mais de duas décadas, os países da América Latina transferiram aos centros capitalistas de poder, nada menos que US\$ 2, 5 trilhões para pagamento da dívida externa, em fugas de capital e pelo diferencial de preço de venda de matérias primas (Bolpress/Rebelión, 21/12/2004).

(2) Referimos-nos aos estudos específicos de autores não brasileiros: “La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos” (11/8/2004), de Atilo Boron; “Neoliberalismo y política de clases en América Latina” (9/2004), de James Petras; e “Sobre la estrategia de la izquierda en América Latina” (6/10/2004), de Marta Harnecker. Os artigos/ensaios foram publicados em www.rebelión.org, e a numeração das páginas citadas se inicia pela página de rosto.

(3) No mínimo intrigante a enorme insistência de Boron em suas pesadas críticas contra a esquerda, indistintamente: ao lado da apologia das “novas formas de luta e movimentos de protesto social”, ele alinha a “baixa relevância das tradicionais variáveis classistas”, a “inadequação dos partidos políticos e sindicatos”, com “esclerose de suas estruturas e práticas organizativas”, e o “anacronismo de seus discursos e estratégias de comunicação” (p. 4).

(4) Sabe-se há anos que o zapatismo do “subcomandante Marcos” tem sido duramente criticado e desacreditado exatamente por defender a recusa da conquista do poder político: é assumidamente “antipoder”! Sabe-se também que o combativo MST tem entre seus principais quadros antigos militantes e dirigentes do PT – o que deve distingui-lo, a grande distância, das organizações de massas “economicistas”.

(5) Cabe aqui, perfeitamente, a advertência feita pelo escritor português Miguel Urbano, quando, num Prefácio ao importante livro de M. Harnecker – *Tornar possível o impossível. A esquerda no limiar do século XXI* (2000) –, critica a autora por defender o direito de tendência nos partidos de esquerda em geral, bem como “a visão idealista do Partido dos Trabalhadores” (p.p. 21-22) de Harnecker – ardorosa entusiasta do “orçamento participativo” em Porto Alegre. O professor Boron, ao omitir o predomínio ideológico social-democrata no PT, idealizara e alimentara falsas expectativas.

(6) Para Petras: “Muitos autores de esquerda repetem continuamente os chavões sobre ‘uma crise capitalista mundial’ a despeito de sólidos dados indicando um desempenho vigoroso das principais multinacionais norte-americanas (e européias), bem como expressivas taxas de crescimento na economia dos Estados Unidos” (Petras, in: *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*, Vozes, 2000, p.p. 10-11). A pretenciosa formulação é uma das maiores bobagens ditas nos últimos 30 anos sobre a dinâmica do capitalismo: em 2001 a recessão nos EUA empurrou a UE e o Japão a uma estagnação sincrônica, configurando uma crise cíclica no centro do capitalismo.

(7) Tudo isso afirmado por James Petras, sabemos, é solene mentira. Mentiras aos borbotões que se repetem em um artigo seu posterior e provocativo, intitulado de “O segundo ano de Lula: aprofundamento e extensão do neoliberalismo” (23/7/2004, www.rebellion.org).

(8) Se prestasse um pouco mais de atenção às palavras de Henry Kissinger, Harnecker seria, em primeiro lugar, mais cuidadosa: “O desafio básico é que a chamada globalização é realmente um outro nome para o papel dominante dos Estados Unidos”, ironizou ele em palestra no Trinity College, Dublin, 12/Out/99 (in: www.resistir.info).

(9) Marta Harnecker é explícita: “o futuro do governo de Lula – governo que está em disputa entre as forças que realmente querem uma transformação dessa sociedade e aquelas que crêem que não há outra alternativa que se subordinar às exigências do capital financeiro internacional – dependerá em grande medida da capacidade que tenha o movimento popular de se organizar... [para] inclinar a balança para o lado das forças progressistas” (p. 7).

(10) Num caminho perigoso, no texto “Estudio introductorio. Actualidad del Qué hacer?” (9/2004, www.rebellion.org), que visa à defesa de aspectos dessa obra de Lênin, insiste no discurso Boron: “os arraigados prejuízos que prevalecem na esquerda latino-americana no momento atual”; “só dizer que há uma crise da ‘forma partido’ já é correto. O mesmo poderia dizer-se com relação a ‘forma sindicato’”. E jogando no mesmo saco estalinismo, soviéticos e Lênin, acentua: “as deformações cristalizadas no ‘marxismo-leninismo’”; onde “Na realidade, o ‘marxismo-leninismo’ é um produto antimarxista e antileninista por natureza”; portanto “Não se trata de voltar a um Lênin canonizado porque este já não existe. Saltou pelos ares junto à derrubada do estado que o havia erigido em um ícone”. Neste texto, Boron ainda elogia entusiasticamente o PCI, na época em que a organização italiana exercia “formidável hegemonia na sociedade”, ou seja, quando o PCI era sabidamente revisionista (eurocomunista). Claro que o professor Boron nos intriga ao juntar-se a um subreptício antipartidismo. Mas, justamente, elogia Cuba socialista, sabidamente dirigida, por um partido comunista “ortodoxo”, que advoga o estado da ditadura do proletariado!

Referências bibliográficas

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

HARNECKER, Marta. *Tornar possível o impossível. A esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

LÊNIN, Vladimir I. Karl Marx. São Paulo, Alfa-Ômega, O. E., V. I, 1982, 2ª edição.

SORRENTINO, Walter. *Debata sobre o Currículo do tema Partido*. São Paulo, janeiro de 2005, mimeo.

UMA AVALIAÇÃO DE DOIS ANOS DO GOVERNO LULA

Política econômica e autonomia do Estado

A novidade agora é a rapidez de resposta por parte do grande capital frente a qualquer ameaça de mudança de política econômica que pareça desfavorável a seus interesses

LÉCIO MORAES

Ao ganhar as eleições em 2002, Lula assumiu uma estratégia de manter a política econômica no que diz respeito a seus fundamentos: as políticas monetária e fiscal. Há muitas explicações para tal opção. Elas abrangem uma escala de variantes que tem em seu extremo esquerdo, a tese de que faltariam condições políticas para mudanças radicais, sendo necessário, portanto, acumular forças; no extremo direito, outra tese afirma que simplesmente não havia (nem há) opção real ao neo-

liberalismo, celebrando a vitória final do capitalismo globalizado e de sua ideologia.

A tese da esquerda que apóia e participa do governo Lula – obviamente – se aproxima do primeiro extremo. Da perspectiva desta tese queremos discutir neste artigo os progressos feitos nos dois primeiros anos pelo governo no sentido de implementar mudanças que assegurem, no futuro previsível, uma melhora na capacidade do governo de implementar políticas diversas daquelas que teria tido que assumir, contingencialmente, para iniciar a

governar. Em outras palavras: há uma forte restrição na capacidade do Estado em promover política econômica; o que se traduz, de imediato, por uma redução no grau de liberdade que tem o governo em adotar políticas que não correspondam aos interesses de classes ou grupos econômicos poderosos.

Para os defensores da tese da falta de condições políticas iniciais para se realizar mudanças, as limitações da ação do governo decorreria do fato de que uma alteração na política econômica acabaria, devido às reações defensivas do grande capital, por desencadear algum tipo de ruptura, com restrições ao fluxo externo de capital ou reestruturação da dívida pública interna. E embora tais conseqüências pudessem variar em grau e intensidade, sua adoção seria entendida pelo grande capital internacional e nacional como uma grave ameaça a seus interesses e uma hostilidade aberta e beligerante. Por outro lado, não haveria também por parte das demais classes ou grupos sociais – em especial da classe média – um apoio resolutivo a tal ruptura. Isso levaria inevitavelmente a uma instabilidade política e econômica que levaria ao caos e à precoce inviabilização do governo.

Se somarmos à falta de apoio interna um ambiente internacional fortemente hostil a mudanças e a desafios à hegemonia americana, temos uma situação que justificaria o adiamento de qualquer

alteração na política econômica. A opção seria dar continuidade à política econômica em vigor, comprometendo-se também com a manutenção dos contratos e a estabilidade monetária para assim conquistar a confiança dos setores que comandam a economia. Essa Estratégia já tinha sido antecipada na Carta aos Brasileiros, em junho de 2002. A sua lógica seria evitar um confronto que isolasse o governo prematuramente de suas bases de apoio social – pela ameaça ou concretização do caos econômico decorrente de um surto inflacionário, desvalorização do Real e fuga de capitais.

O centro dessa estratégia seria, então, ao tempo em que se adiariam as mudanças, a criação das condições para se conquistar graus de liberdade que permitissem, no futuro, alterar a correlação de forças, reduzindo a capacidade dos setores econômicos poderosos e das forças políticas conservadoras, para implementar as mudanças mais profundas.

Conseqüências políticas das reformas econômicas neoliberais

A base dessa avaliação da realidade política e econômica do Brasil pós-reforma neoliberal é real. As mudanças institucionais ocorridas nos anos noventa trouxeram ampla liberdade para o fluxo de capitais,

Tabela 1 – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO

| | 2003 | 2004 | 2005 ¹ |
|---|---------------|---------------|-------------------|
| Transações correntes | 4008 | 11669 | 16 |
| Amortizações de médio e longo prazo | -27180 | -34246 | -30500 |
| Investimentos estrangeiros diretos (IED) | 10144 | 18166 | 14000 |
| Investimentos diretos brasileiros (IEB) | -8871 | -11221 | -12500 |
| 1. Necessidade de financiamento | -21899 | -15632 | -28984 |
| 2. Financiamento | 27672 | 16063 | 16300 |
| Empréstimos voluntários ² | 22903 | 20426 | 23300 |
| Empréstimos FMI ² | 4769 | -4363 | -7000 |
| Superávit (+)/Déficit (-) de financiamento (1-2) | 5773 | 431 | -12684 |

Fonte: Banco Central. 1. Previsão do Banco Central, em dezembro de 2004. 2. Valores referentes a setembro. Valores negativos significam que as amortizações foram superiores aos desembolsos.

não só permitindo a entrada livre de investimentos e empréstimos de todos os tipos, como também viabilizando que as riquezas aqui constituídas possam ser convertidas em dólar e transferidas para o exterior. Além disso, ao limitar o financiamento do déficit público apenas pela emissão de títulos públicos, constituiu-se uma dívida relativamente grande e de frágil sustentação, dados o curto prazo de vencimento e os custos decorrentes das altas taxas de juros praticadas. Como as políticas monetária e fiscal passaram a interagir entre si, a liberdade do fluxo de capital passou a fragilizar a dívida pública, constituindo-se em um enorme problema político para a autonomia de qualquer governo.

As reformas neoliberais não têm resultados apenas econômicos, elas determinaram também uma mudança política significativa na capacidade de retaliação dos detentores de riqueza financeira. Concedeu-se à plutocracia brasileira e aos investidores e credores estrangeiros – todos também credores da dívida pública – uma incontestável força política, decorrente de sua capacidade de desestabilizar a economia nacional em curto espaço de tempo. E a grande concentração de riqueza característica da economia brasileira permite que um número reduzido de grandes empresas (não mais que poucas centenas), por meio de algumas dezenas de grandes instituições financeiras, opere um virtual monopólio sobre as três fontes de financiamento da economia: os financiamentos das contas externas, da dívida pública e da oferta bancária de crédito interno.

O domínio do fluxo de capitais, do investimento e do crédito, favorecido pelas regras de liberdade da conta de capitais e da regulamentação financeira e pela enorme concentração de riquezas, concede às classes dominantes, se contrariada, capacidade de gerar caos econômico. Podemos resumir essa capacidade em dois problemas entrelaçados: a vulnerabilidade externa e a vulnerabilidade fiscal do Estado. É na exploração dessas duas vulnerabilidades que as classes dominantes extraem o poder político desproporcional de que hoje gozam hoje.

Este poder conjugado sobre a política e a economia nacional das classes dominantes sempre existiu. A novidade agora é a rapidez de resposta por parte do grande capital frente a qualquer ameaça de

mudança de política econômica que pareça desfavorável a seus interesses. Os grandes capitalistas, pela virtual liberdade de mandar embora seus capitais denominados em moeda ou facilmente conversível nela (como títulos financeiros, especialmente títulos da dívida pública), passaram a exercer a possibilidade de “votar com os pés”, e diariamente.

Não é nosso propósito fazer uma avaliação dos dois anos do governo Lula. Estamos interessados em avaliar mais especificamente a situação das contas externas e da dívida pública e o seu funcionamento segundo as regras criadas pelas reformas neoliberais dos anos noventa no que diz respeito a possíveis alterações na força política, permitidas por tais regras, e sua influência sobre a autonomia do Estado em promover política econômica, em especial, o grau de liberdade política do governo Lula em fazê-lo.

Não faremos, também, uma discussão econômica sobre o mérito da atual política do governo ou de suas alternativas. Pretendemos discutir as eventuais alterações ocorridas em dois anos de governo sobre as regras de liberdade na conta de capital e de financiamento da dívida pública e que tenham por consequência impor limitações à capacidade das classes dominantes, especialmente ao capital financeiro, em desestabilizar a economia e limitar a autonomia do Estado em mudar a política econômica.

Para verificar o aumento do grau de liberdade do governo frente a essa força política-econômica das classes dominantes devemos avaliar a evolução de dois aspectos fundamentais e interligados da economia brasileira: a vulnerabilidade externa e a solvência da dívida pública. Esses dois elementos determinam a estabilidade econômica da economia, fundamentando também a capacidade do governo em manter um crescimento econômico prolongado e estável.

Queremos responder às seguintes perguntas: O que mudou na situação de vulnerabilidade externa e fiscal após dois anos de governo Lula? Quanto o Estado reconquistou de autonomia política frente ao grande capital externo e interno durante o governo Lula?

A evolução da vulnerabilidade externa

Os analistas são unânimes em relação à melhora da chamada “vulnerabilidade externa”, decorrente

da evolução favorável dos saldos comerciais e em transações correntes. Essa melhora é atestada por todos os índices utilizados, como a relação exportação/PIB e o saldo positivo em Transações Correntes (balança comercial, renda do capital e transferências unilaterais).

No entanto, é necessário distinguir os diferentes significados que pode ter o conceito de vulnerabilidade externa. Segundo a teoria econômica dominante, a vulnerabilidade externa é entendida, de maneira restrita, como a capacidade de uma economia nacional em financiar suas contas externas; isto é, na sua capacidade de gerar divisas em transações correntes (comércio, serviços, rendas de capital), de atrair investimento ou de captar empréstimos. Por essa razão, os índices utilizados de vulnerabilidade externa são todos indicadores de solvência, de capacidade de pagamento.

Esse é um importante aspecto das contas externas. Mas a vulnerabilidade externa deve ser entendida também como a capacidade que tem uma economia de se proteger de choques externos, tanto de demanda como de financiamento. Devemos levar em conta os riscos de uma alteração no mercado internacional que elevem os custos de exportação (como os choques do petróleo) ou de perdas de exportação por uma redução na demanda, como também as bruscas retrações de oferta de financiamento externo que acontecem sem ligação com o desempenho da economia nacional

(como aconteceu em 1979 e em 1997).

Os choques de demanda ou de financiamento acontecem tanto por flutuações cíclicas do capitalismo mundial quanto por crises cambiais ou financeiras originadas em outros mercados e países, que se mostram cada vez mais frequentes. Em especial, devemos considerar também a inter-relação entre o mercado financeiro e comercial, o que faz com que o comportamento da oferta internacional de investimentos e empréstimos possa determinar a piora nas transações correntes de uma economia nacional, especialmente no caso de um país dependente.

Dessa forma, o primeiro conceito de “vulnerabilidade externa” refere-se à melhoria de solvência para a oferta de crédito, mas nada informa sobre a capacidade do país de proteger sua economia de um choque externo.

Infelizmente apenas os indicadores do primeiro conceito melhoraram nos últimos anos.

Mas a vulnerabilidade externa medida pela capacidade da economia em se proteger contra choques externos – e o conceito que mais interessa ao país, tanto econômica quanto politicamente – não se beneficiou dos bons resultados do comércio exterior. O saldo comercial do biênio (US\$ 44 bilhões) e a entrada de investimentos não representaram acréscimo nas reservas oficiais, servindo para financiar a conta financeira e os investimentos brasileiros no exterior (ver Tabela 1 – *Necessidade de financiamento externo*). Esse último tópico representa mais um avanço no sentido de internacionalização dos capitalistas brasileiros iniciada nos anos noventa.

Contudo, a essência da vulnerabilidade externa – as regras de movimento de capital e liberdade cambial – permanece a mesma. Recebeu até alguns “aperfeiçoamentos”, como a facilidade do uso da TED nas CC-5, tornando ainda mais anônimas as remessas via CC-5. Na verdade, o propósito da diretoria do Banco Central é ampliar ainda mais a liberdade

Gráfico 1 – Composição da dívida externa de longo prazo por devedor: setor público e privado (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

cambial e a livre movimentação de capitais. Para tanto, defende que uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) unifique os dois mercados de câmbio hoje existentes, dando conversibilidade à moeda nacional – o que permitirá que brasileiros possam cada vez mais livremente transferir riquezas acumuladas domesticamente como investimentos no exterior.

A importância política de manutenção de uma conta de capital aberta – com livre fluxo de riquezas – é fundamental para os defensores das reformas neoliberais. Tal importância foi expressa recentemente por Anne Krueger, diretora-executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI): “Quanto mais rápido se abrir uma economia, tanto melhor, por motivos econômicos (...) e porque quanto mais aberta for uma economia, mais difícil será voltar atrás e derrubar as reformas”.

Aliás, o controle sobre os capitais de brasileiros vem assumindo cada vez maior importância na discussão sobre controles de fluxos de capital. A partir de meados dos anos noventa, a riqueza transferida irregularmente para o exterior (desde a década de oitenta) por brasileiros vem representando uma fonte crescente de investimento direto estrangeiro, bem como de capitais de curto prazo. Os recursos que saem via CC-5 voltam como investimento direto ou de portfólio como se fosse estrangeiro. A soma dos IED oriundos de paraísos fiscais da América Latina – onde os capitais de brasileiros se reciclam em estrangeiros protegidos pela segurança barata desses paraísos – constitui juntamente com a Holanda e os EUA a maior fonte de investimento externo. Desse modo, o problema sobre o controle de capitais está passando a ser, cada vez mais, não a livre entrada e saída de capitais estrangeiros, mas a de capitais de brasileiros e constituídos no Brasil.

Por sua vez, o financiamento externo voluntário (empréstimos tomados no mercado) tem tido comportamento contraditório, com tomadores privados evitando o endividamento, havendo diminuição líquida dessa parte da dívida externa. A razão disso pode ser a baixa expectativa de negócios internos (devido ao custo de oportunidade muito alto, em razão da taxa de juros básica), bem como a incerteza sobre a taxa de câmbio, o que eleva o risco de dívida em dólar. Outra razão dessa retração da demanda

privada pode ser a maior disponibilidade de crédito interno para o investimento produtivo por meio do BNDES. Como os tomadores públicos (estatais e Tesouro) vêm mantendo estável sua dívida, a composição público/ privado da dívida se inverteu nos últimos anos (ver Gráfico 1 - *Composição da dívida externa*).

Em razão dessa retração da demanda privada e pela não recuperação do IED ao nível anterior ao da crise de 1998, o déficit das contas externas vem sendo coberto pelos empréstimos estatais ou os compensatórios do esquema FMI (embora em 2004 as amortizações para com o FMI tenham sido superiores ao desembolso). Segundo a Tabela 1, a previsão do Banco Central para 2005 mostra um déficit no financiamento externo. Esse déficit poderá ser coberto pela redução das reservas no valor de US\$ 12,6 bilhões ou, alternativamente, por uma contração no valor das importações, de remessas de rendas para o exterior ou ainda uma redução da transferência de ativos de brasileiros (que alcançará um valor recorde em 2006).

No seu conjunto, a posição do passivo externo (empréstimos mais propriedades de estrangeiros no Brasil) se ampliou fortemente até junho de 2004 (último dado disponível), crescendo 8% em 18 meses – mais do dobro do PIB no período (ver Tabela 2 - *Posição internacional de investimento*). O crescimento bruto do passivo externo – de 12% – se deu principalmente pela valorização interna de títulos e de lucros reinvestidos. Enquanto isso, embora os ativos de brasileiros no exterior tenham crescido mais, sua expansão se deu pela remessa efetiva de dólares, tanto como investimento direto como, especialmente, pelas CC-5 (cujos recursos são registrados como disponibilidade em moeda no exterior).

A mudança positiva quanto à vulnerabilidade foi a ampliação e a diversificação das exportações e importações. Mas, como vimos, essa melhora não é suficiente para alterar significativamente a situação de fragilidade externa anterior ao governo Lula. Qualquer mudança desfavorável na conjuntura internacional significará uma imediata piora na expectativa de “vulnerabilidade externa” (nos dois conceitos), tanto decorrente de possível redução na capacidade de gerar superávit corrente ou pela redução na oferta de crédito e investimento; já que nossa capacidade de hon-

rar o serviço da dívida (juros mais amortizações) continua dependente do financiamento externo que, segundo a previsão do Banco Central, será insuficiente em 2005 (ver Tabela 1).

Essa situação de fragilidade nas contas externas pode ter como consequência a renovação do acordo com o FMI, em abril próximo. Ela poderia ser útil para aliviar uma possível perda de reservas, como também para viabilizar a prometida mudança na contabilidade do superávit primário, como veremos adiante. Embora essa renovação com o FMI não seja politicamente desejável, sua efetivação não seria uma surpresa.

Vejamos agora como se comportou a solvência fiscal e como ela se interliga com a vulnerabilidade externa.

A situação de solvência da dívida pública

O objetivo da política fiscal vem sendo dar sustentação à dívida pública. Essa sustentação alcançada pela redução da relação DLSP (Dívida Líquida do Setor Público) / PIB e pela melhora nas condições da dívida mobiliária: seus prazos e custos.

A elevação contínua do superávit primário do Governo Central – inclusive estatais – teve efeito apenas este ano sobre a relação DLSP/PIB, mas a principal contribuição na redução foi a do crescimento do PIB (ou seja, o aumento do denominador da

fração). O valor do superávit primário – apesar de crescente – não é suficiente para cobrir o acréscimo na dívida líquida causada pela incorporação dos juros, o que torna imprescindível para estabilidade da relação dívida/ PIB que o PIB cresça.

Em relação à administração da dívida um item que vem sendo destacado como positivo é a queda na participação de títulos vinculados ao câmbio (que caiu para um terço desde 2002). Mas a situação da dívida não melhorou. Ao contrário do senso comum, embora a política fiscal tenha superado a meta do superávit primário e a economia apresente números otimistas, houve uma piora em relação ao custo, ao perfil de duração dos títulos e também na sua concentração no curto prazo. A deterioração ocorreu tanto nos prazos dos principais tipos de títulos, cujos vencimentos encurtaram, quanto na parcela da dívida total que vence em doze meses.

Essa piora no perfil da dívida se deu especialmente a partir do segundo trimestre de 2004, coincidindo com a primeira elevação da taxa de juros do FED, o banco central dos EUA. Isso mostra que o risco de crédito da Dívida Pública está contaminado por variáveis externas, como a oferta de recursos externos e a taxa básica de juros do mercado financeiro internacional. Essa deterioração do prazo do vencimento dos títulos federais demonstra que sem a melhora da exposição da economia aos humores dos fluxos internacionais de capitais uma economia

Tabela 2 – Posição internacional de investimento – resumo das contas

| Discriminação | 2002 | 2004 | Variação jun/2004 sobre dez/2002 | |
|--|-----------------|-----------------|----------------------------------|--------------|
| | Dez. | Jun. | Valor | % |
| Posição internacional de investimento (A-B) | -230 515 | -250 077 | -19 562 | 8.5% |
| Ativos brasileiros (A) | 112 901 | 134 660 | 21 759 | 19.3% |
| 1. Investimentos brasileiros no exterior (IEB) | 60 373 | 63 422 | 3 049 | 5.1% |
| 2. Outros investimentos (empréstimos) | 14 705 | 21 433 | 6 728 | 45.8% |
| 3. Ativos de reservas (Banco Central)* | 37 823 | 49 805 | 11 982 | 31.7% |
| Passivo (B) | 343 416 | 384 737 | 41 321 | 12.0% |
| 1. Investimento estrangeiro direto | 238 452 | 282 262 | 43 810 | 18.4% |
| 2. Outros investimentos (empréstimos) | 104 965 | 102 475 | -2 490 | -2.4% |
| * Memo: | | | | |
| Reservas do BC sem os recursos do Acordo FMI | 14 232 | 22 186 | 7 954 | 55.9% |

Fonte: Banco Central. 1/ Inclui lucros reinvestidos; 2/ Contempla títulos de emissão de residentes; 3/ Inclui lucros reinvestidos.

dependente não se conseguirá, pelos méritos de sua própria política, melhorar a situação de sua vulnerabilidade fiscal.

Um outro problema grave é a situação inusitada do open market (mercado aberto). Neste mercado de operações de curtíssimo prazo, o Banco Central atua vendendo ou comprando títulos de sua carteira para controlar a liquidez do sistema bancário e fazer o ajuste fino da taxa básica de juros. A partir do final do primeiro semestre de 2002 houve um movimento de recusa dos credores em continuar refinanciando a dívida federal, transferindo seus fundos para a compra de dólares, o que ocasionou uma forte desvalorização do Real e uma ameaça de colapso cambial. O objetivo aparente desse movimento do grande capital foi defensivo, buscando se proteger contra a incerteza e, ao mesmo tempo, conseguir, dos candidatos a presidente, compromissos com a manutenção da política e a garantia de respeito aos contratos (ou seja, de continuar honrando a dívida). O objetivo foi alcançado, com declarações públicas de compromisso de todos os candidatos relevantes, inclusive com a extensão do monitoramento do FMI por meio da prorrogação do acordo em vigor.

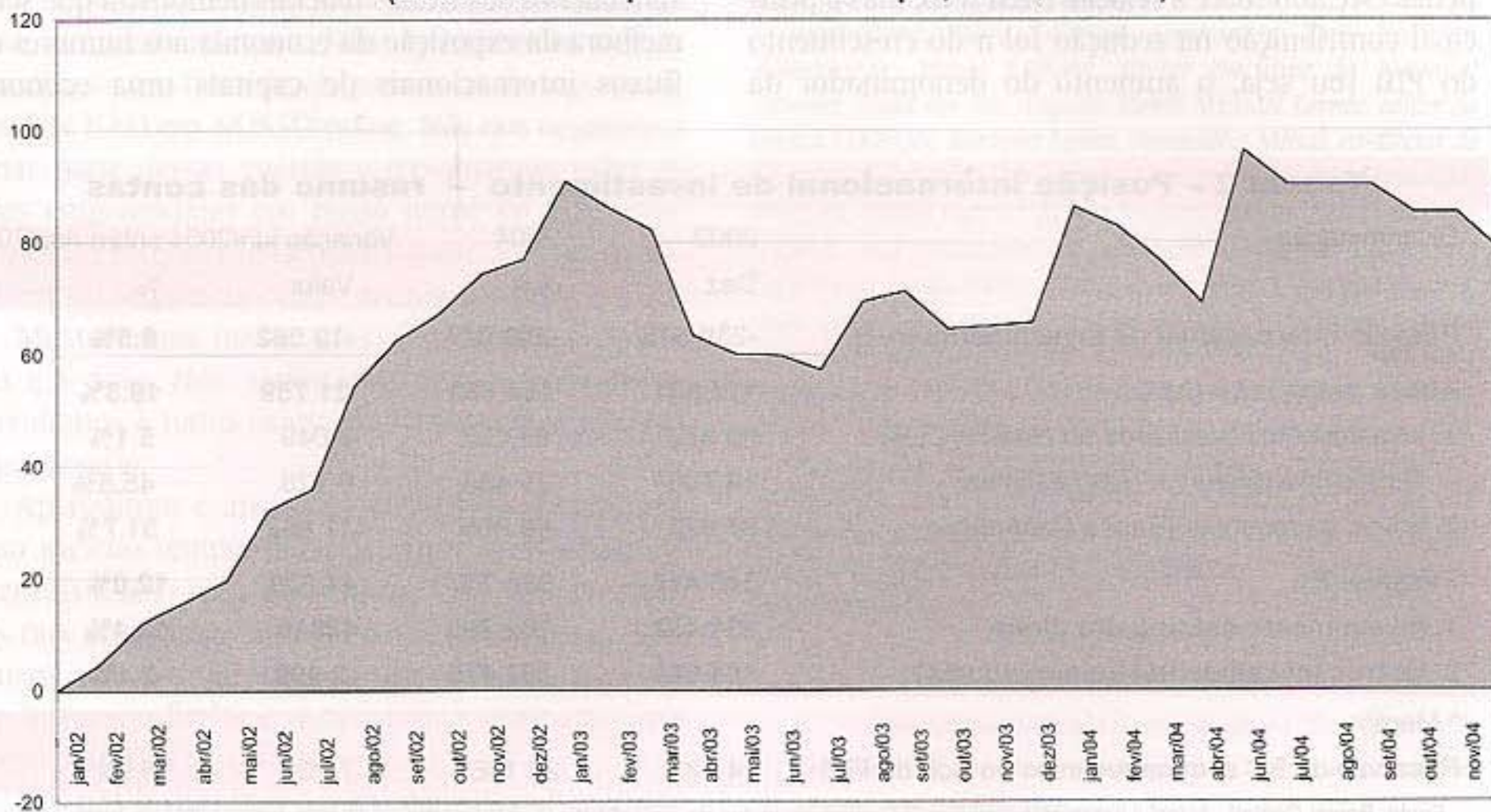
Em setembro, com a assinatura da prorrogação

do acordo do FMI, a pressão sobre o mercado de dólar cedeu, herdando-se uma grande liquidez no sistema bancário. Apesar de ter havido uma recuperação do refinanciamento da dívida pública, a liquidez permaneceu e foi absorvida não da maneira habitual pela emissão primária de títulos do Tesouro, mas pela venda compromissada de títulos da carteira do Banco Central – ocasionando uma verdadeira explosão do estoque de títulos nessas operações de curtíssimo prazo, multiplicado por trinta seu valor e participação na dívida em poder do público (ver Gráfico 2).

Como podemos pelo ver Gráfico 2 essa situação crítica até agora não foi revertida. Além de elevar perigosamente o risco de refinanciamento da dívida, o fenômeno praticamente anulou a função do open market de controle fino do meio circulante. O open passou a ser mais uma forma (precária) de existência da dívida em títulos de curtíssimo prazo. O estoque dos títulos no open passou a representar o quádruplo do valor das reservas bancárias no BC (R\$ 22 bilhões, em média em 2003-04), sendo maior até que o valor total dos depósitos à vista (média de R\$ 64 bilhões em 2004).

A manutenção desse excesso de liquidez praticamente invalida também qualquer função protetora

**Gráfico 2 – Estoque de títulos no open market
(saldos com compromisso de recompra, em R\$ bilhões)**



Fonte: Banco Central.

ra das reservas internacionais. O estoque médio desses títulos durante o segundo semestre de 2004, cuja liquidez é praticamente instantânea, era suficiente, por exemplo, para a aquisição de 24,5 bilhões a uma cotação média de 3,50 reais/dólar; o equivalente à média de nossas reservas livres no mesmo período. Trocando em miúdos: em poucas semanas os detentores de títulos no mercado aberto podem – sem lançar-mão de paralisar a rolagem da dívida, como fizeram em 2002 – podem, teoricamente, desvalorizar o Real frente ao dólar até torná-lo pouco mais do que pó.

A consequência política dessa situação é dramática. A fragilidade do governo diante dessa situação de sua dívida, que vem sendo tolerada pelo Ministério da Fazenda e do Banco Central há mais de dois anos, dificilmente pode ser exagerada. O poder desestabilizador dos detentores desses títulos – concentrado em um número ainda menor do que os credores da dívida pública – é muito grande. E a capacidade das autoridades monetárias em defender a estabilidade da moeda e da economia é praticamente nula, exceto o rompimento dos contratos, a suspensão do resgate dos títulos e a inconvertibilidade dos Reais em dólares.

Diante dessa situação inaudita criada na dívida pública federal, a pretendida melhora decorrente da redução do valor dos títulos indexados à variação cambial é praticamente inútil. Além do mais porque esse movimento de redução – apesar de exigido pelo Acordo com o FMI – foi fortemente ajudado pela valorização contínua do dólar desde o final de 2002, após a crise das eleições, o que esvazia naturalmente a demanda por proteção cambial (hedge) por devedores e de estrangeiros detentores de ativos no Brasil. Nada garante que uma inversão do valor do dólar frente ao Real não provoque outra vez, como aconteceu em 1998 e 2002, uma enorme pressão pela emissão de novos títulos dolarizados. Isso pode ser inevitável dada a inexistência de qualquer outro agente, afora o Tesouro e o Banco Central, que possa arcar com o risco cambial. E sem a estabilidade dada por operações de hedge, a atual política de flutuação cambial simplesmente não funciona devido à cíclica e dramática instabilidade de cotação que passaria a vigorar.

No conjunto, a situação da dívida fiscal está

muito semelhante à do final de 2002: a fragilidade do Estado frente aos credores continua igual, se não pior, e o custo da dívida continua igualmente alto, devendo se elevar ainda mais em 2005.

Essa fragilidade vem se mostrando na proposta e execução do orçamento. Embora o governo tenha conseguido elevar significativamente as dotações em algumas áreas sociais, a sua capacidade de investimento continua fortemente comprometida. E a prometida mudança na contabilidade do superávit primário, feita pelo FMI – que liberará mais 2,5 bilhões de Reais –, pode estar vinculada à continuidade do monitoramento pelo Fundo. Essa continuidade reforça a indesejável expectativa de manter o acordo por mais um exercício.

Na nossa avaliação, no fundamental, a autonomia do governo em implementar mudanças de fundo na economia em nada mudou nestes dois últimos anos. O controle sobre um número sobre o financiamento das contas externas, da dívida pública e da oferta bancária de crédito interno continua firmemente concentrado em um reduzido número de grandes empresas e instituições financeiras. A abertura financeira e a existência de um grande parcela de riquezas sob a forma financeira permite a essa burguesia exercer permanentemente a escolha de onde colocar seus capitais.

A conjunção do virtual monopólio sobre o financiamento da economia, a liberdade do fluxo de capitais e a intercomunicação entre os mercados dos títulos federais e do câmbio permite às classes dominantes continuarem a gozar de uma incontrastável capacidade política de pressionar o governo, tanto na sua estratégia como no dia-a-dia de sua gestão.

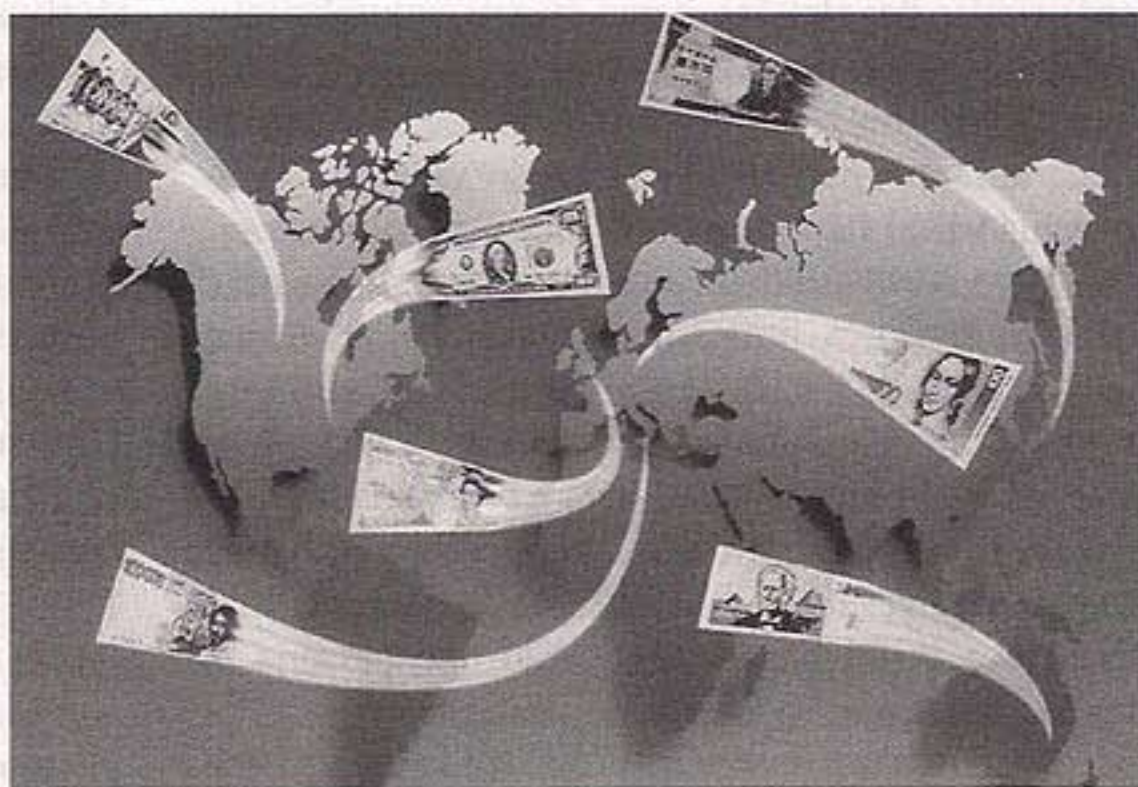
Como não houve alteração dessa situação, o grau de liberdade do governo Lula frente às forças econômicas hegemônicas permanece fortemente tolhido. A tendência, pelo menos em médio prazo, deve ser de o governo continuar agindo em conformidade com sua principal diretriz de ganhar credibilidade do mercado, persistindo na opção escolhida desde o início do mandato.

Lécio Moraes é economista e mestre em Ciência Política. É assessor da Bancada Federal do PCdoB.

O mito da convertibilidade ou moedas não são bananas

LUIZ GONZAGA BELLUZZO E RICARDO CARNEIRO

Para melhorar a posição da moeda nacional e reduzir o risco de crédito do país seria mais produtivo retomar, em algum grau, o controle sobre o fluxo de divisas no país



A conversibilidade da moeda nacional tem sido um tema recorrente nos debates sobre a economia brasileira. A mais recente contribuição vem do economista Pêrsio Arida através de dois artigos: “Por uma moeda plenamente conversível” e “Ainda sobre a conversibilidade”. O primeiro publicado no jornal *Valor* de 12/11/2002 e republicado conjuntamente com o segundo na *Revista de Economia Política* de julho-setembro de 2003. Pelo argumento central de ambos, é imprescindível fazer do real uma moeda plena e legalmente conversível, para as elevadas taxas de juros vigentes hoje no país serem reduzidas e o seu estatuto de reserva de valor ser assegurado.

A tese soa um tanto estranha para uma economia que ampliou de maneira radical a abertura financeira ao longo da década de 90. Desde logo, porque não atribui a devida importância à enorme mudança operada no marco regulatório da conversibilidade desde o início dos anos 90. Foi exatamente essa transformação, associada a uma conjuntura internacional favorável, que permitiu ao país receber significativos fluxos de capitais entre 1992 e 1998 com taxas de risco-país declinantes que, em seus melhores momentos, antes da crise asiática, alcançaram os 450 pontos. No entanto, o autor alega que essa conversibilidade ampliou-se de fato, mas não de direito; ou melhor, ela pode ser revertida por via administrativa anulando todo o avanço obtido.

Vejamos em detalhe o argumento, a sua crítica e as possíveis alternativas.

O argumento

Com a palavra o autor:

“O primeiro artigo sobre conversibilidade concentrou-se no processo de arbitragem entre juros internos e juros externos. Em regimes de conver-

sibilidade restrita, o risco de imposição, por via administrativa, de restrições à liberdade de capitais é compensado através de uma depreciação excessiva da moeda doméstica ou de taxas de juros em reais mais altas do que deveria ser ou ambas. Neste artigo exploro outro fator, também derivado da conversibilidade restrita, a aumentar o prêmio de risco na formação das taxas de juros internas. É que o estado de confiança nos mercados financeiros depende, em boa medida, da interpretação das políticas anunciadas pelo Banco Central. A manutenção de regimes de conversibilidade restrita

mesmo com taxas de câmbio flutuantes sinaliza *urbi et orbi* desconfiança na moeda como reserva de valor. Como consequência, cresce o risco percebido e, portanto, o superávit fiscal primário necessário para estabilizar a moeda ao longo do tempo”.

Segundo Arida, a razão histórica para a conversibilidade ter sido restrita esteve associada à incapacidade da moeda nacional de exercer a função de reserva de valor devido à inflação crônica, motivo parcialmente suprimido pela estabilidade obtida

nos últimos anos. Sempre houve, e há, o temor de que a supressão dos entraves à conversibilidade implique numa transformação de parcela expressiva da poupança doméstica em aplicação em moeda estrangeira. Apesar disso, insiste que este é apenas um lado do problema, pois se a eliminação de restrições fosse percebida como segura e permanente implicaria numa oferta ampliada de divisas. A tese de Arida se apóia, pois, num processo virtuoso de *confidence building*.

Ao discutir a taxa de juros paga pelo país o autor assume a hipótese de que a existência de uma ameaça à suspensão da conversibilidade introduz um prêmio adicional àquele relativo ao risco de crédito cobrado pelos investidores estrangeiros. Assim, a taxa de juros em dólar seria composta pela taxa básica de juros na moeda reserva somada a um risco-país, o qual poderia ser decomposto em duas

Há o temor de que a supressão dos entraves à conversibilidade implique numa transformação de parcela expressiva da poupança doméstica em aplicação em moeda estrangeira.

partes: o risco de crédito ou de *default* e o risco administrativo ou de racionamento de divisas. Com a eliminação deste último, a taxa de juros cairia, diminuindo o risco-país, a taxa de juros em dólar e, por arbitragem, a taxa de juros em reais. Além da questão do patamar quantitativo dos juros o autor chama a atenção para o fato de que a remoção dos empecilhos à conversibilidade terminaria por eliminar também a noção de risco soberano. Ou seja, sendo a compra e venda de divisas integralmente livres existiriam apenas tomadores com distintos riscos de crédito.

Examinando os efeitos prováveis da ampliação da conversibilidade o autor rechaça a idéia de que esta produziria uma desvalorização significativa da moeda nacional. Para ele, isso só ocorreria se a taxa de câmbio estivesse muito distante do equilíbrio. Não sendo isso verdadeiro, pergunta-se: por que alguém se disporia a continuar comprando divisas mesmo com a moeda local desvalorizada? A única razão seria o questionamento da capacidade da moeda local em atuar como reserva de valor. Essa desconfiança seria, contudo, eliminada ou reduzida diante da conversibilidade plena e da queda da taxa de juros.

Embora reconheça que a liberalização irrestrita pode ocasionar volatilidade excessiva, e bolhas especulativas, conduzindo a taxas de câmbio excessivamente valorizadas ou desvalorizadas – como, aliás, tem ocorrido nos últimos anos –, o autor nega que a restrição à conversibilidade possa minimizar o problema. Para evitá-los, sugere ao Banco Central atuar diretamente no mercado de câmbio comprando e vendendo divisas e utilizar, quando necessário, uma tributação dos fluxos de capitais com alíquota uniforme. O autor chega a afirmar que o fato de o Banco Central atuar no mercado de câmbio através de substitutos da moeda estrangeira, como títulos indexados em dólar ou operações no mercado futuro, apenas exacerba a desconfiança em relação à moeda nacional.

A crítica

As críticas ao argumento da conversibilidade podem ser formuladas em planos distintos. De um ponto de vista mais geral, a conversibilidade plena

não elimina as fraquezas genético-estruturais da nossa moeda, como a inconversibilidade efetiva. Isto significa que a remoção de fato ou de direito das restrições à conversibilidade no plano doméstico não torna a moeda nacional uma referência ou uma reserva de valor no plano internacional. Ou seja, num horizonte de tempo previsível, a nossa moeda não passará a denominar contratos, constituir-se em referência de preços e muito menos será demandada como ativo de reserva por terceiros países. Do ponto de vista dos residentes no país, isso se traduz no assim chamado pecado original, isto é, na impossibilidade de emissão de dívida nos mercados internacionais, denominada na sua própria moeda, originando o conhecido problema do descasamento (*mismatch currency*).

Desse problema básico decorrem vários outros. O principal deles é a assimetria entre a oferta e a demanda de divisas numa economia com moeda não conversível. As razões para essa assimetria são várias, a começar pelo fato de a livre conversão implicar que os residentes procurarão transformar parcela de sua riqueza em moedas conversíveis, não por desconfiarem da moeda doméstica como reserva de valor, mas simplesmente porque há moedas-reserva de maior qualidade. As teorias monetárias em geral, ao analisarem a globalização, descaram da existência de um prêmio de liquidez demandado pelos agentes que mantêm sua riqueza em moedas fracas. Além disso, há os setores endividados em moeda estrangeira que buscam fazer *hedge* contra o descasamento de moedas nas suas dívidas e aqueles que procuram proteger o valor de seus patrimônios em dólares, como as empresas transnacionais. Quer se ressaltar a assimetria de que enquanto a oferta de divisas estiver referenciada a fluxos a demanda por divisas estará relacionada a estoques.

Ao não suprimir a hierarquia de moedas no espaço globalizado, a conversibilidade não elimina a razão central para o mais elevado prêmio de risco pago pelas moedas não-conversíveis. Ou seja, ele é um prêmio, pago para manter a riqueza em moedas mais frágeis. Como moedas não são bananas, em particular a moeda reserva, a sua demanda aumenta como decorrência direta da sua valorização. O inverso ocorre com as moedas menos líquidas

cuja desvalorização relativa produz uma redução da demanda.

No caso específico do Brasil a conversibilidade tampouco elimina nosso enquadramento no segmento de mercado de títulos de *high yield*. Ou seja, mesmo que isso possa ocorrer, levará tempo, pelo menos até que o nosso risco de crédito melhore de fato. Enquanto isso não acontecer teremos de pagar prêmios de risco mais elevados e conviver num segmento do mercado globalizado que é por definição mais volátil.

Aliás, o não destaque à importância do risco de crédito é outro ponto fraco do argumento de Arida ao tentar dissociar dois riscos que na prática são indissociáveis, isto é, correlacionados. Um país com baixo risco de crédito, no qual os indicadores de solvência e liquidez estão em patamares adequados, não possui de fato – embora possa ter de direito –, risco de racionamento de divisas. Ao revés, um país com elevado risco de crédito pode ter, de fato, um elevado risco de racionamento de divisas, embora ele não exista de direito. O que se pode dizer é que o risco de racionamento de divisas é secundário ante o risco de crédito.

Há ainda a considerar a capacidade real de intervenção das autoridades econômicas locais para estabilizar a taxa de câmbio como quer o autor. Certamente o baixo nível de reservas é o maior fator limitante para essas interferências. Por sua vez, a reconstituição dessas reservas terá um custo fiscal expressivo pelo fato de estas terem de se fundar em operações de esterilização, com ampliação da dívida pública ou um indesejável aumento do superávit fiscal. Dispensável lembrar que ambos já são muito elevados.

Resta a examinar a possibilidade de todos os argumentos críticos listados acima se mostrarem equivocados. Ou seja, que a instituição da conversão de direito promova uma entrada expressiva de capitais. O primeiro efeito previsível é uma apreciação da moeda nacional com deterioração da ba-

lança de transações correntes. A outra, como a experiência recente demonstra, será certamente a formação de bolhas de ativos, dada a estreiteza dos mercados financeiros e cambiais locais, com grande probabilidade de ocorrência de crises.

A alternativa

Uma das conclusões de maior relevância da argumentação acima é de que a conversibilidade doméstica da moeda, de direito, como quer Arida, deverá promover o seu enfraquecimento, como, aliás, ocorreu nos últimos anos, ante um marco regulatório crescentemente permissivo. A crítica à

proposta da conversibilidade sugere inclusive que se tome uma direção contrária e se limite o grau de conversibilidade da moeda nacional, tanto por razões estruturais – inconvertibilidade de fato – quanto por motivos conjunturais, como excesso de endividamento externo e interno e escassez de divisas.

Para melhorar a posição da moeda nacional e reduzir de maneira consistente o risco de crédito do país seria mais produtivo retomar, em algum grau, o controle sobre o fluxo de divisas no

país, estabelecendo, em primeiro lugar, uma regulação sobre entradas e saídas de capitais especulativos. Este controle poderia, por sua vez, constituir-se na condição necessária para eliminar a arbitragem entre taxas de juros externas e internas, permitindo a sua redução imediata. Os controles permitiram também a perseguição de uma taxa de câmbio compatível com a geração de um saldo global de balanço de pagamentos que pudesse se transformar em acumulação de reservas, cujo custo de carregamento em moeda nacional seria reduzido em razão da queda da taxa de juros.

Para melhorar a posição da moeda nacional e reduzir de maneira consistente o risco de crédito do país seria mais produtivo retomar, em algum grau, o controle sobre o fluxo de divisas no país.

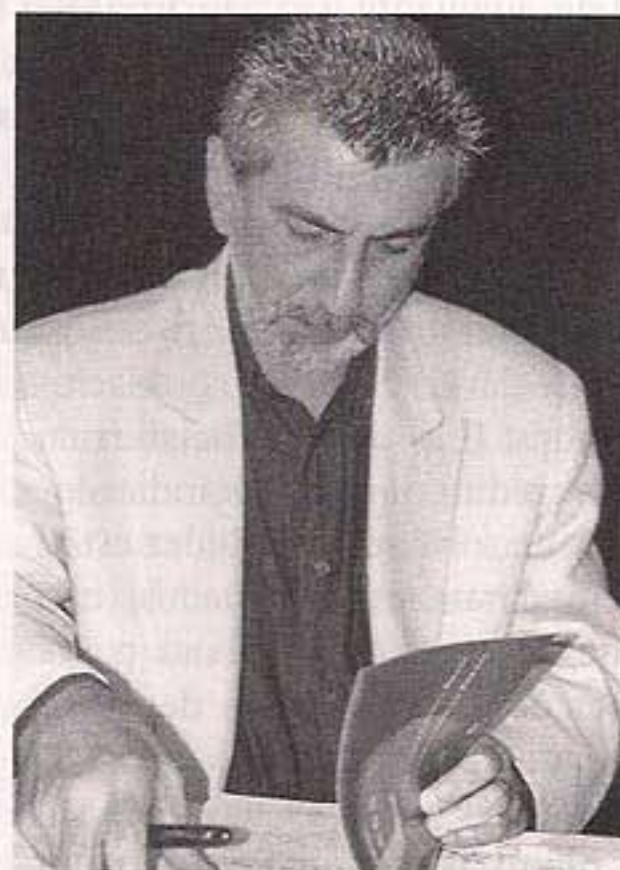
Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e Ricardo Carneiro é professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp.

ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA

A oportunidade histórica da “era Lula”

O diretor do Centro de Relações Internacionais do Instituto de Economia da Unicamp, José de Souza Braga, expõe nesta entrevista a necessidade da aliança entre o Estado forte e a unidade popular para um novo projeto nacional

POR A. SÉRGIO BARROSO E ELIAS JABBOUR



Braga.

O problema central da economia mundial na atualidade é qual o caráter do “ajuste” do dólar – em função de seu processo de desvalorização – que o FED (Banco Central dos EUA) já está a comandar. O que provavelmente deve acontecer e qual o impacto que isso terá na economia brasileira?

Prof. Braga – Não vislumbro maiores problemas por causa do dólar nesta conjuntura. No meu entender, às vezes economistas e jornalistas parecem fazer muito barulho por pouca coisa. Seja por ignorância ou para turvar a água. Como das outras vezes, desde os 1970, na hora H os bancos centrais dos países desenvolvidos se reúnem e fazem os acordos conforme seus interesses e, sobretudo, os interesses americanos que mandam livremente hoje em dia. Quem tem dinheiro – empresas, bancos e famílias – seja japoneses, alemães, chineses ou brasileiros, aplica especialmente em títulos financeiros dolarizados. Por isso, não há,

nem haverá, fuga contra o dólar de magnitude expressiva. O valor da moeda americana não pode ser a variável de ajuste de seus déficits comercial e de conta corrente. A coisa é mais complicada. Se fosse para ocorrer maior “equilíbrio” nas contas internacionais teriam de ser alterados, de uma maneira coordenada mundialmente, a divisão internacional do trabalho, os movimentos de capitais e o comércio. Quais dos países poderosos têm interesse nisso? Quais dos que necessitam disso têm força para tanto? Seguiremos desequilibradamente e de crise em crise sabe-se lá até quando. Ou melhor, até que as condições políticas internacionais tornem imperiosos alguns esquemas cooperativos, como Bretton Woods, Plano Marshall etc. Mas o dólar e os americanos também continuarão comandando até muita coisa mudar.

Assim é dado o modo como as forças estão hoje postas. A economia brasileira não tem nenhuma importância – mundialmente falando – em termos capitalistas. É um espaço de valorização financeira para os capitais que vêm e vão ao sabor das oscilações.

Claro, as multinacionais estão aqui e faturam na produção porque o nosso não é um mercado desprezível. Mas, como não temos tido projeto nacional de desenvolvimento, desde os anos 1980, este país é especialmente um espaço para aventuras altamente lucrativas, tanto dos capitais nacionais quanto dos estrangeiros. Precisamos considerar que muitas fábricas podem ser desmontadas do dia para a noite e enviadas para outro local. O Brasil vive num fio de navalha. Com uma diferença: são cortados sempre os mesmos. Os de cima podem ganhar menos com as crises, mas raramente perdem.

O Brasil do jeito que vem sendo governado nas duas últimas décadas não tem nenhuma importância – aconteça o que acontecer com o dólar. A equipe econômica brasileira poderia, pelo menos, aproveitar e fazer o real se desvalorizar logo frente ao dólar – o que seria bom para as exportações e para a queda dos juros internos. O resto da conversa é turvação de água feita pela elite, por economistas obtusos e por uma imprensa local cada vez mais ridícula e eticamente suspeita.

Está em debate no Brasil um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. Com um enfraquecimento que passa a ser estrutural de funções do Estado (privatizações, endividamento público, altas taxas de juros, elevados superávits primários) há possibilidade de, no quadro sistêmico de globalização dos mercados financeiros, algum tipo de “capitalismo nacional” ou “capitalismo de Estado”?

Prof. Braga – Claro que há. Chame de capitalismo nacional, capitalismo de Estado ou como quiser. Há sempre possibilidade de construir uma nação, mesmo com a globalização, desde as forças internas sejam organizadas para isso. Mas quem tem interesse nisso, além dos trabalhadores brasileiros? Quem disse que mesmo entre eles há consciência clara sobre isso? A elite é cada vez mais cosmopolita e pouco preocupada com o Brasil. Se a empresa vai mal ela é vendida para acalantar o patrimônio da família. Esse já é um fato conhecido, desde os anos 1960, quando teve início a longa desnacionalização

de nossa economia sem maiores protestos da dita burguesia nacional, salvo escassas e momentâneas exceções. Podemos fazer muito na perspectiva do projeto nacional, mas precisaríamos de muito Estado e de muita organização política popular. O suficiente para conduzir uma aliança neodesenvolvimentista. Fora disso, não vejo como. O Brasil é uma economia subdesenvolvida, sem moeda forte, sem um sistema nacional de inovações tecnológicas, sem poder internacional, com muita pobreza e miséria. E, claro, dotado de um mercado capitalista dinâmico, concentrador de renda e de riqueza, produtor de contrastes aberrantes e violentíssimos. Mas, um sistema de mercado está longe de ser suficiente para a construção de um verdadeiro país.

O governo Lula completou a metade de seu mandato com um crescimento de 5% do PIB. Apesar desse êxito persistem pesadas críticas à atual política macroeconômica. Por exemplo: a seguida elevação das taxas de juros, apesar de uma inflação de 7,60% (2004) contra 9,30% ano passado. Quais as razões desse êxito? É possível que esse crescimento de mantenha?

Prof. Braga – O problema do Brasil nunca foi falta de crescimento. Parte da esquerda dos anos 1960 falava de estagnação econômica. Assim como parte dela hoje em dia segue pensando erroneamente nesses termos. O Brasil atual cresce a reboque do mundo via exportações e através do consumo interno de tipo capitalista, ou seja, aquele consumo das camadas de altas rendas e das camadas que podem endividar-se mesmo com essas taxas de juros mais do que mafiosas. Num certo sentido a economia cresce a despeito da política fiscal e monetária de aperto. Os críticos à esquerda que pensam ser impossível ter crescimento acabam ridicularizados diante dos dados. E o próprio presidente Lula acaba acreditando ser do “contra”, esse pessoal que faz a crítica. Precisamos centrar a pressão a favor da distribuição da renda e da riqueza. Crescer sim, mas por essa via. Ou já há quem defenda primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo? O deputado Delfim Neto desfila atualmente no bloco dos progressistas!

No capitalismo não existe crescimento susten-

tado. Tudo flutua o tempo todo. A menos que haja instituições públicas encarregadas de coordenar junto com o setor privado a quantidade e a qualidade da atividade econômica. Conseqüentemente, faria bem se o governo partisse, agora – com a inflação já controlada e com o embalo dado pelas exportações –, para a construção de um verdadeiro programa de desenvolvimento. O primeiro passo seria um verdadeiro programa de investimentos públicos que gerasse emprego, dinamizasse a demanda agregada etc. Mas, assistimos a um pedido tímido do governo junto ao FMI para que sejamos autorizados a investir! O sistema de mercado capitalista brasileiro cresce, recua, desemprega, cresce de novo, reemprega mais um pouco, reanima de novo e assim vai, mesmo com uma política conservadora, exibindo uma taxa média de crescimento medíocre – mas vai, não atola, não capota. Isso é tolerável na Europa, Japão, Estados Unidos, Canadá etc. Um lento crescimento em meio à opulência. Mas aqui isso tem um significado diferente: a reprodução do capitalismo selvagem no longo prazo simultânea à reprodução estrutural da miséria e da pobreza.

As iniciativas para a retomada do desenvolvimento (PPPs, o novo modelo energético, uma nova política industrial) estão, em fases diferentes, em curso. Não obstante seus limites, além de tais iniciativas, o que deveria ser definido como decisivo para um novo projeto nacional?

Prof. Braga – O projeto nacional tem de ter como norte a eliminação das disparidades sociais e regionais. É preciso uma presença forte, do ângulo qualitativo, das instâncias estatais e públicas. Não há história de capitalismo desenvolvido sem Estado forte. Acreditar no contrário é um disparate, uma ignorância sem tamanho, ou má-fé. Mesmo nos Estados Unidos, se não fosse a presença estatal, como nos anos 1930, o sucesso não teria acontecido. Alguém bem informado e de boa fé diria que lá, atualmente, o Estado é mínimo? Portanto, é preciso ter governo ativo, aparelhos estatais ágeis etc. E também coordenação das ações econômicas. Em que, como e em que tempo iremos investir? Quem tem mais renda e riqueza deve pagar mais imposto. Ou não? Banco tem que finan-

ciar o médio e o longo prazo. Capital estrangeiro é bem-vindo desde que promova o desenvolvimento e não a especulação. O capital nacional idem. Parcerias entre o setor público e o privado tudo bem, mas nada pode substituir a ação dinamizadora do gasto público na infra-estrutura em áreas e setores não-rentáveis privadamente. Como ser moderno sem um amplo conjunto de políticas sociais para se erradicar a pobreza e a miséria? Sem isso, qualquer projeto é uma balela. Como ter projeto nacional sem salários reais crescentes? Isso não existe.

Volto a dizer: desenvolvimento sustentado não existe no capitalismo a não ser que Estado, governo, bancos e empresas atuem coordenadamente. Desse modo, o crescimento de 2004-2005 pode seguir no padrão capitalismo selvagem. Um padrão neodesenvolvimentista requer outra política fiscal, monetária e cambial. Requer política de rendas. Requer criação de grupos de trabalho do tipo da era JK – que tratava do que investir e de como repartir essas tarefas com as empresas privadas. Foi assim também no milagre japonês e alemão após a segunda guerra; e agora é assim na China. Não há mistério.

Mas se muita gente seguir turvando a água seguirá seu curso a cronicamente inviável trajetória civilizada do Brasil, enquanto o capitalismo selvagem vai muito bem, obrigado. Ou seja, o governo Lula até aqui teve sucesso em domar a especulação antes da eleição que havia posto de volta a inflação e havia espantado os capitais. E agora o governo já colocou a reprodução do capitalismo selvagem nos trilhos de sempre. Agora é a hora do vamos ver. Vai continuar selvagem ou será aberta uma era civilizatória? É essa a questão. O dólar isso ou aquilo, a ata do Copom com viés assim ou assado, a queda mais ou menos veloz da dívida em relação ao PIB etc – tudo isso é jogo de dinheiro e de palavras na trilha do capitalismo selvagem! Vamos refazer a agenda do desenvolvimento? O governo do presidente Lula está com a histórica possibilidade de tomar a iniciativa. Haverá ou não uma Era Lula como já houve a Era Vargas e a Era JK?

A. Sérgio Barroso é mestre em economia pela Unicamp e membro do Comitê Central do PCdoB e Elias Jabbour é mestrando em geografia humana pela USP e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Diferente do que era, alguém do possível, melhor do que parece

Descontinuidade em relação ao estágio anterior, o governo Lula ainda não conseguiu superar as amarras da financeirização

JUAREZ GUIMARÃES

O balanço da metade do governo Lula tem se realizado nos marcos das várias disputas políticas que hoje atravessam a sociedade brasileira. E seria ingênuo acreditarmos no contrário. Mas exatamente por esse motivo não deixa de ser um sinal muito expressivo o fato de que este balanço público tem sido, em larga medida, sobredeterminado por uma áspera polêmica que envolve diretamente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o próprio Lula.

E não deixa de ser paradoxal que os juízos de FHC se aproximem de um diagnóstico sobre o governo Lula – sistematicamente tecido por uma crítica sectária, com argumentos compostos à esquerda. O paradoxo tem uma explicação: no sentido de se apropriar de resultados do governo Lula, obtidos em 2004, FHC quer desvalorizar os elementos de descontinuidade entre este e os seus governos; com a finalidade de justificar a necessidade da criação de um outro partido, a crítica sectária tem olhos apenas para aqueles elementos que marcariam uma continuidade entre o

governo Lula e os do período neoliberal.

Se, no entanto, trabalha-se com o conceito de transição o desafio é exatamente discernir o que há de continuidade e o que há de descontinuidade entre as duas experiências. O balanço da metade do governo Lula presta-se exatamente a esse difícil trabalho de ponderar, estabelecer o peso e a dinâmica dessas duas dimensões.

Em sua coluna de final de ano, *Voto de confiança*, FHC afirma: "O governo atual colhe hoje na economia o que outros plantaram no passado e ele soube continuar e aperfeiçoar. Se assim é, por que não esperar que as áreas sociais melhorem e a gestão governamental como um todo se torne mais competente? Por que não esperar que o governo finalmente se convença de que andou para trás nas políticas de transferência de renda para os mais pobres, de que a pobreza e a fome não são a mesma coisa, de que o grande problema do Brasil é a primeira, pois a segunda é decorrência, o que não significa que não se deva e não se possa combater a fome onde e na dimensão em que ela existe, o que já vinha sendo feito e poderia ser reforçado? Por que não esperar que o governo finalmente se convença de que, na área de saúde e de educação, perdeu-se foco, rumo e velocidade?"

O acento na descontinuidade foi, no entanto, a tônica do discurso de Lula de 10 de dezembro perante os ministros de seu governo; no início do qual, ele afirma: "Não demos continuidade às políticas do governo anterior, fizemos o que deixou de ser feito, reconstruímos a economia, fortalecemos as instituições e, sobretudo, conquistamos credibilidade no país e no exterior. Tão importante quanto a transformação objetiva foi a mudança em um sentimento de prostração, quando não de desesperança, que se aposara do nosso povo. Tudo começa a mudar. Estamos recuperando nossa auto-estima, voltamos a ter orgulho de ser brasileiro, começamos a enxergar que há novo caminho a ser trilhado (...)."

E, ao longo desse discurso, volta a enfatizar: que "Nestes 24 meses pudemos viver a situação de nosso país, principalmente o desaparecimento do Estado. Herdamos uma máquina administrativa ineficiente, desprovida, em boa parte, do sentido republicano, sem vocação para realizar políticas em proveito da maioria". E, ao final, retorna ao tema: "Que ninguém se iluda sobre as prioridades deste governo. Elas vão

na direção de uma grande transformação econômica e social do país. Que ninguém se iluda sobre a minha fidelidade a minhas origens. As dificuldades que enfrentei e os êxitos que alcancei me deram a convicção de que o melhor que possuímos é o nosso povo. Que não se confunda paciência e cordialidade com passividade. Que se entenda que somos um povo composto de homens e mulheres fortes que apenas necessitam de uma circunstância histórica que nos permita mostrar todo nosso potencial. Este momento chegou".

Essa polêmica sobre a continuidade/descontinuidade entre os governos Lula e FHC não deveria ser vista como artificial, mas como propriamente emblemática de um período de transição. Na pesquisa CNI/Ibope, divulgada em 8 de dezembro de 2004, para 49% dos entrevistados, o governo Lula é melhor; para 31%, é igual; e para 17% pior que o governo FHC.

Descontinuidades fundamentais

O governo Lula no início de seu terceiro ano revela com crescente nitidez a diferença de fundamentos programáticos, de base social e política, de valores com os governos FHC em cinco dimensões básicas.

A primeira delas diz respeito à própria origem e base político-social do governo Lula. Surgido de um confronto político com o neoliberalismo brasileiro, capitaneado pelo PSDB/PFL, ele continua ainda marcado por essa dinâmica política fundamental de disputa, como se revelou nas eleições municipais de 2004. Sua base político-social policlassista ainda tem o seu centro nas classes trabalhadoras e populares, do campo e da cidade. São incorporados representantes orgânicos dos setores financeiro, industrial, do grande agro-negócio em posições-chave, ou importantes, de governo. E sua base social não está claramente centrada nesses setores, como era o governo FHC – que se compôs desde sempre como uma ampla frente das classes dominantes, excluindo praticamente qualquer relação orgânica com os setores populares. A Força Sindical, que em um determinado momento se propôs a ser quase um braço "trabalhista" do PSDB, foi sempre a caricatura de uma relação importante deste governo com as classes trabalhadoras.

A segunda dimensão, estreitamente ligada à primeira, está na relação do governo Lula com os

movimentos sociais organizados. O governo FHC iniciou-se com um confronto, que mobilizou tanques do Exército, contra os petroleiros. Sua política central fixou-se na flexibilização dos direitos e na desregulamentação. Congelou salários e fechou as portas de negociação com o funcionalismo público federal. Se no primeiro mandato procurou estabelecer um flanco de negociação com o MST e os movimentos de luta pela reforma agrária, no segundo trabalhou determinada-mente uma agenda de criminalização dos movimentos sociais e de criação do Banco da Terra.

É de outra qualidade a relação do governo Lula com os movimentos sociais. Em boa medida, suas equipes de governo, de várias áreas fundamentais, trazem para o Estado brasileiro a memória, a sensibilidade e o compromisso de toda uma geração de lutadores sociais. A sua agenda tem sido – mesmo em momentos de conflito como a reforma da Previdência –, pautada pelo esforço de legitimação, diálogo e negociação com os movimentos sociais. Não se trata apenas do fato de pela primeira vez na história do país um governo federal não reprimir trabalhadores e pobres: em uma medida importante a própria ação de governo passou a ser construída em um diálogo, ou respondendo parcialmente a expectativas dos movimentos sociais brasileiros. A descriminalização do MST e o diálogo permanente com suas lideranças, a criação de fóruns institucionais de diálogo com o mundo do trabalho, o estabelecimento de mesas permanentes de negociação com o funcionalismo público federal, agendas de diálogo com os movimentos ecológicos e indígenas, diálogo construtivo com o movimento estudantil e com a comunidade universitária, apoio fundamental à realização do Fórum Social Mundial: este padrão é exatamente o contrário das políticas de Estado neoliberais, que, a partir do diagnóstico do "excesso de democracia" e da "inflação de demandas", são conduzidas pelos critérios da democracia delegativa, dos arranjos corporativos pelo alto, do afunilamento das agendas pró-mercado.

Mesmo onde a continuidade do governo Lula em

relação ao segundo mandato do governo FHC é visível e incontestável – a gestão macroeconômica das políticas monetária, cambial e fiscal – a dinâmica econômica resultante não é a mesma. Isto nos leva à terceira dimensão decisiva de descontinuidade do governo Lula em relação ao governo FHC. Trata-se de uma intuição interpretativa, aqui ampliada, que partiu do tino analítico de Maria da Conceição Ta-

A relação do governo Lula com os movimentos sociais tem sido pautada pelo esforço de legitimação, diálogo e negociação.

vares, em sua fala por ocasião de uma homenagem recente a Getúlio Vargas no BNDES. Para ela, o que diferencia o governo Lula dos governos FHC na economia é a ausência atual de convergência entre os princípios de regulação macro-econômica e a gestão de operadores estatais fortes na economia, como seria o caso do BNDES. Essa intuição pode e deve ser ampliada: reconhecendo-se o peso central do Banco Central na gestão macro-econômica, não seria correto analiticamente tratar como contrapontos

fracos, tópicos ou residuais, um conjunto de dinâmicas desencadeadas pelo governo Lula nos dois últimos anos, em particular em 2004.

Os espaços econômicos abertos pela nova política externa (que repercutem diretamente na formação da pauta exportadora, como tratou *O Globo* do dia 26 de dezembro de 2004 na interessante matéria "Política externa agressiva teve um peso favorável na balança comercial"); as políticas de inclusão social, como o Fome Zero (enquanto o orçamento de 2003 para as áreas de segurança alimentar, assistência social e para o Bolsa Família foi de 8 bilhões de reais, em 2004 já chegou a 15 bilhões de reais); o BNDES (que liberou 35 bilhões de reais de empréstimos em 2003, 40 bilhões de reais em 2004 e liberará 60 bilhões de reais em 2005); a CEF (repasse de 6 bilhões de reais para o financiamento habitacional e de 2 bilhões de reais para o saneamento em 2004, recursos que serão multiplicados para 2005); o crédito à agricultura familiar (que triplicou desde 2003, passado a 7,6 bilhões de reais); e a expansão do crédito consignado (de 6,3 bilhões de reais em 2003 para cerca de 12 bilhões de reais em 2004) introduzem novas dinâmicas econô-

micas de expansão, inclusão social e distribuição de renda, que, em parte, certamente, explicam a dinâmica forte da economia e do emprego em 2004, mais além do boom exportador.

Segundo o economista Cláudio Dedecca, pesquisador e professor do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT) da Unicamp, o reajuste de 15,4% do salário-mínimo previsto para 2005 vai injetar na economia nacional 82,4 bilhões de reais, a partir dos mais de dez milhões de trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos e os 14,4 milhões de aposentados e pensionistas. Para 2005, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou um orçamento de 11,2 bilhões de reais para as áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura, um aumento de 38,2% em relação ao ano que passou. São todos fatores contra-restantes ou de contratendência, no sentido do crescimento, à gestão ultraconservadora e ortodoxa do BC, que, em geral, não existiam ou existiam timidamente durante os governos FHC.

A quarta dinâmica diz respeito ao reposicionamento do Brasil frente aos Estados nacionais e ao mercado mundial. Mesmo entre aqueles que centravam a sua crítica ao governo FHC em sua dinâmica de inserção passiva na ordem internacional, em geral não se atribui às mudanças muito substantivas operadas pelo governo Lula nesta área um valor estruturante ou central. Seriam ou uma exceção ou apenas um fator de menor conta diante das dinâmicas de continuidade que existiriam entre o governo Lula e os governos FHC. Há aí certamente uma sub-apropriação analítica: no mundo de hoje, a relação entre os Estados ou entre os Estados nacionais e os mercados definem em uma medida importante os espaços possíveis de governo.

A quinta dinâmica a introduzir uma descontinuidade fundamental é o reforço do caráter público e tendencialmente universalista das políticas sociais do governo Lula em contraposição ao caráter focalista ou dual e privatista dos governos FHC. Esta contraposição está no centro das polêmicas conduzidas, em geral de um ponto de vista neoliberal, ao programa Fome Zero. Como FHC repete sempre, critica-se o caráter centralista ou estatal desse programa e a sua direcionalidade não focalizada em grupos restritos. A reforma universitária, proposta pela comissão formada pelo MEC, vai exatamente na direção inversa dos pro-

gramas privatistas, projetando o crescimento das vagas do sistema público para 40% do total ao longo dos anos. Não se contrapõe mais, no MEC ou no Ministério da Saúde, uma política para os pobres (básica e pública) a uma política para os ricos (privada e mais sofisticada). A criação do Ministério das Cidades significou, de fato, a criação de uma política pública para uma área social (saneamento, financiamento para moradores de baixa e média renda) praticamente abandonada pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Estas cinco dimensões, de conjunto, tornam o governo Lula de qualidade político-social diverso dos governos FHC, configurando uma dinâmica histórica de transição de paradigma de fundamentos do Estado neoliberal para um Estado republicano.

Limites das mudanças

Se há transição, precisamos reconhecer que até agora ela tem sido parcial, limitada, contraditória e desigual.

Parcial porque a gestão macroeconômica do país tem se apoiado em formatos institucionais (autonomia operacional do BC voltado unicamente ao controle da inflação, desregulamentação do fluxo de capitais e altos superávits primários), agendas, equipes de governo e defesa de valores que expressam claramente a continuidade do ideário neoliberal. Como se trata de uma das políticas estruturantes do Estado brasileiro, submetido a uma volumosa dívida pública, ela tem a capacidade de condicionar o conjunto das políticas de governo. Apesar de os juros fixados pelo BC, mesmo elevados, em particular no segundo ano do governo Lula, estarem abaixo da média dos anos FHC – como eles incidem sobre um montante da dívida pública acumulada e crescente –, o Estado brasileiro teve encargos da dívida de 145 bilhões de reais em 2003 e provavelmente de 130 bilhões de reais em 2004. Destes, uma parte não desprezível volta ao Estado sob a forma de impostos. Como a taxa Selic influencia o movimento de todas as taxas de juros praticadas no mercado, ela acaba também por estimular a transferência de renda para o setor financeiro. Estes ganhos do setor financeiro e dos grandes aplicadores em títulos públicos funcionam, então, como um forte mecanismo de concentração de renda, em

alguma medida amortecendo o impacto de políticas distributivistas.

Esse alto compromisso do Estado brasileiro com o pagamento da sua dívida financeira tem uma imediata contrapartida na realização de altos superávits primários e na compressão dos gastos orçamentários. Áreas como educação e saúde, programas como o de reforma agrária ou de saneamento, reajustes salariais do funcionalismo público, das tabelas de imposto de renda e do próprio salário-mínimo, vindos de uma década de severo arrocho, continuam com seus patamares de recomposição e crescimento estruturalmente contidos. São todas áreas muito sensíveis aos movimentos sociais e ao cotidiano da população, das classes médias assalariadas aos setores mais pauperizados, que funcionam muito aquém das demandas represadas.

A transição é contraditória porque dentro do governo, com seus espaços de poder e pressão, agem forças que querem a manutenção e a reprodução, ou ampliação, das reformas neoliberais; e outras que trabalham no sentido da republicanização do Estado brasileiro. As agendas do governo passam claramente a ser fruto dessa disputa de lógicas contrastantes permanentemente arbitradas pelo presidente.

Por fim, ela é desigual porque, refletindo essas forças contrastantes, o grau, o ritmo e as perspectivas de superação do paradigma neoliberal não são simétricos, concomitantes ou paralelos nas diversas áreas de atuação do governo.

Seria importante verificarmos que o condicionamento e a limitação exercidos pelas resultantes das opções da gestão monetária, cambial e fiscal devem ser compreendidos dinamicamente segundo a evolução da conjuntura internacional e o ritmo de crescimento da economia. Uma crise financeira internacional certamente exigirá medidas fortes segundo a lógica da atual gestão macroeconômica (brusca elevação dos juros para frear a saída de capitais especulativos, por exemplo). Taxas de crescimento econômico mais elevadas, com seus efeitos no aumento da arrecadação do Estado e na diminuição da vulnerabili-

dade externa, permitem aumentar o espaço de acomodação das contradições permanentemente arbitradas pelo governo (elevações do gasto público, do salário-mínimo etc mais além da inflação).

Melhor do que parece

O diagnóstico de que há uma transição, mas parcial e limitada, deve ser completado por uma visão de que o governo é melhor do que parece.

Isto por três razões. Em primeiro lugar, porque tem contra si, relativizando os seus feitos, exacerbando os seus defeitos, uma mídia predominantemente editorializada a partir de um viés oposicionista liberal-conservador.

Em segundo, porque tendo dentro de si visões contrastantes, o próprio governo tem dificuldade de construir, através de um diálogo democrático com a sociedade brasileira, uma identidade e visão de sentido que lhe permita apropriar-se politicamente de forma mais plena de suas conquistas e mesmo de seus limites.

Em terceiro, porque agindo aquém do possível o governo cria uma tensão permanente, com uma ampla rede de movimentos sociais que, através de suas lideranças, intelectuais e mili-

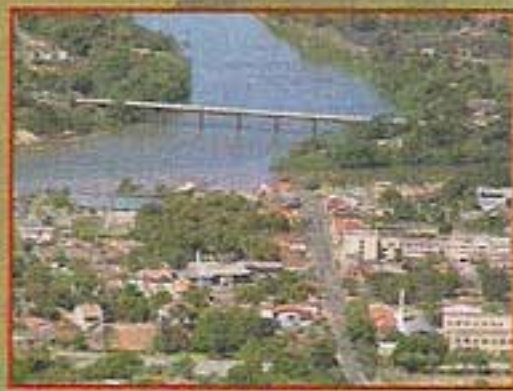
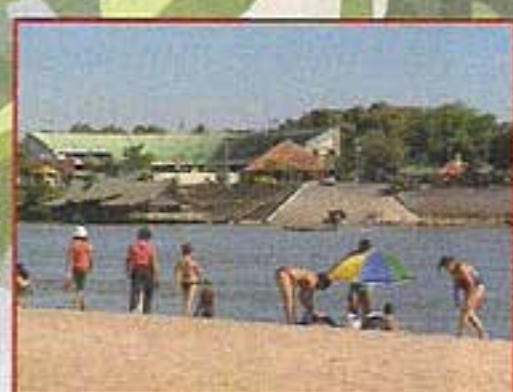
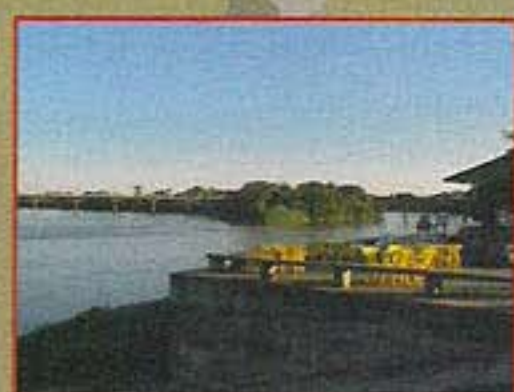
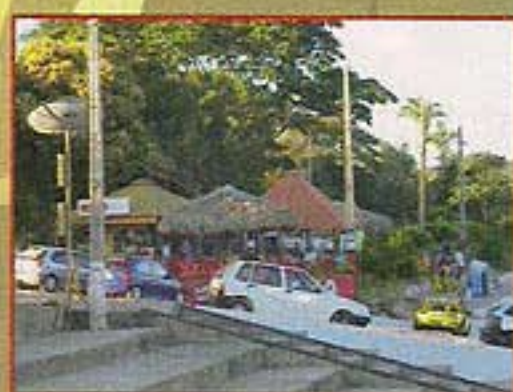
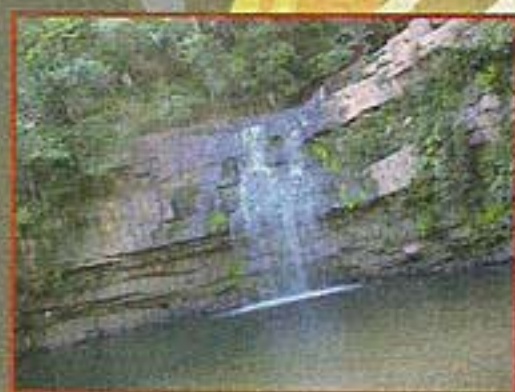
tantes, tem cumprido historicamente um papel ativo na formação da opinião pública. De certo modo, essa ampla rede, nacional e enraizada, fica relativamente neutralizada como construtora ativa das bases sociais do governo potencialmente em expansão.

Qualitativamente diferente dos anos FHC, bem aquém do possível, muito melhor do que parece: esta aparenta ser uma caracterização que procura, de modo equilibrado e totalizante, caracterizar a novidade histórica do governo Lula em seu complexo dinamismo no terceiro ano de seu mandato.

O diagnóstico de que há uma transição, mas parcial e limitada, deve ser completado por uma visão de que o governo é melhor do que parece.

Juarez Guimarães é professor de Ciências Políticas da UFMG. Esse texto foi publicado no boletim Periscópio, da Fundação Perseu Abramo.

Barra do Garças te espera de braços abertos.



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica
e cultural te esperam no coração do Brasil.
Venha desfrutar de nossas maravilhas.
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos
PREFEITURA MUNICIPAL

V Fórum Social Mundial

*Um outro mundo, com paz
e socialismo, é possível!*

Encerrado o V Fórum Social Mundial, o maior encontro do movimento social mundial já ocorrido no planeta Terra, inicia-se mais uma jornada de lutas antiimperialistas, contra a guerra e pela paz mundial.

Dois chefes de Estado, Lula e Chávez, participaram desse evento ocorrido na cidade gaúcha de Porto Alegre, entre os dias 26 e 31 de janeiro do ano corrente. Cerca de 200 mil pessoas marcharam para celebrar a abertura do encontro. Ao todo, dele participaram cerca de 155 mil pessoas de 135 países, sendo 35 mil no Acampamento da Juventude e 6.880 mil comunicadores.

Este V FSM, que aconteceu no Território Social Mundial, às margens do rio Guaíba, proporcionou a realização de mais de 2500 atividades autogestionadas por organizações, campanhas e redes mundiais de movimentos sociais.

O Fórum Social Mundial cresce e amadurece

O FSM continua como espaço aberto, cada vez mais democrático de fato, e incentiva intencionalmente as articulações entre os movimentos sociais

RICARDO ABREU (ALEMÃO)

Porto Alegre sediou novamente – de 26 a 31 de janeiro –, mais um Fórum Social Mundial (daqui adiante apenas FSM), desta vez a sua 5ª edição. Os 155 mil inscritos, talvez 180 mil participantes, de 135 países, dentre eles 35 mil jovens acampados, envolveram-se em mais de 2500 atividades. O V FSM foi um grande palco de debates, articulações e de programação das mobilizações de massas.

Marcha de abertura do V FSM.



Clomar Porto

Em meio a um incessante debate sobre o seu futuro e a algumas tensões, o processo do FSM vai crescendo, amadurecendo e sofrendo mutações. É sem dúvida um dos maiores fenômenos políticos do século 21 que se inicia. Em termos qualitativos, em quatro anos o FSM evoluiu sobremaneira, internacionalizou-se mais, expandiu-se vigorosamente em vários fóruns temáticos, continentais, nacionais e, ao mesmo tempo, politizou-se.

A síntese do debate entre as concepções do FSM como “espaço aberto” – e enquanto o “movimento dos movimentos” – foi a melhor possível até agora. As alterações metodológicas se mostraram corretas. Segundo um texto do Secretariado Internacional do FSM, “a metodologia estimulou movimentos e organizações de todo o mundo a procurar construir, por meio de um diálogo que começou bem antes de Porto Alegre, atividades mais capazes de gerar propostas e ações comuns”.

O FSM continua como espaço aberto, cada vez mais democrático de fato, e incentiva intencionalmente as articulações entre os movimentos sociais para que estes aprofundem temas, organizem-se e lancem campanhas, ações concretas, mobilizações de massas, com a facilitação do FSM, mas não em seu nome.

O FSM está em mutação

Vai confirmando-se a tendência verificada desde o IV FSM, na Índia, passando pelo Fórum Social das Américas, no Equador, e pelo V FSM. Processualmente o discurso dos organizadores vai tendo mais ressonância na prática, e o FSM hoje é mais plural e participativo. Pode-se dizer que as várias “culturas políticas” de esquerda e progressistas têm seu espaço no FSM – o que não acontecia, sobretudo nas primeiras edições em Porto Alegre.

Sob o pretexto de combater os “tradicionais” movimentos sociais e exaltando de maneira unilateral os movimentos “antiglobalização”, os primeiros anos do FSM discriminaram movimentos e correntes políticas importantes. Nesse aspecto ele evoluiu bastante. Ao dar espaço no FSM para o que pulsa realmente na luta dos povos, surgem com a sua real expressão os movimentos populares mais combativos e, neles, obviamente, a presença de lideranças e intelectuais socialistas e revolucionários.

O processo do FSM, no entanto, é um fenômeno que tem contribuído para o florescimento de idéias antineoliberais, antiimperialistas e até anticapitalistas; é um espaço privilegiado para as articulações dos movimentos populares e intermovimentos; e possibilita a unidade na luta, ao ser palco de assembleias de movimentos e de lançamento de campanhas e mobilizações de massas.

Exemplos desse caráter progressista são as declarações resultantes deste V FSM, como o “Manifesto de Porto Alegre”, assinado por intelectuais, e a declaração da Rede Internacional dos Movimentos Sociais, aprovada em assembleia, denominada “Convocatória dos movimentos sociais contra a guerra, o neoliberalismo, a exploração e a exclusão, por outro mundo possível”.

As idéias predominantes ainda não são as socialistas, estamos longe disso. Ainda há muita heterogeneidade, pulverização e dispersão, mas também a cada ano ganham um pouco de terreno o antiimperialismo; o internacionalismo mesclado com o patriotismo; a valorização da política e dos partidos e movimentos políticos como fundamentais para a realização de mudanças profundas; o reconhecimento das experiências que tentam superar o neoliberalismo e construir o socialismo atualmente em curso no mundo, entre as quais Venezuela e Cuba tiveram expressão maior no V FSM; e a consciência da necessária unidade na luta.

E a cada ano perdem um pedaço de terreno as idéias pós-modernas e neanarquistas de negação da política, dos partidos e da necessidade da libertação nacional. A cada ano perdem território as concepções do “pense globalmente, aja localmente”, da militância “social e não política”, das pequenas causas desassociadas da luta política, estimuladas por algumas ONGs.

A temática do trabalho e das lutas do proletariado ainda é pouco significativa na pauta do FSM. Na declaração da assembleia da Rede Internacional dos Movimentos Sociais, na qual constam dezenas de temas e bandeiras de luta de várias campanhas e movimentos além de uma agenda de mobilizações, as bandeiras e jornadas de luta ligadas à valorização do trabalho estão ausentes.

Neste V FSM ocorreram discussões sobre a reorganização do movimento sindical em nível interna-

cional. E é verdade que a cada ano a presença das centrais sindicais e de debates sobre a luta sindical surgem com mais evidência; porém, pela importância estratégica da luta dos trabalhadores enquanto classe, por seu papel histórico, ainda é muito insuficiente. Os revolucionários não devem subestimar o significado político-ideológico desse urgente esforço para realçar a luta dos trabalhadores a um novo patamar, inclusive no processo FSM.

Um panorama do pensamento e dos movimentos sociais progressistas

Entretanto o FSM é um espaço aberto cada vez mais vasto, extenso, e nele se apresenta quase todas as idéias ou movimentos críticos às políticas neoliberais e ao domínio do capital. O FSM nos fornece um mapa mundial das lutas e dos movimentos sociais da atualidade, com suas bandeiras e formas de luta, a tradição e a inovação sempre presentes.

O FSM é interessante, pois nos apresenta um panorama atual do matizado e complexo pensamento progressista em escala mundial. Praticamente todas as vertentes do pensamento mais avançado, verdadeiro ou disfarçado, se fazem presentes e disputam as consciências das lideranças e dos militantes. Ao passo em que revela uma grande riqueza de idéias, e é um impressionante painel aberto para quem quiser conhecer melhor a realidade atual do pensamento crítico e avançado, o FSM também deixa patentes as dificuldades que existem para transformar essas idéias em força material. Ou seja, entre as idéias e uma real capacidade transformadora, revolucionária, há uma grande distância. Isso é próprio de uma fase de reconstrução, onde há ainda muita diferenciação, após a derrota estratégica da experiência soviética no final do século passado.

No FSM pululam tentativas de alternativa ao sistema capitalista, a maior parte consciente ou ingenuamente reformistas. É nesse debate que precisamos afirmar a alternativa revolucionária e desenvolver a luta pelo socialismo renovado, relançando a luta pelo socialismo adentro do século 21.

A nosso ver, a relação a ser aprofundada entre os comunistas de hoje e essas várias correntes político-ideológicas participantes do FSM – que pode ser resumida na consigna unidade na luta e luta de

idéias –, é a sugerida por Oswald de Andrade no “Manifesto Antropófago”. É preciso participar assimilando as melhores contribuições e descartando o restante; influenciando e sendo influenciado.

Como os indígenas antropófagos faziam, ao literalmente engolir o guerreiro derrotado acreditando que dessa forma se fortaleceriam ainda mais, assim devem atuar os marxistas no FSM. É preciso ter a coragem de guerreiro para ir à luta de peito aberto e assimilar as proteínas criativas das idéias de nosso tempo, necessárias para enriquecer nosso pensamento, e, ao mesmo tempo, fortalecer nossa identidade comunista.

Os partidos e movimentos políticos tiveram maior liberdade para atuar durante o V FSM. Acabaram-se as restrições que impediam representantes de partidos de serem conferencistas – e os partidos brasileiros que reivindicaram obtiveram um espaço oficial dentro do “Território Social Mundial”. O FSM é um espaço dos movimentos e deve continuar sendo, mas não há justificativas para as normas proibitivas contra os partidos.

Os comunistas, desde o FSM na Índia, vêm conquistando sua cidadania no FSM – antes disso no máximo conseguiam um visto de entrada como turista. Os partidos comunistas de todos os continentes estiveram presentes e ativos no V FSM, através de suas lideranças nos movimentos sociais, de seus intelectuais e também de seus dirigentes e parlamentares. Ricardo Alarcón, presidente do parlamento de Cuba, participou de várias atividades e o Vietnã, repetindo o feito na Índia, veio com uma delegação representativa.

A bandeira da paz unifica a resistência antiimperialista

A marcha de abertura do V FSM, denominada Marcha pela Dignidade, amanheceu estampada nos jornais gaúchos como a Caminhada pela Paz. As mais de 200 mil pessoas que se manifestaram no primeiro dia do evento encontraram na bandeira da luta pela paz e contra a guerra imperialista seu ponto maior de unidade.

O alvo dos manifestantes não poderia deixar de ser a política de terrorismo de Estado de George W. Bush. Nunca é demais lembrar que a maior manifestação sincrônica da história da humanidade, con-

tra a agressão ao Iraque, em 15 de fevereiro de 2003, foi discutida e aprovada na Assembléia Mundial de Movimentos Sociais realizada em Porto Alegre, durante o III FSM. Este ano aprovou-se uma convocatória para uma mobilização internacional no dia 19 de março contra a ocupação do Iraque.

A Coordenação dos Movimentos Sociais brasileiros, CMS, realizou, de forma inédita, uma grande assembléia durante o V FSM, na qual aprovou um calendário de atividades para 2005, com destaque para o dia 19 de março e para as atividades da campanha contra a Alca.

Estamos diante de uma luta de caráter estratégico, pois sem derrotar a ofensiva guerreira de Washington não há futuro para os povos. Baby Bush já ameaçou a atacar o Irã, Cuba e a Coréia Popular. A luta pela paz é, ao mesmo tempo, ampla e radical, pois é claramente antiimperialista.

Lula e Chávez são a expressão maior da politização do FSM

Demonstrando o verdadeiro caminho para superarmos o neoliberalismo – que é através da integração latino-americana, da independência e do desenvolvimento nacionais e da luta pela conquista do poder político –, as conferências dos companheiros Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil, e Hugo Rafael Chávez Frías, presidente da República Bolivariana da Venezuela foram as atividades com a maior participação de delegados do V FSM.

Ambas aconteceram no ginásio Gigantinho, adaptado para mais de 12 mil pessoas. Chávez foi mais longe e defendeu a revolução cubana e a tradição socialista do século 20, anunciando que o objetivo da revolução bolivariana é o socialismo. Diante disso, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, perguntou: “Será esse o rumo que os povos latino-americanos almejam?”. Os participantes do 5º FSM disseram que sim.

É importante lembrarmos que conferências – ou qualquer outra atividade – de chefes de Estado não eram permitidas pelo Secretariado Internacional do FSM até o III FSM, em 2003 – quando se abriu exceção para uma palestra de Lula, recém-eleito, no Anfiteatro do Pôr-do-sol. Nesse mesmo evento Chávez fez uma conferência na Assembléia Legislativa que não foi incluída na programação. E, ainda assim, houve ressalva

por parte dos membros do Secretariado Internacional de que a atividade não fazia parte do FSM.

Superando as expectativas, os mais de 150 mil participantes do V FSM, entre delegados de outros países e a maioria de brasileiros, em geral demonstraram apoio aos esforços mudancistas do Governo Lula, ao mesmo tempo em que reconheceram suas limitações e fizeram exigências.

Dois fatos demonstram o acima dito. Primeiro a conferência de Lula no Gigantinho, à qual compareceram milhares de militantes de outros países e brasileiros do PT, do PCdoB, da UJS e de praticamente todos os movimentos populares brasileiros. As vaías da oposição a Lula, uma minoria trotsquista, foram abafadas pelos aplausos da grande maioria. O mesmo ocorreu, de forma até mais contundente, na Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais.

A América Latina é hoje um dos continentes mais promissores para a luta dos povos. O destino dos atuais processos políticos no Brasil e na Venezuela terá fortes implicações na luta política e ideológica no futuro próximo.

FSM em 2006 na Venezuela

O Fórum Social Mundial como conhecemos, na forma de um único evento mundial, voltará a acontecer somente em 2007 na África. Em 2006 serão realizados alguns FSM's em nível continental: um na Ásia, um na África e, assim por diante. No caso das Américas o local escolhido foi Caracas, capital da Venezuela, na mesma data do Fórum de Davos. Antes disso a Venezuela também sediará – de 7 a 15 de agosto desse mesmo ano –, o 16º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Ainda haverá uma reunião do Conselho Internacional do FSM para confirmar os FSM's nos continentes, mas tudo indica que a revolução bolivariana sediará um importante evento em 2006 e seguramente a experiência venezuelana será inspiradora e estimuladora para que o FSM continue mudando e evoluindo. Só assim conseguirá realizar o seu lema de outro mundo possível.

Ricardo Abreu (Alemão) é economista e membro do secretariado nacional do PCdoB.

Grandes acontecimentos dos novos tempos

WALTER SORRENTINO

O Fórum Social Mundial é retrato da época em que vivemos, inclusive no seu caráter de mega-evento. Por isso, falar dele gera, já de saída, uma sensação de inapelável incompletude. Em primeiro lugar, por ele ser a expressão – e resposta – à fragmentação de nosso tempo. Depois, por parecer ser quase inapreensível, em um único relance, na totalidade de sua significação, enquanto manifestação de consciência crítica que evolui para um nítido caráter anticapitalista, fortemente contestadora da ordem imperialista vigente. E também porque, na sua 5ª edição, ele está em mutação, de modo até vertiginoso – processo cujos desdobramentos principais estão em aberto.

Mas é preciso falar do Fórum, é preciso falar no

O V FSM foi um espaço para bandeiras politizadas.



Ciomar Porto

interior dele, é preciso tentar transmitir, mesmo em forma de crônica, algumas de suas características marcantes e transmitir experiências de participação nele. É inequívoco que os poderes midiáticos do mundo não informam nada sobre ele; antes, desinformam sobre seu significado. Mas nele está contido o novo surto de luta que haverá de alimentar a nova onda de luta por uma ordem social e política que supere o capitalismo. Outras centenas de milhares ou mesmo milhões precisam se apropriar de seus significados e experiências. O Fórum é um relâmpago luminoso que ilumina, num fragmento de tempo, a nossa época. Como disse Walter Benjamin, em *Das Passagenwerk*: “O conhecimento sempre surge em relampejo. O texto é a longa seqüência de trovões que o sucede”.

Na Babel, a Internacional é cantada

Durante uma das tardes ensolaradas, já nos dias finais, na célebre Tenda da Paz instituída como espaço privilegiado do Fórum pelo Cebrapaz, dezenas de ativistas nacionais e estrangeiros parlamentavam, descansando entre uma atividade e outra. Aproxima-se uma animada passeata, com cartazes, bandeiras, faixas. Era uma manifestação da delegação coreana, que vinha saudar a Tenda. Bastante performáticos, como parecem ser os coreanos, com um animador ao megafone e uma coreografia ritmada dos participantes, manifestavam algo. Tudo nos era incompreensível, porquanto tudo se dizia e escrevia nessa língua para nós indecifrável.

Não havendo naquele momento quem pudesse com eles entabular uma conversação, assim meio que espontaneamente nos levantamos e instituímos a única língua franca que nos ocorreu no momento: entoamos o hino dos trabalhadores do mundo, a *Internacional*. A confraternização foi geral e efusiva entre todos, de quem nos despedimos a seguir com congratulações e palmas de parte a parte.

Com a juventude à frente é promissor esse movimento

O Fórum foi, antes de tudo, um generoso gesto de confraternização entre ativistas e militantes de

todas as causas, a expressar o valor sempre atual da solidariedade entre iguais, irmanados pela certeza de que vale a pena lutar, empenhar energias na luta social e política, como espaço de valorização do humano, ponto elevado da vida social e espiritual de cada cidadão e cidadã. Um outro mundo é possível foi bem mais que um mote; foi a seiva comum que alimentava a todos.

Houve uma característica muito saliente: a enorme predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, entre os 155 mil inscritos. Provavelmente ali estavam as filhas da geração de mulheres que lutaram bravamente pela emancipação feminina, desde os anos 60. Geração que, junto com a de hoje, protagonizou um dos fenômenos de maior impacto de nosso tempo: a emergência do gênero feminino em todos os terrenos da vida social. Talvez ainda mais sábia hoje, pois aprendeu que já não nos basta seguir lutando pela igualdade de direitos (sempre mais necessários diante das enormes discriminações de que são vítimas, ainda em todos os terrenos), mas também proclamar vivas à diferença entre os gêneros, pois daí nasce a riqueza do patrimônio comum à humanidade.

Como “as águas de março, promessa de vida em (nosso) coração”, que coisa mais promissora para o futuro da luta podemos querer, quando vemos essa multidão, de homens e de mulheres, mas principalmente de jovens, a buscar rumos para uma sociedade mais justa e fraterna?

Saber ver o novo

Podemos falar sem medo de errar que as características da diversidade e pluralidade fazem a força do movimento contestatório atual, do qual o FSM é a maior expressão. Inclusive, lhe dão o colorido, sobre o qual se vê obrigada a falar – muito a contragosto –, a mídia mundial monopolizada, sempre para caricaturá-lo. Quem esteve na marcha de abertura, com seu séquito de 200 mil participantes, pôde assistir a centenas (ou seriam milhares, já que se inscreveram 6588 organizações?) de causas e manifestos, cada qual com sua animação, suas bandeiras, suas cores, sua coreografia e performance, a proclamar aspectos – essenciais ou não, mas possivelmente todos imprescindíveis – do que

entendem ser necessário para contestar a ordem vigente e afirmar um outro mundo mais solidário, democrático e justo.

Frente a essas características da diversidade e pluralidade, não precisa haver ressalvas, inclusive como código de coordenação do Fórum. Essa é a base de sua riqueza. Ele precisa ser compreendido exatamente como o espaço de diálogo crítico entre as diversas instâncias de luta pela emancipação social, respeitando inteiramente a autonomia dos movimentos sociais e reconhecendo neles novos protagonistas, e também de entabular novas interações com a luta na esfera política e suas instâncias próprias – aí incluídos os partidos de esquerda.

Sim, pode e deve haver preocupação com a fragmentação, a pulverização, pois não necessariamente emergirá da consciência espontânea que anima tais causas, um projeto alternativo de nova sociedade. Mas cada coisa em seu tempo: as próprias formas de consciência que se manifestam no Fórum seguirão seu curso de evolução e/ou involução.

A questão das alternativas objetivas à ordem atual, a mais aguda que se pôs já neste 5º Fórum, não prescindirá da teoria e da política, compreendidas como as formas mais elevadas da consciência social. As condições e o tempo em que isso ocorrerá não podem ser fixados de antemão – nem a sua inevitabilidade. Tampouco aos soviets, em condições outras de época e caráter, distintas das atuais, era seguro evoluírem para o papel que Lênin soube captar com aguda penetrância. Mas Lênin viu neles algo novo em forma embrionária, e a primeira condição para isso foi saber ver. A segunda foi uma visão estratégica: trata-se de política quando falamos em superar o capitalismo; e política envolve o poder político, o poder de Estado. Cedo ou tarde haverá de se compreender não ser necessário reinventar a roda, mesmo que a nova roda deva ser bastante distinta das experiências do movimento transformador do século XX.

É nessa atitude que se distinguirão as visões do Fórum e de sua significação. Se a primeira condição é ver: é preciso participar para ver, é preciso reconhecer os interlocutores para o diálogo crítico. Que se enxergue então a marca mais saliente deste

V Fórum: a unidade combativa em torno de uma plataforma ainda sem forma acabada, mas pulsante sob qualquer ângulo, e fortemente contestatória.

Porto Alegre não evolui para dialogar com Davos e construir uma nova ordem a partir dessa conciliação, pois isso secaria sua nascente. Por menos que se queira, o fato é que um conjunto de questões centraliza as aspirações de Porto Alegre e elas são marcadamente críticas. Expressam a um só tempo a fortuna do movimento – basicamente sua unidade combativa –, ao lado de seus impasses – porquanto questões programáticas momentosas não motivam ainda convicções e ideais mais claros.

Unidade combativa em construção

Esses pontos estão “moleculando”. A primeira questão é a luta pela Paz. Ela se afirma inconteste e unitariamente. É bandeira global dos movimentos. Reconhece-se não só como questão imperiosa do momento, enquanto fator de resistência, mas também como voltada diretamente ao coração do atual sistema de forças em plano mundial. Com base nela, proclama-se abertamente a condenação do imperialismo norte-americano. Para quem acha que a história acabou, ou que as “velharias” do passado não voltariam jamais, eis aí a resposta.

Outra é a questão da democracia. Um novo mundo precisa ser radicalmente democrático, isso é inconteste para todos. Questões novas vão maturando, relativas a como aprofundar o processo democrático na ordem mundial, que implica em restringir os poderes reais infensos a qualquer ordem (finanças, mídia etc). Também no relativo à gestão das sociedades, superando a atual espetacularização da política manietada pelo poder econômico e financeiro. Boas propostas não faltam e podem confluír para uma plataforma comum, beneficiada pelos enormes progressos da telemática, que permitem auscultar democraticamente os anseios da população em tempo real.

Mas o desafio é mais fundo para todos: como superar, objetiva e subjetivamente, os conceitos e preconceitos no terreno da organização política de uma nova sociedade, com respeito àqueles provindos da experiência real de tentativa de supe-

ração do capitalismo no século XX? De algum modo, há uma pedra no caminho: a negação da política, dos políticos e dos partidos políticos enquanto instrumento, e isso tem a ver com a capacidade de extrair daquelas experiências lições consistentes, que permitam construir um paradigma mais elevado de democracia. Do que se trata é de negação da negação, ou seja, da efetivação real de um modelo radicalmente democrático, possivelmente mais complexo e mediado do que as atuais formas liberal-parlamentares.

A terceira "molécula" que vai se gestando na unidade combativa é menos madura, e é precisamente a mais complexa. Gira em torno das questões do desenvolvimento, justiça social, soberania e socialismo. É precisamente o nó górdio de uma alternativa.

Não se parte de zero, muito pelo contrário. A noção de um sistema solidário, com igualdade de direitos entre todos, parece ser base comum. O mesmo quanto à condenação do poder dos monopólios e do imperialismo. Contesta-se mesmo é o capitalismo. Mas a partir daí o horizonte é mais nublado. Abarca desde concordâncias entusiásticas até fortes interrogações com respeito às experiências de novos governos como o de Lula e o de Chávez. Aliás, estes presidentes protagonizaram os dois momentos políticos altos do Fórum exatamente por essa eletricidade no ar. As identidades e contrapontos expostos por eles dão matéria para profundo exame dos caminhos, alcances e limites de um projeto que caminhe na direção de uma transformação social mais profunda. Em comum, a afirmação da luta pela integração da América do Sul e Latina; a construção da alternativa Sul-Sul, para a qual o governo Lula tanto contribui; os caminhos para barrar a Alca; e os intentos de conferir desenvolvimento às suas nações.

Mas o tema ainda não teve toda a centralidade necessária no FSM. Porque tanto a democracia quanto os direitos sociais, tanto a liberdade quanto a igualdade, não podem ser pensados fora da temática do desenvolvimento. No fundo da neblina essa é a esfinge à espreita. Quais os caminhos do desenvolvimento? Que peso tem o espaço nacional e a soberania como privilegiados ao pensar estratégico do

desenvolvimento, inclusive o espaço dos Estados-nação? Como isso pode ser fortalecido hoje com os espaços de integração regional? Como combinar essa estratégia com a luta mundial das nações e povos? Desenvolvimento soberano se tornou a grande bandeira política do tempo, mas está insuficientemente amadurecido no debate atual. Menos mal que, mesmo assim, socialismo e patriotismo permaneçam como referência a todos quantos pensam com consequência nesses caminhos, como pudemos depreender da ovação a Chávez quando fez referências ao socialismo e ao bolivarianismo.

O dilema da alternativa

Sim, o FSM está em mutação. Viverá o dilema da construção da alternativa. Em certo sentido, sem medo e com apego ao sentido de fundo das palavras, é uma crise. Como escreveriam os chineses com seus caracteres, crise significa perigo e oportunidade. Seus problemas são os problemas do tempo, e não podem senão mobilizar as inteligências e vontades de todos quantos julgamos necessário superar a ordem capitalista.

Como podemos depreender, o caráter descentrado do FSM não se presta a hegemonias políticas desta ou daquela força política ou organização social. Todos marcam muitos gols e tomam muitos gols, no bom sentido, ao longo da sua jornada. Vamos aprendendo que juntos, somando forças e consensos, é melhor que separados; em todo caso sempre se pode marchar separados e golpear juntos o inimigo central. É bom que seja assim e não é esse o fator central de impasse, embora, sem dúvida, algum modo de construção coletiva de seu comando haverá de ser constituído para lhe dar seqüência.

O epicentro de seu alcance e limite reside no terreno da hegemonia cultural ou das idéias. Essa é a mãe de todas as batalhas. O FSM revela que esse processo ainda é eclético e de predomínio da insegurança quanto ao rumo transformador. Estão presentes desde a forte consciência humanista radical até a consciência socialista revolucionária, passando por todas as formas políticas intermediárias – possibilistas, reformistas, revolucionaristas. O ceticismo ainda é forte. Proveniente,

sem dúvida, da negação do anterior paradigma de revolução social, expressa sob a forma reducionista (para a qual a experiência socialista deu margem), de que não serve a luta política que limitaria a autonomia de ação das organizações sociais, que só se poderia transformar a sociedade após a conquista do poder político, num suposto regime de partido único. Ou seja, a crise da experiência socialista calou fundo.

Daí nossa batalha central, de fazer amadurecer e atualizar uma teoria contemporânea para a revolução social. Para os que compreendem a centralidade de construir essa hegemonia de idéias e vontades avançadas, importa desenvolver a teoria revolucionária. Porque é de revolução social que se trata, sem medo das palavras. E revolução exige teoria para construir a predominância de idéias e vontades avançadas. O restante se decide na política – a forma e o caminho não vão repetir necessariamente o passado, pode até ser mais processual, ela sempre estará sob o risco tanto do voluntarismo estéril quanto de se tornar refém do pensamento liberal prevalecente em nosso tempo. Mas em todo caso envolverá rupturas e, sempre, implicará o poder político de Estado para se fazer efetiva.

Dialogando com o FSM, o marxismo pode enriquecer e ser enriquecido

O FSM é palco e laboratório desse pensar teórico. Para os marxistas revolucionários, impõe-se o reconhecimento de que há um número verdadeiramente muito grande e sólido de pontos de partida, na teoria marxista, comprovados pela experiência dos povos. Mas precisam se fazer atuais, para dar conta das características de nosso tempo. O fato de alguns se desfazerem disso não importa – sempre houve e haverá formas intermediárias de consciência política, espontânea e semi-espontânea. Mas é no embate crítico com elas que a teoria revolucionária pode ser atualizada.

Nesse processo, é positiva a ampliação dos setores sociais envolvidos na luta – expressão da característica do capitalismo realmente existente em nosso tempo –, a par do ecletismo e ceticismo que trazem consigo. Resta-nos resgatar (e reafirmar

no processo concreto de luta) a centralidade dos trabalhadores enquanto classe social, para um projeto emancipador da sociedade. Esse o fator crítico da atualidade: fazer dessa classe concreta, sem idealizações ou romantismos extemporâneos, os sujeitos indispensáveis de sua própria emancipação.

Que o FSM siga a realizar prodígios

Na última tarde ensolarada do FSM, na Marcha Mundial contra a Alca, a animadora oficial do comício puxava a palavra-de-ordem “Viva a luta de classes!” Imaginem só! Isso voltou à cena muito antes do que se imaginava. Sim, é de luta de classes que se trata, é do caráter de classe do processo histórico revolucionário de que se trata, se de fato queremos superar o capitalismo e abrir caminho para o socialismo. Sem ingenuidade pueril e sem aventuras infantis. A política se imporá. O outro mundo possível é o socialismo renovado.

Bernardo Bertolucci, em seu último e belíssimo filme *Os Sonhadores*, afirma prestar uma homenagem ao Maio de 1968. Segundo ele, aquela geração foi injustiçada pela história até aqui. Se não levou de fato a imaginação ao poder, o fato é que ela marcou profundamente a época e seus frutos se revelam na emancipação das mentes em muitos domínios da vida social e espiritual, como foi o caso da liberação sexual.

O FSM já fez até aqui enormes prodígios. Produziu, entre outras coisas, a maior manifestação mundial de massa contra a guerra em 2004. É uma nova imaginação que nasce e se afirma. Se mais não fizesse, já teria marcado indelevelmente nosso tempo. Sem dúvida, a geração que o protagoniza será capaz de seus próprios feitos heróicos. E nisso, se orgulhará de ser a continuidade, para os novos tempos, do heroísmo de tantos que nos precederam, como bem lembrou Chávez ao saudar os lutadores de velho tipo que tornam possível para nós, hoje, reafirmar a mesma luta.

Walter Sorrentino é médico e secretário de organização do PCdoB.

V FSM: forma X conteúdo

ANA MARIA PRESTES RABELO

Aos cinco anos de idade o Fórum começa a enfrentar uma certa crise de identidade. O perigo de se transformar em mais um evento está sempre a espreita. Por isso a preocupação, ressaltada por ONG's do Comitê Organizador, com a forma e a metodologia de realização das atividades durante o encontro, ganhou centralidade no processo preparatório do evento. Já os movimentos sociais e alguns intelectuais de destaque, que participam ativamente desde a primeira edição do Fórum, temem a decadência do encontro por não apresentar propostas concretas e uníssonas de como construir o outro mundo possível. A contradição forma x conteúdo esteve presente no decorrer de todo o Fórum.

O futuro do processo do FSM parece reforçar a dispersão, a preocupação excessiva com a descentralização, com a horizontalidade, com o encontro enquanto laboratório de vivências. No ano de 2006 já não haverá um único evento, conforme decisão do Conselho Internacional dos dias 24 e 25 de janeiro. Cada continente abrigará um encontro, que será parte do Fórum Social Mundial 2006. Nas Américas já se aprovou a Venezuela como país sede desse FSM descentralizado.

A vitória dos que defendem mais consistência e finalidade para o Fórum Social Mundial se expressou na carta final da Assembléia Mundial dos Move-

mentos Sociais e no "Manifesto de Porto Alegre – 12 pontos para um outro mundo possível", neles lançada, que ecoaram através da imprensa como resolução do FSM 2005.

No apagar das luzes deste 5º Fórum Social Mundial ficam as boas lembranças da gigantesca marcha de abertura, das conferências de Saramago, Galeano, Gil, Chávez e Lula, do grande encontro do Conselho Mundial pela Paz – organizado pelo Cebrapaz, o lançamento do 16º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, o clima festivo, solidário e combativo.

Ficam as preocupações: a luz vermelha acesa para o excesso de preciosismo com a forma em detrimento do conteúdo do Fórum; a precoce oposição ao Fórum Américas na Venezuela; a falta de participação popular massiva tal como no FSM da Índia; a dispersão generalizada das bandeiras de luta no meio de milhares de atividades autogestionadas.

As organizações que conduzem o Fórum Social Mundial têm um tesouro nas mãos: a capacidade de fazer contato com movimentos sociais de todo o mundo em fração de segundos, de pautar campanhas, de organizar eventos, de propor lutas.

É preciso, no entanto, menos deslumbramento e mais responsabilidade na condução do movimento social mundial. E para os fóruns deixarem de ser

eventos rotineiros a cada ano virado é preciso dar lhes mais significado do que simbologia, mais consistência do que forma, mais atitude do que contemplação. É possível fazê-lo sem uniformizar, amputar, estreitar, verticalizar etc. Basta apontá-lo para o alvo inegável: o combate ao imperialismo que se renova com a instalação da segunda fase da era Bush.



Clomar Porto

Ana Maria Prestes Rabelo é mestrandia em ciências sociais pela UFMG e diretora de Solidariedade Internacional da UJS.

Luta pela Paz, contra a guerra

Aspecto fulcral do cenário mundial do último período, a luta pela paz e contra a guerra imperialista foi tema de uma das mais concorridas – em assistência de público – conferências realizadas por ocasião do 5º Fórum Social Mundial.

Organizada pelo Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz) – entidade recém-constituída no Brasil por ativistas de causas internacionalistas de solidariedade, em cujo conselho figuram personalidades como Oscar Niemayer, Luiz Fernando Veríssimo, Marcio Souza, dentre outros –, em conjunto com cerca de três dezenas de congêneres de todas as partes do mundo, dentre as quais o Conselho Mundial da Paz (CMP), a atividade, reuniu um importante setor do multifacetado movimento global contra a guerra, cuja expressão de massas se deu por ocasião da realização de manifestações coordenadas por todo o globo contra a invasão do Iraque em 15 de fevereiro e 15 de março de 2003 e 2004 – que se constituíram talvez nas maiores mobilizações planetárias já observadas.

Assim, dando conta da justeza, amplitude e combatividade da bandeira, representada pela consigna “Pela Paz, contra a Guerra Imperialista”, o evento, realizado na maior sala de debates do Fórum de Porto Alegre – um

grande espaço lonado, para mais de 1.300 pessoas – foi, sem dúvida, um dos pontos altos da edição de 2005 do FSM. Nessa atividade, utilizaram a palavra mais de 30 entidades e personalidades que convocaram a conferência.

Algumas intervenções se destacam por sua simbologia. Socorro Gomes, presidente do Cebrapaz, a entidade anfitriã; a segunda, pronunciada por Alfred Marder, o veterano presidente do US Peace Council (Conselho da Paz dos Estados Unidos), de forma contundente denunciou os crimes de guerra de Bush e emocionou a todos ao relatar a resistência cívica de grande parcela do povo estadunidense a essa política, no coração do império, como as agências noticiaram por ocasião da segunda posse de Bush em 20 de janeiro último. Por fim, a fala de Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, o parlamento cubano, destacou-se por denunciar, no calor dos acontecimentos, a inclusão da ilha socialista caribenha entre os alvos de ataque militar do imperialismo norte-americano. Alarcon referia-se ao discurso de Condoleezza Rice, a nova chefe do Departamento de Estado (chancelaria) estadunidense que, em sua sabatina no Senado de seu país, no qual ameaçou uso de força militar contra Cuba. Segundo esse alto dirigente de Cuba,

o povo cubano tem, sob a orientação do comandante Fidel Castro, intensificado sua preparação, inclusive militar, para resistir a qualquer agressão norte-americana.

A conferência pela paz, contra a guerra imperialista foi concluída com entusiasmo com o anúncio da atividade a ser realizada no próximo 19 de março – quando, novamente, esperamos que milhões de pessoas saiam às ruas por todo o mundo para condenar as políticas de guerra e defender a paz e a soberania das nações.

Por Ronaldo Carmona, membro do Cebrapaz.

A paz foi destaque no V FSM.



Clomar Porto

Integração sul-americana

América do Sul: integração, soberania, desenvolvimento, o tema da conferência realizada pela Fundação Perseu Abramo e o Instituto Maurício Grabois, no V Fórum Social Mundial, contempla um sonho, um projeto histórico pelo qual lutaram sucessivas gerações desta parte sul das Américas.

Em que pese o legado das lutas travadas, da estatura elevada das lideranças históricas que vanguardaram essa causa, o projeto de integração não se tornou realidade.

Até os três primeiros séculos após o desembarque dos portugueses e espanhóis neste então novo mundo, as colônias se relacionavam exclusivamente com as coroas de Portugal e Espanha. Não havia entre os nascentes países nenhum intercâmbio.

Quando no decorrer do século XIX se dá a independência dos países da região as elites locais que se sucederam no poder, salvo raras exceções, exerceram o papel de vassalos das ex e das novas metrópoles.

Da tutela e domínios férreos das coroas ibéricas, a América do Sul caiu na teia dos bancos ingleses e destes nas garras do imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos para exercerem seu domínio sempre utilizaram governos entreguistas, subalternos, recrutados das classes dominantes locais.

A realidade promissora advinda das realizações dos governos de Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Kirchner na Argentina e da recente eleição de Tabaré Vazquez no Uruguai, associada ao vigor dos movimentos e lutas dos povos desta parte sul das Américas, alçou a integração sul-americana a um novo patamar de prioridade política.

Essas idéias permearam a mesa da conferência, onde ministros de Estado, representantes diplomáticos e lideranças sindicais e populares ofereceram uma análise dos progressos recentes, perspectivas e identificaram alguns obstáculos à consecução de projetos nacionais de desenvolvimento em consonância com a integração regional – dentro do atual

contexto neoliberal e das pressões do imperialismo.

Marco Aurélio Garcia, assessor da presidência da República do Brasil, fez um relato das iniciativas implementadas pelo governo Lula para integrar política e economicamente a América do Sul. Aldo Rebelo, ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, expôs que o processo de integração de nossa região vem desde o tempo dos Libertadores da América; o Mercosul, como base inicial da atual integração, deve ser um projeto generoso; e nisso o Brasil tem papel fundamental. Jorge Luiz Duran Centeno, cônsul da Venezuela em São Paulo, destacou que a integração desta parte do mundo está inscrita na própria Constituição de seu país e o governo venezuelano está empenhado na promoção da união dos países e povos. Ele lembrou que, entre as atuais ações já firmadas, está o projeto de ação conjunta da Petrobras e da PDVSA e também uma televisão pública sul-americana. Gilberto Gil, ministro da Cultura, enfatizou a necessidade de – além da integração econômica e política, a integração cultural dos povos e países – também serem permeadas as agendas dos governos e entidades. Juan González, da Central dos Trabalhadores Argentinos; João Felício, da CUT; e Gustavo Petta, presidente da UNE, ressaltaram aspectos políticos, econômicos e sociais da luta das sociedades e trabalhadores sul-americanos em sua luta pelo desenvolvimento.



Mesa da conferência.

Clomar Porto

Os desafios da luta pelo socialismo

O seminário Os desafios atuais da luta pelo socialismo foi uma oportunidade rara para tornar conhecidas as idéias de lideranças comunistas e de dirigentes de instituições e publicações marxistas de países de todos os continentes.

Quase mil pessoas assistiram no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a este evento promovido pelo Instituto Maurício Grabois, que contou com as intervenções de representantes de 26 institutos, centros de estudo e publicações marxistas e progressistas.

Usaram a palavra: Renato Rabelo (Brasil), Roberto Regalado (Cuba), Pan Ming Tao (China), Tran Dac Loi (Vietnã), Renan Raffo Muñoz (Peru), John Catalinoto (EUA), Gilles Garnier (França), Rony Corbo (Uruguai), Mario Alderete (Argentina), Henri Houben (Bélgica), Ignacio Pizarro (Bolívia), Oscar Azocar (Chile), Jaime Caycedo (Colômbia), Sven Tarp (Dinamarca), Quim Boix (Espanha), Jordi Ribó (Catalunha/Espanha), Debbie Bell (EUA), Nikos Seretakis (Grécia), Jan IJssink (Holanda), Vardarajan (Índia), Ananias Maidana (Paraguai), Manuela Bernardino (Portugal) e Oscar Figuera (Venezuela).

O conjunto das exposições constituiu um rico e diversificado repertório da luta pelo socialismo no presente, a partir da singularidade de cada continente e país representado na mesa. Os representantes de Cuba, China e Vietnã, ao lado da exposição de suas opiniões acerca da situação da luta dos trabalhadores no plano mundial, discorreram sobre o esforço de construção do socialismo em seus países.

Os pronunciamentos, em seu todo, sublinharam as vicissitudes e lições da luta revolucionária após a dissolução da União Soviética, quando se instaurou a denominada "crise do socialismo". Foi ressaltada a necessidade de se fortalecer a luta revolucionária levando-se em conta as especificidades de cada realidade nacional.

O evento foi encerrado com os presentes, em pé, cantando o hino dos trabalhadores – a Internacional. Dada a riqueza do seminário, o Instituto Maurício Grabois (IMG) pretende publicar seu conteúdo na íntegra.

Para o IMG, que coordenou a mesa em nome dos promotores: "a máquina de propaganda do imperialismo disseminou nos anos '90 a falência do socialismo, apregoou que o marxismo tornara-se uma teoria caduca.

Os porta-vozes de Wall Street proclamaram o fim da história e vislumbraram uma existência eterna do imperialismo. Bush pai, à época no trono do Império, prometeu aos povos uma nova era de paz e prosperidade. Quinze ou dezesseis anos se passaram desde a eclosão daquele tremor que provocou mudanças na geopolítica mundial, daquele abalo sísmico no mundo das idéias. O capitalismo adentrou numa etapa da sua internacionalização e para tentar superar mais uma de suas crises impôs aos povos o neoliberalismo. As promessas de paz e prosperidade revelaram mais uma vez uma fraude. O resultado é um mundo mais desigual, a riqueza centralizada e concentrada num círculo estreito de grandes potências e gigantes monopólios, enquanto dezenas e dezenas de povos e países são condenadas ao atraso e à miséria".

Sobre a atual realidade mundial, o pronunciamento do IMG afirmou que "aos povos que lutam pela paz, o imperialismo impõe a guerra; aos países que lutam em defesa de sua soberania, do direito ao desenvolvimento, o imperialismo impõe, a ferro e fogo, o neocolonialismo, o saque e a pilhagem pelas teias do capital financeiro. O imperialismo fere a cada dia mais os mares, os rios, as florestas, os animais, a atmosfera, pela essência insana do capitalismo. Terra é hoje um belo planeta mutilado. Esta realidade mundial, repleta de iniquidades, objetivamente, recoloca no horizonte dos povos o socialismo. O socialismo se irrompe outra vez como alternativa à barbárie que nos cerca".

Quanto à perspectiva do socialismo hoje, este "se insurge como produto da realidade objetiva; à medida que o capitalismo ceifa todos os sonhos e aspirações dos trabalhadores e da humanidade, ele, também, brota no solo de todos os continentes com o vigor do arroz, do trigo e do milho porque houve luta, houve e há resistência, labor teórico, luta política, dos trabalhadores, dos oprimidos de todas as partes do mundo. Esta resistência, esta luta política, esse labor teórico da corrente revolucionária, marxista, proletária, tem renovado a teoria da revolução, o marxismo-leninismo; e o socialismo se apresenta rejuvenescido, enriquecido pelo olhar crítico da história. Muito acertadamente o Fórum Social Mundial proclama aos povos que outro mundo é possível. Sim, um novo mundo – socialista – é possível".

A posse de Bush: novo momento da ofensiva imperialista e da resistência dos povos

**A posse de George Bush em 20 de janeiro
é o fato político mais negativo da atual
conjuntura internacional**

JOSÉ REINALDO CARVALHO

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush foi empossado no último dia 20 de janeiro para um segundo mandato de quatro anos.

É o fato político mais negativo da conjuntura internacional. Nada prenuncia de bom para os povos, nem mesmo para a população estadunidense que lhe conferiu a vitória eleitoral sobre o adversário John Kerry, em decorrência de um baixo nível político e da desinformação quanto aos fenômenos essenciais que presidem aos rumos do governo de seu país, o que a torna vulnerável a toda sorte de manipulação e chantagem psicológica. Durante o primeiro mandato de Bush, o país mais rico do mundo conheceu o aprofundamento dos problemas econômicos e sociais, viu alargar-se o fosso entre pobres e ricos, com a redução de impostos para os



detentores de poder econômico e corte de dotações orçamentárias para a saúde e a educação. Na era Bush, seguindo uma tendência que vem de longe, os problemas estruturais da economia estadunidense se agravaram, seus déficits e endividamento externos assumiram proporções colossais, enquanto a moeda se desvaloriza continuamente, irradiando-se daí desequilíbrios e incertezas para a economia mundial.

Bush no poder representou uma deriva conservadora como há muito não se via nos Estados Unidos da América. Pode-se dizer, sem receio de se cometer exagero, que desde o início dos anos 80, quando tomou forma e corpo um verdadeiro “tsunami” conservador, a partir da instalação da Administração republicana de Ronald Reagan, não houve governo tão reacionário e obscurantista no país que se pretende o centro irradiador da civilização ocidental. Imbuído de um fundamentalismo que muito o aproxima de uma nova forma de fascismo, o governo de Bush chamou a si a tarefa de “regenerar” a América, mesmo ao preço de transformá-la num anacronismo.

Politicamente, pretextando a estabilidade e a segurança da América, o primeiro mandato de Bush representou um retrocesso precisamente naquilo que pretensamente distinguiria a “civilização americana” das demais – a defesa da liberdade. A chamada Lei Patriota e a criação do aparatoso Departamento de Segurança Interna foram passos na direção de importantes mudanças na relação entre o poder governamental e a sociedade civil nos Estados Unidos.

O primeiro mandato de Bush constituiu um período de brutal e generalizada ofensiva contra os povos e nações soberanas, marcado por fatos gravíssimos, como a invasão de países, a interferência nos assuntos internos de outros, a militarização infrene da vida política e social e a desmoralização das Nações Unidas. Mais do que em qualquer outro momento da história contemporânea, este que vivemos sob o governo de Bush tem

sido o mais caótico, inseguro e ameaçador. O governante que iniciou um novo mandato presidencial na maior superpotência do planeta pôs a guerra no centro da sua atividade internacional, eliminou a diplomacia, o diálogo e os mecanismos multilaterais como métodos e ferramentas de governo, substituindo-os pelo unilateralismo e pela política do ditame da força. A sensação vertiginosa do poder absoluto de que pode usar arbitrariamente os meios militares para impor sua vontade ao resto do mundo tem sido de tal ordem que, acompanhada pela difusão de mentiras e argumentos ideológicos legitimadores, parece conquistar a hegemonia sobre as mentes do chamado senso comum, que começa a aceitar tais acintes como normais.

Mas as forças progressistas e antiimperialistas, diante do início de mais um mandato presidencial de George W. Bush, não podem cessar seus protestos e deixar de denunciar que durante o primeiro mandato foram feitas guerras chamadas preventivas com base em rematadas mentiras durante as quais foram e são cometidos hediondos massacres de populações civis e torturas a prisioneiros de guerra, o que credenciaria o ocupante da Casa Branca não propriamente a um segundo mandato, mas a uma condenação, se ordem internacional democrática houvesse, por crimes de lesa-humanidade.

Agora mesmo, para estupor da opinião pública, a Casa Branca, sem cerimônia, publicou uma nota lacônica dando conta de que “a busca por armas de destruição em massa no Iraque foi concluída sem ter sido encontrada qualquer evidência de armas proibidas”. Às vésperas do desencadeamento da agressão norte-americana contra o Iraque, os inspetores da ONU já haviam chegado à mesma conclusão no início de 2003 e, diante das afirmações em contrário do governo estadunidense, pediram tempo para prosseguir as investigações, o que era uma legítima manobra protelatória para evitar a guerra. A res-

O segundo mandato de George W. Bush não prenuncia nada de bom tanto para a América Latina quanto para o Brasil.

posta foi uma declaração do então secretário de Estado Colin Powell diante do Conselho de Segurança da ONU taxando-o de organismo "inservível" porque "faltava com as suas responsabilidades" e na seqüência o início da agressão em 20 de março.

Ameaças de guerra

Tal como o primeiro mandato foi marcado por semelhante belicismo, o novo período de governo se inicia sob o signo das ameaças de guerra. Já não é segredo para ninguém a intenção de realizar uma operação militar contra o Irã, a Síria e outros alvos no quadro da "guerra infinita ao terrorismo", proclamada por Bush logo após os atentados de 11 de setembro de 2001. Não é outra a finalidade a que serve o chamado plano de "reestruturação" ou "reforma" política do Oriente Médio. Com a justificativa de "democratizar", "civilizar" e "libertar" a região das ditaduras e do fundamentalismo islâmico, o governo de Bush pretende neste segundo mandato desenvolver uma ação intervencionista que serve aos seus objetivos neocolonialistas de longo prazo. É também por essa razão que nada se pode esperar dos planos de "paz" e dos "acordos" propostos pelos EUA aos palestinos depois do desaparecimento do líder histórico Iasser Arafat e a eleição da nova liderança da Autoridade Nacional Palestina.

O segundo mandato de Bush não prenuncia nada de bom também para a América Latina e o Brasil. Os objetivos proclamados atentam contra a soberania, a segurança e a estabilidade no continente: derrocar o regime revolucionário cubano, impedir o desenvolvimento da Revolução Bolivariana na Venezuela, intervir militarmente no conflito colombiano e impor regras de comércio lesivas às economias dos países latino-americanos, seja através da Alca ou dos chamados acordos bilaterais.

As ameaças contidas na situação mundial, que se tornam mais sérias com a conquista de um segundo mandato pelo grupo ultra-conservador nucleado em torno de Bush, não devem, porém, ser encaradas com medo pelas forças progressistas em todo o mundo. O governo de Bush é reacionário,

agressivo, belicista, mas não é onipotente. É falsa a suposição de que tudo pode e não há força que se lhe possa opor. A Resistência Iraquiana é disso o mais contundente exemplo. Há exatos 22 meses, que se completou em 20 de janeiro desde o início da ocupação por meio da guerra, não decorreu um só dia sem que os agressores fossem hostilizados pelos patriotas iraquianos em armas, cuja resistência se converteu num movimento insurgente de tamanhas dimensões, que as autoridades de ocupação e seus lacaios admitem não estarem preparados para enfrentar.

Em todo o mundo os povos resistem. Com dificuldades, é certo, porquanto foram duros os golpes sofridos pelo fator subjetivo, as forças revolucionárias, durante a onda conservadora, que não passou e tende mesmo a permanecer. Mas em toda a parte há luta: pela paz, a democracia, a soberania nacional, os direitos dos trabalhadores e pelo desenvolvimento, contra o neoliberalismo e o protecionismo dos países ricos. Simultaneamente, atuam na cena internacional fatores de contrapeso ao hegemonismo estadunidense, como a resistência de Cuba, o fortalecimento da Revolução Bolivariana, o aumento do poderio nacional da China, com todas as peculiaridades do socialismo na grande nação asiática, e a manifestação das contradições interimperialistas com os próprios aliados tradicionais dos EUA, que objetivamente desempenham papel na evolução do quadro mundial.

A luta do povo brasileiro por democracia, soberania nacional, progresso social e desenvolvimento não está alheia a esse processo. Se o governo do presidente Lula superar seus impasses e promover as necessárias rupturas com o conservadorismo e o renitente neoliberalismo, ainda bastante influentes em seu governo, o Brasil também poderá ser um forte fator de resistência à ofensiva do imperialismo norte-americano, que ingressa em nova fase a partir do início do segundo mandato presidencial de Bush.

José Reinaldo Carvalho é jornalista, vice-presidente nacional do PCdoB e responsável pela Secretaria de Relações Internacionais do Comitê Central.

Não em nosso nome

Convocatória de intelectuais e artistas de renome nos Estados Unidos contra a guerra

Que não se diga que não fizemos nada nos Estados Unidos quando seu governo declarou uma guerra sem limites e implantou novas medidas repressivas.

Os signatários desta convocatória convidam a população estadunidense a resistir às políticas e às diretrizes gerais que apareceram depois do 11 de setembro e que põem em grave perigo os povos do mundo.

Nós acreditamos que as pessoas e as nações têm direito de traçarem seu próprio destino, livres de qualquer coerção militar das grandes potências. Acreditamos que todas as pessoas presas ou perseguidas pelo governo dos Estados Unidos devem ter os mesmos direitos. Acreditamos que suscitar questões, criticar e divergir são atitudes que devem ser valorizadas e protegidas.

Acreditamos que as pessoas com consciência devem assumir a responsabilidade das ações de seus governos e, principalmente, devemos nos opor às injustiças cometidas em nosso nome. Convidamos a todos os estadunidenses a resistirem contra a guerra e a repressão lançadas sobre o mundo pela administração Bush. É injusta, imoral e ilegítima. Decidimos aderir à causa dos povos do mundo.

Nós também observamos com angústia os terríveis acontecimentos do 11 de setembro de 2001. Também choramos os milhões de vítimas inocentes e nos horrorizamos diante da terrível carnificina, que nos trouxe à memória cenas semelhantes em Bagdá, Panamá ou, há uma geração, no Vietnã. Também nos perguntamos – como milhões de estadunidenses – como é possível de algo assim ter ocorrido.

Todavia, enquanto a dor estava apenas no início,

as mais altas instâncias libertaram seu espírito de vingança. Propalaram uma consigna simplista – “bons contra maus” – que, imediatamente, foi adotada pelos meios de comunicação submissos e acordados. Não disseram que o mero fato de suscitar questões sobre esses terríveis acontecimentos se aproximaria da traição. Não deveria haver debate algum. Não havia lugar para as dúvidas éticas ou políticas. A única resposta possível era: guerra no exterior e repressão dentro de casa.

Em nosso nome a administração Bush – com a unanimidade de quase todo o Congresso – agrediu o Afeganistão e se arrogou, junto com seus aliados, o direito de destruir forças militares em qualquer lugar ou momento. As brutais repercussões disso se fizeram sentir das Filipinas à Palestina, onde os tanques e buldózers israelenses traçaram um terrível lastro de morte e destruição. E o governo se dispõe agora a empreender guerra total contra o Iraque – país que não tem nenhuma relação com o 11 de setembro. Que tipo de mundo será este se permitirmos ao governo dos Estados Unidos mandar comandos de guerra, assassinos e bombas para onde bem entender?

Em nosso nome o governo criou nos Estados Unidos duas classes de cidadão: a primeira, daqueles a que pelo menos são prometidos os direitos básicos do sistema legislativo e, a segunda, daqueles que, agora, parece não terem direito algum. O governo prendeu mais de mil imigrantes e os aprisionou em sigilo e por prazo indeterminado. Centenas de pessoas foram deportadas e outras tantas continuam encarceradas. Pela primeira vez em décadas, os procedimentos de imigração submetem a determinadas nacionalidades a um tratamento desigual.

Em nosso nome o governo desencadeou uma

onda de repressão na sociedade. O porta-voz do presidente nos intimou, dizendo: "tenham cuidado com o que dizem". Os artistas, os intelectuais e os professores divergentes vêm seus pontos de vista distorcidos, atacados e eliminados. O chamado Patriot Act, junto a um sem fim de medidas semelhantes nos diversos estados, dá à polícia novos e mais amplos poderes de investigação e seqüestro, com a cobertura de procedimentos sigilosos.

Em nosso nome o Executivo tem usurpado constantemente os papéis e funções dos outros Poderes do governo. Uma ordem executiva pôs em funcionamento os tribunais militares. Basta uma assinatura presidencial para um determinado grupo de pessoas ser definido como "terrorista".

Devemos levar muito a sério os governantes quando falam de uma guerra que durará uma geração e de uma nova ordem. Encontramos-nos diante de uma nova política imperial para o mundo e de uma política interna que gera e manipula o medo para limitar os direitos.

Há uma estratégia mortal nos acontecimentos dos últimos meses, que deve ser vista como é, frente à qual devemos resistir.

Em muitas oportunidades na história deixamos para agir quando já era demasiado tarde. O presidente Bush declarou: "Ou conosco ou contra nós". Esta é a nossa resposta: não queremos que fale em nome de todos os estadunidenses. Não entregaremos nossas consciências em troca de vãs promessas de segurança. Dizemos NÃO em NOSSO nome. Nós nos negamos a tomar parte dessas guerras e repugnamos todas as ações empreendidas em nosso nome ou por nosso bem-estar. Estendemos a mão a quem no mundo sofrer em consequência dessas decisões.

Mostraremos nossa solidariedade com as palavras e a ação. Nós, signatários desta convocatória, convidamos a todos os estadunidenses a se unirem nesse desafio.

Aplaudimos e apoiamos as propostas em curso e, ao mesmo tempo, reconhecemos a exigência de fazermos muito mais para acabar com essa loucura. Nós nos inspiramos na decisão dos reservistas israelenses que, assumindo um risco pessoal, declararam haver um limite e se negaram a servir em Gaza e nos territórios ocupados.

Nós nos inspiramos nos numerosos exemplos de

resistência e de consciência da história dos Estados Unidos: dos que combateram a escravidão aos que colocaram fim na guerra do Vietnã, descumprindo as ordens e se negando a se incorporarem às fileiras e apoiando aos que resistiam.

Não permitamos que o mundo que hoje nos observa se desespere com o nosso silêncio e a nossa incapacidade de ação. Façamos com que o mundo possa sentir nosso compromisso. Resistiremos contra a máquina de guerra e repressão e faremos todo o possível para detê-la.

Signatários:

Michael Albert; Laurie Anderson; Edward Asner, ator; Rosalyn Baxandall, historiadora; Russell Banks, escritor; Jessica Blank, atriz e dramaturga; Medea Benjamin, Global Exchange; William Blum, escritor; Theresa Bonpane; Fr. Bob Bossie, SCJ; Leslie Cagan; Henry Chalfant, cineasta; Bell Chevigny, escritor; Paul Chevigny, professor de Direito; Noam Chomsky, politólogo y lingüista; Robbie Conal, pintor; Stephanie Coontz, historiadora; Kimberly Crenshaw, professora de Direito; Kia Corthron, dramaturga; Kevin Danaher, Global Exchange; Ossie Davis, actor; Mos Def, músico; Carol Downer, diretora do Centro Feminista de Saúde da Mulher; Eve Ensler, dramaturga; Leo Estrada, professor da UCLA; John Gillis, escritor; Rutgers Jeremy Matthew Glick, editor de *Another World Is Possible*; Suheir Hammad, escritor; Rakaa Iriscience, intérprete de hip-hop; David Harvey, antropólogo; Erik Jensen, ator y dramaturgo; Casey Kasem Robin D.G. Kelly; Martin Luther King III; Barbara Kingsolver; C. Clark Kissinger, *Refuse and Resist!*; Jodie Kliman, psicóloga; Yuri Kochiyama; Annisette & Thomas Koppel, cantores e compositores; Dave Korten, compositor; Tony Kushner, dramaturgo; James Lafferty, diretor executivo da National Lawyers Guild em Los Angeles; Rabbi Michael Lerner, editor da revista TIKKUN; Barbara Lubin; Anuradha Mittal, co-diretor do Instituto Food and Development Policy/Food First; Malaquias Montoya, artista plástico; Robert Nichols, escritor; Rev. E. Randall Osburn, vice-presidente da Southern Christian Leadership Conference; Grace Paley; Jeremy Pikser, diretor cinematográfico; Juan Gómez Quiñones, historiador; Michael Ratner, presidente do Centro Constitutional Rights; Adrienne Rich, poeta; Boots Riley, artista de hip-hop; David Riker, cineasta; Edward Said; Starhawk Michael Steven Smith, da National Lawyers Guild; Bob Stein, publicista; Gloria Steinem; Alice Walker; Naomi Wallace, dramaturga; Rev. George Webber, presidente emérito do NY Theological Seminary; Leonard Weinglass, advogado; John Edgar Wideman; Saul Williams, declamador; Howard Zinn, historiador.

Convocatória publicada na revista cubana "En Defensa de la Humanidad". Traduzido por Maria Lucília Ruy, mestrandia em Letras Clássicas pela USP.

Brutal e generalizada ofensiva contra os povos e nações

A chamada guerra infinita de Bush é levada adiante via terrorismo de Estado. Seu resultado é o horror infinito para os povos

SOCORRO GOMES

Estamos aqui reunidos no Quinto Fórum Social Mundial para manifestar a vontade soberana dos povos, através das suas entidades associativas, e para expressar anseios e sonhos de um mundo melhor, com a convicção de que juntos podemos construir uma nova vida para esta e as futuras gerações.

Renovamos, aqui, nossa crença nos valores humanistas – liberdade, justiça, progresso social, autodeterminação. Acima de tudo viemos celebrar a Paz. Não a paz dos submissos e rendidos, que não é paz, mas aceitação da força dos poderosos. Não a paz da conciliação com os que semeiam guerra – pois seria trair os ideais dos que morreram lutando. Celebramos a paz dos irredentos, dos insurgentes, dos povos em luta, dos militantes sociais, dos que não se silenciam nem se contêm nos esforços para impedir a barbárie, a degradação da humanidade, o estancamento da civilização.

Há pouco mais de dois anos, durante o Fórum

Social Europeu realizado em Florença, os militantes sociais ali reunidos decidiram convocar os povos para se manifestarem em uníssono contra a guerra então preparada pelos Estados Unidos contra o Iraque. A convocatória teve um estupendo êxito. Em 15 de fevereiro de 2003 milhões de pessoas de mais de 70 países saíram às ruas simultaneamente com a bandeira da paz. Nunca se registrou algo semelhante. Com toda certeza, o mundo já não seria o mesmo depois desse dia. Produziu-se um salto de consciência, arraigou-se nos povos a convicção de que é necessário impedir a guerra. Aqueles acontecimentos conferiram um sentido novo e revolucionário ao movimento pela paz.

O Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz) é um rebento do 15 de fevereiro de 2003. As principais cidades brasileiras também foram palco de manifestações. Multiplicaram-se os comitês pela paz, sendo a nossa entidade parte do esforço de muitos para que o movimento social no Brasil faça parte do

empenho que se observa mundo afora.

A humanidade vive, neste início de século, sob o impacto de uma brutal e generalizada ofensiva contra os povos e nações soberanos. É o período mais caótico, inseguro e ameaçador da história – no qual a própria sobrevivência da humanidade se encontra em perigo. É longa a lista de atos de enorme gravidade nos primeiros anos deste século.

Foram realizadas duas guerras de agressão, chamadas de preventivas, contra o Afeganistão e o Iraque. Esta última, que prossegue na forma de ocupação de um país por tropas estrangeiras, massacrando as populações civis, torturando prisioneiros e bombardeando cidades e povoados, constitui-se em flagrante ilegalidade e violação das normas internacionais. E é também o resultado de uma rematada mentira: estaria sendo deflagrada para caçar terroristas e encontrar as armas de destruição maciça.

Assiste-se hoje à desenfreada militarização da vida. A colossal máquina bélica da maior superpotência militar do planeta, os EUA, consome quase 500 bilhões de dólares anualmente e corresponde aos gastos militares de todo o restante do mundo. Os imperialistas estadunidenses continuam buscando o monopólio das armas nucleares, revogando tratados. Dispostos a levar adiante planos expansionistas, aumentam o poder de fogo da OTAN e estendem seu raio de atuação no rumo do Leste.

As Nações Unidas foram desmoralizadas pela superpotência guerreira, sendo reduzidas a papel burocrático e decorativo. Consideradas irrelevantes, incapazes de exercer suas responsabilidades como garantidoras da solução pacífica dos conflitos internacionais, foram superadas pelo exercício de uma política externa unilateral e impositiva pelos EUA.

O mundo se tornou mais perigoso com a reeleição e a posse de Bush para um segundo mandato. Agora, além de se arrogar o direito de fazer guerras preventivas, o imperialismo norte-americano anuncia a chamada “cruzada da liberdade”, com a qual pretende, em nome de um fantasioso combate às tiranias, arremeter contra qualquer país que considere “ameaçador” para os seus interesses. É a esse objetivo que serve o plano de “redemocratização” do Oriente Médio, como também o de “transição democrática” em Cuba. No discurso de

posse de Bush e de sua secretária de Estado, ficamos conhecendo sua intenção de agredir a Cuba socialista, a Venezuela bolivariana, a Síria, o Irã, a Coreia, assim como seu objetivo de permanecer no Iraque maquiando a ocupação através de um governo fantoche e da presença de tropas supostamente multinacionais.

Ao proferir semelhantes ameaças e cometer semelhantes crimes de lesa-humanidade, Bush se torna réu no grande Tribunal dos Povos. Por esse motivo lançamos neste quinto Fórum Social Mundial a campanha para que todos assinem e levem para seus lugares de atividade o abaixo-assinado que levaremos à ONU em setembro deste ano pedindo a condenação de Bush por crimes de guerra.

Ao nos engajarmos na luta pela paz, reafirmamos nossos ideais e métodos democráticos. Mas não nos deixamos enganar pelo falso discurso de guerra ao terrorismo proclamado por Bush e seus aliados. A chamada guerra infinita ao terrorismo é levada adiante através do terrorismo de Estado. Seu resultado é o horror infinito para os povos. Sendo democráticos e atentos às ameaças de guerra feitas pela equipe de Bush, não nos acovardamos. Seu império é agressivo e belicista, mas não é onipotente nem invencível. Acreditamos na capacidade de mobilização dos povos, na elevação da sua consciência, na possibilidade de sua união e nas potencialidades da sua luta.

Com estas convicções, neste quinto Fórum Social Mundial proclamamos nosso apoio à luta e à resistência dos povos por democracia, soberania, progresso social desenvolvimento e PAZ. Nosso apoio à luta pela retirada de todas as tropas de ocupação do Iraque. Nossos protestos contra os planos agressivos e de expansão da OTAN. Nossa solidariedade à resistência de Cuba e da Revolução bolivariana da Venezuela. À libertação da Palestina e de todos os países pacíficos que lutam pelo desenvolvimento e pela construção de uma nova sociedade.

Viva a luta pela Paz!

Viva a solidariedade entre os povos!

Socorro Gomes é ex-deputada Federal e presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz). Este texto reproduz sua intervenção por ocasião do V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre.

Cooperação e unidade contra o neoliberalismo

Realizou-se de 22 a 24 de janeiro de 2005, na cidade de Porto Alegre, o IV Seminário de Partidos Comunistas da América Latina e Europa. Dele, participaram: Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Bolívia, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista do Chile, Partido Comunista Colombiano, Partido Comunista de Cuba, Partido Comunista do Equador, Partido Comunista da Espanha, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Partido da Refundação Comunista da Itália, Partido Comunista do Paraguai, Partido Comunista do Peru, Partido Comunista Português e Partido Comunista da Venezuela. Durante esses dias, os presentes debateram como tema central “Os atuais processos de Integração na América Latina, continente em transformação, na Europa e entre ambas as regiões”. Seguiram-se relatos das conjunturas nacionais de cada país e discussões acerca da atual conjuntura internacional. O Seminário transcorreu às vésperas de mais um Fórum Social Mundial, marco da globalização das lutas contra o capitalismo senil e uma ordem internacional iníqua.

O secretário de Relações Internacionais do PCdoB, José Reinaldo Carvalho, que presidiu os trabalhos, valorizou a qualidade das intervenções, que garantiram “que fossem plenamente alcançados os objetivos da reunião. Todos participaram muito dos frutíferos debates e discussões. A ata está riquíssima, com aspectos variados e a apreensão da realidade da América Latina e de alguns países europeus. Ficaram evidenciados os estragos que as políticas neoliberais vêm realizando por toda parte”. Ele destacou a condenação “da política de guerra dos Estados Unidos e do plano norte-americano, anunciado na posse de segundo mandato do presidente George W. Bush, de intervir em qualquer país para combater o governo de Washington. É grande a preocupação com o tema, pois é uma ameaça aberta de intervenção, inclusive contra Cuba. O mundo é lançado em um ambiente de insegurança”.

A seguir, Princípios apresenta o comunicado do evento:

1 Os partidos presentes constataram a gravidade da atual situação internacional, marcada por uma brutal ofensiva do imperialismo norte-americano e de seus aliados contra a soberania dos povos e nações, a democracia e a justiça social, constituindo séria ameaça à paz mundial. A ocupação do Iraque foi alvo de condenação. Considerada ilegal, por ferir as normas do direito internacional; injusta, por basear-se em mentiras; agressiva, de conquista e de rapina, por estar vinculada a interesses econômicos e ao objetivo estratégico de redesenhar a seu favor a cena internacional promovendo a recolonização do Oriente Médio. O IV Seminário constituiu um momento para a manifestação da solidariedade ao povo iraquiano na resistência à agressão e à ocupação estadunidense, em luta por democracia, soberania, independência nacional e pela retirada de todas as tropas de seu território. Outrossim, os partidos presentes no IV Seminário reiteraram sua solidariedade ao povo palestino em sua heróica luta contra a ocupação israelense.

2 A crise social revela-se aterradora. Enquanto os EUA desenvolvem uma brutal guerra de conquista no Iraque, mantêm uma desenfreada corrida armamentista com elevado gasto, e a imensa maioria dos habitantes do planeta vive em difíceis condições que se refletem entre outros nos seguintes dados:

- 842 milhões de famintos
- 854 milhões de adultos analfabetos;
- mais de 2 bilhões e 200 milhões em extrema pobreza;
- 40 milhões de infectados com o vírus da Aids sem possibilidade de receber tratamento;
- 11 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente por enfermidades que poderiam ser prevenidas.

3 Desenvolve-se na América Latina um processo complexo de formação de mecanismos sub-regionais que, objetivamente, podem representar um contraponto aos intentos hegemônicos e à política unilateral do imperialismo norte-americano, apesar de não representarem plenamente a integração a que aspiramos. Nos últimos dois anos, a característica mais saliente desse processo é estar

sendo conduzido por forças progressistas que chegaram ao governo através de vitórias eleitorais. A instauração de governos progressistas no Brasil, na Venezuela e, agora, a conquista do governo pela Frente Ampla no Uruguai, bem como o desenvolvimento de lutas populares em Argentina, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia abriram um novo caminho e novas perspectivas. Em especial os esforços pela ampliação e consolidação do Mercosul e as possibilidades de maior integração de toda a América Latina constituem um fator objetivamente favorável ao desenvolvimento da luta contra o projeto estratégico fundamental dos EUA, de caráter anexionista e neocolonialista consubstanciado na Alca. Historicamente, a América Latina se tem confrontado com duas opções. Uma é integrar-se como região – o ideal de Miranda, Bolívar, José Martí, dr. Francia, dos heróis brasileiros das lutas independentistas e republicanas, hoje vivo em Fidel, Chávez e em todos os patriotas e revolucionários latino-americanos – e, a partir da força emanada dessa integração, defender seus interesses soberanos. A outra é atrelar-se e submeter-se aos esquemas de absorção pela superpotência norte-americana. Nesse sentido, os participantes saudaram o avanço da Revolução Bolivariana na Venezuela à qual manifestaram solidariedade.

São eixos da crescente ação das massas populares a luta contra o intervencionismo, as provocações militares imperialistas contra a unidade e a convivência pacífica de nossos povos e a corrida armamentista. Os partidos reunidos no IV Seminário reafirmaram a luta pela paz democrática e a solução negociada do conflito colombiano, cujo governo se converteu numa agência de provocação dos EUA no continente, como ficou patente nas ações policiais de seqüestro de dirigentes da insurgência em terceiros países.

4 Os participantes do IV Seminário rechaçam o chamado Plano de apoio a uma Cuba livre, elaborado pelo governo dos EUA, que constitui grave ameaça à soberania e à independência de Cuba, cujo propósito é pôr fim à Revolução e aniquilar a nação cubana.

Os partidos reunidos em Porto Alegre expres-

saram sua solidariedade com os cinco patriotas cubanos, injustamente encarcerados nos EUA por combaterem o terrorismo praticado a partir desse país contra o povo cubano há mais de quatro décadas, e demandaram a realização de um julgamento justo, assim como garantias para as visitas dos familiares, especialmente de Adriana Pérez e Olga Salanueva, impedidas de visitarem seus esposos.

5 Atualmente desenvolve-se na União Européia o processo de ratificação do Tratado Constitucional. Num contexto de debate plural e diverso, os participantes do IV Seminário coincidiram em manifestar sua oposição a esse Tratado que, continuando a linha de Maastricht – que provocou a resistência e a contestação das forças progressistas –, pretende consagrar o neoliberalismo, com o corte de serviços públicos e dotações orçamentárias com fins sociais, ataques às conquistas sociais dos trabalhadores, negação dos direitos dos imigrantes, subordinação à relação transatlântica, permanência da OTAN e fomento ao militarismo com a formação de exército agressivo próprio, ao passo que não são garantidos o impulso e o desenvolvimento das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

6 Os Estados Unidos vivem a fase mais agressiva e belicista da sua história. Aboliram a razão como instrumento de convivência substituindo-a pela irracionalidade guerreira, cuja expressão mais concentrada é a excrescente teoria das guerras preventivas. Pretendem intervir em qualquer país para impor seu sistema e valores políticos em nome de uma delirante e hipócrita “cruzada pela liberdade”. Constituem um império obscurantista, violento e reacionário. Mas não são onipotentes nem invencíveis. O capitalismo, em sua fase monopolista e de predomínio do capital financeiro, se tornou incapaz de distribuir riqueza e fomentar o progresso. Cada vez mais predomina a reação política e

o expansionismo em política externa. Dessa maneira, semeia descontentamento e oposição em toda parte. A agressividade com que o imperialismo norte-americano se comporta corresponde ao seu declínio histórico. A perda de terreno diante de outras potências capitalistas, a acumulação de déficits e dívidas externas, a transferência de recursos para a militarização da vida são os sinais mais evidentes desse declínio.

7 Apesar de as forças progressistas não terem conseguido superar uma correlação de forças desfavorável decorrente da contra-revolução em finais dos anos 80, observamos uma retomada da resistência e da luta dos povos. Cada vez mais os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os camponeses, os indígenas em todo o mundo saem às ruas levantando as bandeiras da paz, da democracia, da soberania, da justiça social, do desenvolvimento. As organizações progressistas e de esquerda avançam e contribuem para a formação de alternativas. Redesperta a esperança, renasce a consciência, reconstroem-se os caminhos que conduzirão os povos à sua emancipação.

8 Os partidos comunistas reunidos no IV Seminário de Partidos Comunistas da América Latina e Europa enfatizaram a necessidade de se continuar reforçando a cooperação entre todos, a fim de se elevar a unidade na luta contra o inimigo comum, decidindo realizar o V Seminário em Caracas, Venezuela no ano de 2006. Finalmente, reafirmaram a convicção e a esperança no futuro da luta por transformações políticas e sociais, inspirados no frutífero exemplo da companheira Gladys Marin, a quem todos expressam seu carinho e sua solidariedade. O Seminário foi encerrado em clima de entusiasmo, com a confiança de que um outro mundo é possível, desejando os maiores êxitos ao V Fórum Social Mundial.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2005.

O capitalismo, em sua fase monopolista e de predomínio do capital financeiro, se tornou incapaz de distribuir riqueza e fomentar o progresso.

ENTREVISTA COM MARTA HARNECKER

“O caminho é construir forças”

Marta Harnecker, chilena, intelectual de esquerda, estudiosa do movimento progressista na América Latina, analisa nesta entrevista as recentes transformações em curso no continente

Como a senhora vê a conjuntura da América Latina depois da reeleição de George W. Bush?

Marta Harnecker - Todos sabíamos que não havia grande diferença entre John Kerry e George W. Bush em matéria de política internacional. Com Kerry, a política externa não mudaria muito, mas haveria alguma diferença. Por isso, eu estava do lado daqueles que, nos Estados Unidos, apoiavam o candidato democrata. Para as nossa lutas, a situação não muda muito. Temos que enfrentar o império com toda a sua força.

Nada, então, muda para nós?

Marta - Eu acho, repito, que as nossas tarefas não mudam muito, porque em nosso continente a resistência contra o modelo neoliberal avança, seja com Kerry ou Bush. Ainda falta muito por construir, mas estamos avançando. Os resultados das eleições dos últimos anos refletem isso. Os nossos povos estão escolhendo candidatos que, ao menos simbolicamente, representam uma alternativa ao neoliberalismo. Digo simbolicamente, pois, entre a execução do programa e a prática, em alguns casos há ainda grandes distâncias. Distâncias que, se não são

encurtadas, recebem a punição dos povos, como no caso do presidente Lucio Gutiérrez, do Equador.

E quando as promessas não são cumpridas?

Marta - No caso equatoriano, é evidente que os movimentos indígenas que apoiaram Gutierrez já concluíram que erraram e têm de buscar alternativas. Não seria surpresa se o presidente fosse derrubado. Nossos povos chegaram ao estágio em que, pelo menos, estão dispostos a resistir. Conseguiram mudar governos, como o de Fernando de la Rúa, na Argentina, e, na Bolívia, a troca de Gonzalo de Lozada por Carlos Mesa. Mas não basta resistir, ou derrubar governos. Não estamos mais na época de uma esquerda destrutiva, mas na de uma esquerda que possa criar alternativas. Para isso, é fundamental a organização popular. Hoje, sem ela, nenhuma alternativa é possível. É o que mostra a Venezuela, onde o presidente Chávez ganhou oito processos eleitorais, foi confirmado democraticamente. Ele conseguiu vencer e crescer porque o povo foi se organizando.

Por favor, explique melhor.

Marta - O venezuelano é um governo que está

se movendo no quadro institucional herdado, mas faz um grande esforço para mudá-lo. Foi o governo da América Latina que colocou como fundamental que, para transitar pela via pacífica, era necessário mudar as regras do jogo institucional anterior. Conseguiu mudar a Constituição, mas não basta isso. É necessário criar leis, ter uma correlação de forças no Parlamento que permita fazê-las. O aparato institucional e burocrático, tanto nos ministérios, como nos governos estaduais e prefeituras, foi herdado. E tal aparato impede a materialização de um projeto de país diferente e transformador.

Como o governo Chávez mudou o quadro?

Marta - O aparato institucional pode triturar os quadros. Para avançar nas medidas sociais, resolver os problemas mais agudos do povo como a pobreza, o analfabetismo, educação, saúde, o governo bolivariano criou missões, ou seja, espaços de atuação fora dos ministérios. Esta foi a maneira de atender gente que nunca foi atendida, pois os ministérios eram estruturalmente incapazes de fazê-lo.

Isso acontece no Brasil e em toda a América Latina.

Marta - Claro. Com um esquema viciado era impossível cumprir todas as tarefas sociais. O presidente Chávez partiu para novas formas de organização dos ministérios, ou até criou novos. Nesses, o povo organizado teria de ter ativa participação, tanto na fixação das metas locais como no controle das tarefas. Nada disso é possível sem que se organize e pressione. O povo tem que ajudar, e o governante aceitar a pressão popular.

E quando isso não acontece?

Marta - Há um tema muito complicado para a esquerda; o que fazer quando não há candidatos que a representam. Foi o que aconteceu nas últimas eleições na Venezuela, onde havia candidatos sem muito apoio, mas foram impostos pela cúpula. Os eleitores reclamaram por esses candidatos terem sido eleitos. Temos que analisar a questão da abstenção na Venezuela, que foi grande.

Grande quanto?

Marta - Cerca de 60%. No processo venezuelano, eu sustento que toda a pedagogia do presidente Chávez leva ao crescimento político do povo. Esse povo que saiu às ruas e conseguiu a volta de Chávez, sem que tenha havido uma orientação política, sentindo-se protagonista. Apesar de toda a campanha midiática contra o governo. Um povo que, além disso, decidiu bloquear a informação, simplesmente deixando de ver as televisões opositoras e comprar os jornais desses grupos.

Então, o papel da mídia é relevante?

Marta - Sabemos que a guerra atual é midiática. Lembro sempre o que Noam Chomsky diz: a repressão está para a ditadura, como a propaganda para a democracia. Ou seja, a democracia burguesa pode se manter porque a mídia convence as pessoas de que esse é o melhor dos mundos, cria ilusões com as novelas, que hoje são o ópio do povo. No Brasil me assombra a existência de muitas favelas; mas em todas as casas se vê uma antena de TV.

E como fazer frente ao poder midiático?

Marta - Não há como as forças progressistas competirem com a mídia burguesa. Então, qual a saída? A nossa prática é diferente. Por que em Porto Alegre, durante muito tempo, com toda a mídia contra, a esquerda no governo cresceu? Porque houve uma prática política diferente e as pessoas viam e quando isso acontece cria-se um distanciamento crítico diante das mensagens da oposição.

No Uruguai, além da vitória de Tabaré Vasquez, foi importante a esquerda ter conseguido também maioria parlamentar?

Marta - Claro. E isso vale para Lula, pois não se pode julgar os governos sem uma análise sobre a correlação de forças. Quando a esquerda analisa um governo muitas vezes esquece da correlação de forças. Não se pode comparar o governo de Chávez com o de Lula. O primeiro, como diz o próprio Chávez, é

uma via pacífica, mas não desarmada. O que significa isso? Que o povo está armado? Não. Significa que é uma via pacífica que conta com o apoio da força armada institucional, quer dizer, a grande maioria do Exército apóia Chávez.

E no Brasil?

Marta - Chávez é o primeiro governo que se coloca como bandeira de sua eleição a mudança da regra do jogo institucional, porque sabia que precisava de uma nova Constituição, e fez a propaganda eleitoral pregando uma Assembléia Constituinte. Conseguiu mudar a Constituição e, logo, a correlação de forças do aparato institucional. Isso o Lula não conseguiu. Mesmo que Lula ganhasse com maior apoio eleitoral do que o de Chávez, em 1998, não se pode esquecer que estes resultados foram produto de uma ampla política de alianças, necessária para ganhar nas urnas, e mais necessária para governar o país. O Partido dos Trabalhadores é minoria em ambas as câmaras do Poder Legislativo. A isso, acrescente-se que o Brasil depende muito mais do capital financeiro internacional que a Venezuela com o seu petróleo.

Como você vê as diferenças entre o governo da Venezuela e o de outros da América Latina, como Brasil e Argentina, por exemplo?

Marta - Além da correlação de forças, da mudança da Constituição, de uma nova correlação de forças nas instituições, e de apostar na organização popular, está a questão do petróleo. Ou seja, a Venezuela, é um país imensamente rico que tem uma grande entrada de divisas com o óleo negro que, num primeiro tempo, estava bloqueado pela exigência da oposição. Hoje, com as divisas com o petróleo, a Venezuela tem a possibilidade de não depender das políticas do Fundo Monetário Internacional. Não é a situação da maior parte dos países latino-americanos. Outros países não têm a liberdade econômica que tem a Venezuela.

A senhora critica as críticas da esquerda a Lula?

Marta - Acho que é necessário ter em conta muitos elementos e, que, às vezes, a crítica é um pouco superficial. É preciso criar alternativas. Aplaudo aqueles que dizem não estar de acordo com o que está ocorrendo no Brasil, mas reconhecem haver um governo em disputa e que se não existirem forças capazes de inclinar a balança, isso fica assim mesmo. Há uma responsabilidade muito grande do pessoal que critica. Ser radical não significa pronunciar-se a favor de soluções mais radicais, mas criar as condições para fazer as coisas. Lembro que os salvadorenhos discutiam fazer uma passeata pela paz e discutiam se saíam com a bandeira do socialismo ou da paz. Os mais radicais queriam a primeira. Os outros diziam que com a da paz reuniriam cristãos e pessoas que não eram socialistas. Decidiram finalmente fazer uma marcha pela paz e reuniram uma enorme quantidade de gente. Todos os que assistiram a essa reunião se saíram fortalecidos para continuar a luta. Isso muito mais radical.

Então, qual é o caminho?

Marta - Eu acredito muito em construir forças. Eu diria que esse é o meu tema. A arte da política é essa: criar forças para fazer no futuro o que não se pode fazer hoje. Há uma reflexão sobre quem é o oportunista: aquele que diz não ter força mas se adapta. O revolucionário é aquele que sabe que não tem força, mas se coloca de forma a criar condições para isso. Inventar, busca, como mudar a correlação de forças. São duas posições distintas: uma conformista, oportunista; outra, para mim, revolucionária, a que trabalha por construir as forças que permitam alcançar os objetivos. Equivocam-se os que acreditam ser mais de esquerda porque lançam discursos muito de esquerda. E digo mais: quem quiser ser radical que trabalhe para construir as forças sociais e políticas que permitam sê-lo. Luta-se criando. Por isso, gosto da idéia de distinguir entre uma esquerda destrutiva e uma construtiva.

Entrevista originalmente publicada no jornal Brasil de Fato (30/12/2004 a 05/01/2005), realizada por Mário Augusto Jakobskind.



Redemocratização: contradições contemporâneas

O fim da ditadura militar completa 20 anos. Ele resultou da prolongada luta do povo pela democracia, durante a qual foram gestados os programas que ainda se enfrentam no cenário político e no governo

JOSÉ CARLOS RUY

“Acabou a ditadura! O povo volta a sorrir”, dizia a manchete de 21 de janeiro de 1985 do jornal *Tribuna da Luta Operária*, registrando a vitória em 15 de janeiro de 1985 do candidato das oposições à presidência da República na última eleição indireta, em que Tancredo Neves teve 480 votos contra os 180 de Paulo Maluf, candidato do PDS, dos generais e das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

Foi o ápice de um movimento que, em 1974, havia dado um salto com a surpreendente vitória eleitoral do partido da oposição legal à ditadura, o MDB. A Arena, partido dos generais e da direita, até então tinha maioria eleitoral nos pleitos realizados em condições democraticamente restritivas. Em 1966, por exemplo, teve 14,5 milhões de votos (59%), contra 10,1 milhões do MDB (41,1%), mas ficou com 277 deputados, contra 132 do MDB – isto é, ficou com 67,7% das cadeiras na Câmara Federal (obtendo maioria absoluta de 2/3) contra 32,3% da oposição.

Aquela eleição pode ser encarada como o começo da mudança. Nela, a oposição teve 59% dos votos para o Senado, elegendo 16 dos 20 senadores, e 48% para a Câmara Federal, obtendo 165 dos 364 deputados federais. A resistência democrática ganhou, então, um impulso de massa que, partindo do enfrentamento contra a ditadura em assembleias populares e, depois, de passeatas, fortaleceu sua representação no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, na dialética entre a rua e o parlamento, característica da transição brasileira.

As ações armadas, na cidade e no campo, em especial, a Guerrilha do Araguaia – em que pese o desgaste que impuseram ao regime – haviam sido vencidas pela repressão feroz e a resistência contra a ditadura começava a tomar a forma de ações de massa, sinalizadas pela eleição de 1974 e também pela movimentação das classes médias, dos trabalhadores e dos moradores das periferias das grandes cidades.

Embora os generais e os políticos conservadores e de direita tenham se proposto, com a ditadura, eliminar a luta de classes, ela continuou mesmo nas condições extremamente desfavoráveis da ditadura.

A onda democrática começou a crescer inicialmente na forma do clamor pela anistia, exigência colocada desde o início da ditadura. Em 1975, a fundação do Movimento Feminino pela Anistia ajudou a popularizar aquela bandeira e, quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado, em 1978, ele surgiu como instrumento da massificação e fortalecimento da luta, desembocando na anistia de 1979 que, embora limitada, inaugurou uma nova etapa com a volta à ação aberta de lideranças populares e progressistas relegadas, até então, à clandestinidade ou ao exílio. A lei de anistia também ampliou o espaço democrático ao criar condições para a volta à atividade, embora em condições ainda semiclandestinas, de organizações políticas populares que os militares tentaram, sem

êxito, banir. Como o PCdoB, que voltou a atuar às claras e, desde 18 de outubro de 1979, publicou seu jornal de massas, a *Tribuna da Luta Operária*, um instrumento fundamental para a reorganização do Partido e intervenção na luta política em curso.

Embora os generais e os políticos conservadores e de direita tenham se proposto, com a ditadura, eliminar a luta de classes, ela continuou mesmo nas condições extremamente desfavoráveis da ditadura, exprimindo-se nas formas elementares típicas dos períodos de repressão e perseguição policial. Para os trabalhadores a política econômica da ditadura teve como resultados o arrocho salarial, o autoritarismo nas fábricas e locais de trabalho, e a degradação das condições de vida. Quando as populações da periferia das grandes cidades voltaram a se movimentar, os dirigentes e militantes populares buscavam as brechas possíveis para sua organização. A Igreja católica teve, então, um importante papel como um “guarda-chuva” que abrigou esses lutadores do povo, destacando-se, entre eles, os comunistas. Eles defendiam o atendimento de necessidades

imediatas, como creches, transporte, água e saneamento. Foi assim que surgiu, em 1973, a Carta das Mães da Periferia de São Paulo, contra o alto custo de vida. O movimento cresceu e levou à criação, em 1977, do Movimento do Custo de Vida (mais tarde rebatizado como Movimento Contra a Carestia), em uma assembléia popular realizada em São Paulo, com mais de sete mil pessoas, que lançou o abaixo-assinado pelo congelamento dos preços, um eficiente instrumento de mobilização e organização popular que, até agosto de 1978, reuniu 1,3 milhão de assinaturas dirigidas ao presidente da República, general Ernesto Geisel.

Em 1977, importantes setores também irromperam no cenário político, como os juristas e os estudantes. Os primeiros marcaram sua posição com a Carta aos Brasileiros, divulgada em 11 de agosto de 1977, iniciativa de professores da Faculdade de Direito de São Paulo, entre eles Goffredo da Silva Telles. Assinada por 100 juristas, ela exigia a volta do Estado de Direito e a convocação de uma assembléia constituinte. Os estudantes já haviam se destacado na luta contra a ditadura nas décadas de 1960 e 1970, tendo perdido importantes líderes, como Honestino Guimarães, assassinados sob tortura em 1973. A UNE e outras organizações, como UEEs e UBES, praticamente deixaram de existir desde então; elas começam a renascer em 1977, com a volta dos estudantes às ruas, pela anistia e pelas liberdades democráticas. Em setembro desse ano, a PM paulista ocupou a PUC/SP para impedir a realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes, mas, mesmo jogando bombas – que feriram gravemente algumas estudantes – e prendendo milhares, não teve êxito. O 3º ENE criou, naquela data, a Comissão Pró-UNE cujo resultado foi a reorganização da UNE, no 31º Congresso, de 31 de maio de 1979.

Se 1977 foi o ano dos estudantes e dos juristas, 1978 assistiu à emergência dos trabalhadores, cujas assembléias contra o arrocho salarial cresciam desde 1977 e, com elas, a articulação entre aqueles que eram, na época, chamados de sindicalistas autênticos. Sua vanguarda foi os metalúrgicos do ABC paulista – principalmente de São Bernardo do Campo –, mas reunia também sindicalistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do

Sul etc. E mobilizava, além de trabalhadores da indústria, bancários, professores, médicos, funcionários públicos e outras categorias que, nas décadas anteriores, foram proletarizadas e submetidas a condições de trabalho semelhantes às do proletariado tradicional.

Em 12 de maio de 1978, a greve dos operários da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, foi o estopim do grande movimento grevista que rompeu o silêncio imposto pela repressão às greves de Contagem e Osasco, de 1968.

O auge do movimento dos trabalhadores foi a greve do ABC de 1980, que infringiu uma derrota decisiva ao projeto de abertura restrita e limitada dos generais. A ditadura mobilizou forças policiais e militares, tentou cooptar lideranças moderadas, prendeu, impôs perdas econômicas aos trabalhadores. Tudo em vão e, nos anos seguintes, a luta de massas continuou e se aprofundou com a reorganização das entidades centrais, cujo marco foi a realização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), em agosto de 1981 e a fundação do Partido dos Trabalhadores em fevereiro de 1980. Alguns anos depois, os trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária fortaleceram a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e também organizaram o MST, criado em janeiro de 1984. Os latifundiários, por sua vez, criaram a UDR em agosto de 1985.

Esse também foi um período de ações terroristas da repressão. Nos anos anteriores, seu principal alvo foi as organizações clandestinas, muitas das quais promoveram ações armadas para fomentar a resistência popular. A ação repressiva eliminou-as prendendo, torturando e assassinando seus líderes e militantes. Depois de 1974, a repressão continuou, refletindo a disputa, nos marcos do regime militar, entre os que preconizavam uma abertura controlada e limitada, e o aparelho repressivo avesso a qualquer concessão democrática.

O assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, provocou uma onda de indignação que envolveu a classe média, e o ato ecumênico em sua memória em 6 de novembro de 1975, reuniu 8 mil pessoas na Catedral da Sé em São Paulo, sendo a primeira manifestação aberta

contra a ditadura desde o final dos anos 60. Juntamente com o assassinato, também sob tortura, do operário Manoel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, e a Chacina da Lapa, em 16 de dezembro de 1976, onde dirigentes do PCdoB foram mortos a tiros e outros presos, foram episódios sangrentos dessa disputa.

Os agentes da repressão, aparentemente, mudaram a forma de agir. Antes, prendiam, torturavam e matavam sob proteção da máquina repressiva da ditadura. Agora, os avanços democráticos pós-anistia impediam essa desenvoltura, e eles voltaram-se à ação terrorista aberta. No governo do general Figueiredo explodiram bombas em bancas que vendiam jornais da imprensa independente e enviaram cartas-bombas a entidades como aquela que, em 27 de agosto de 1980, matou a secretária da OAB, Lyda Monteiro; em 30 de abril de 1981, dois agentes “acidentaram-se” ao tentar explodir uma bomba num show pelo dia do trabalho que ocorria no Riocentro, Rio de Janeiro. Essa onda terrorista escandalizou os setores mais moderados, afastando-os da ditadura.

Era um quadro de crise em agravamento e crescimento do descontentamento popular. O começo da década de 1980 foi marcado também pela crise do modelo econômico baseado no endividamento externo. A moratória mexicana teve forte repercussão internacional. No Brasil, a situação era de recessão – a primeira desde a década de 1930 – com queda de 4,4% no PIB em 1981. Havia dificuldade para continuar a captação dos recursos externos essenciais para a manutenção do modelo e, em setembro de 1982 – o “setembro negro” –, o país foi salvo da bancarrota por um empréstimo de emergência do governo dos EUA; em novembro daquele ano foi feito o primeiro acordo com o FMI, que passou a monitorar a economia brasileira.

Tudo isso sinalizava o fim da ditadura e do

modelo econômico implantado desde a década de 1950 e aprofundado pelos militares de 1964, de desenvolvimento baseado na desnacionalização da economia, em investimentos de multinacionais, na modernização conservadora do latifúndio com a proletarização e expulsão para as cidades dos trabalhadores rurais, no arrocho salarial.

Em 1982, outro passo importante na busca da normalidade democrática foi a eleição direta de governadores – a primeira desde 1965 – levando destacados líderes oposicionistas ao executivo em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros sete Estados, totalizando a maior parte do poderio econômico, da população e do território nacional. As oposições estavam agora, depois de décadas, em condição de usar aqueles governos como alavancas para impulsionar a luta democrática. Pela primeira vez, desde 1964, a sucessão presidencial ganhou as ruas e teve uma influência popular decisiva, embora num ambiente de dificuldades que, em documento publicado em setembro de 1984, a direção nacional do

PCdoB caracterizou como antidemocrático e de “grande descontentamento popular e crise em expansão”.

A campanha pelas *Diretas Já* ganhou o país em 1984, unindo as forças políticas democráticas sob o lema “quero votar para presidente!”, num movimento que teve importante participação dos comunistas. As marchas e comícios levaram mais de 8 milhões de pessoas às ruas das capitais e grandes cidades. Quando a emenda constitucional das diretas não conseguiu obter, em 25 de abril de 1984, no Congresso, os votos necessários para sua aprovação (ela teve 298 votos a favor, 22 a menos do que os 2/3 exigidos para a aprovação), iniciou-se outro esforço: “matar a cobra com seu próprio veneno”, como disse então o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e principal dirigente da campanha pelas diretas. A idéia era manter as ruas ocupadas e derrotar a ditadura no próprio colégio eleitoral espúrio que

Era um quadro de crise em agravamento e crescimento do descontentamento popular. O começo da década de 1980 foi marcado também pela crise do modelo econômico baseado no endividamento externo.

ela criou para homologar a indicação de seus presidentes.

As manifestações repercutiram entre os quadros da ditadura, cuja crise se aprofundou rapidamente, rachando o partido dos generais, o PDS, com o choque entre aqueles que defendiam a candidatura de Paulo Maluf com os partidários de uma alternativa mais palatável à exigência democrática crescente. A divisão foi consagrada em 11 de junho de 1984 quando José Sarney renunciou à presidência do PDS abrindo caminho para a aliança entre aqueles dissidentes e a oposição. Começava a nascer a Frente Liberal do PDS, formada por políticos como Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Aureliano Chaves, o clã catarinense dos Bornhausen, o próprio Sarney, políticos conservadores que se fortaleceram durante a ditadura e agora se isolavam da direita radical e fascista seguindo seu instinto de sobrevivência política. Eles formaram a base do PFL que, nas décadas seguintes, seria um dos principais eixos da política conservadora e neoliberal no Brasil.

A candidatura de Tancredo Neves à presidência começou a tomar forma depois de um esforço de convencimento em que o dirigente comunista João Amazonas teve papel importante. Em agosto de 1984, formalizou-se a aliança entre o PMDB e a Frente Liberal, para indicar Tancredo Neves como candidato opositor ao colégio eleitoral, e José Sarney como vice, com o compromisso de que aquele seria um governo de transição cuja principal tarefa seria a convocação de uma constituinte em 1986. No âmbito do campo popular e da esquerda, foi relevante o apoio do PCdoB a Tancredo, pois o Partido deu a sua candidatura o apoio de massa negado por correntes, como PT e PDT, que não apoiaram o candidato único das oposições.

Os anos finais da ditadura foram marcados também pelo embate em torno dos rumos do desenvolvimento. O modelo econômico dos militares se esvaía e a encruzilhada histórica em que o país se encontrava traduzia-se na busca de novos caminhos.

De um lado, os setores populares exigiam medidas como a suspensão dos pagamentos da dívida externa, a adoção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, medidas contra a espoliação do país pelo capital estrangeiro, reforma agrária, melhor distribuição de renda, entre outras. “O Brasil

necessita de um novo regime e de um novo governo, de conteúdo democrático e popular”, defendia João Amazonas.

De outro, as classes dominantes insistiam no saneamento fiscal do Estado, privatização das empresas públicas, corte de benefícios sociais e liberdade de ação para o capital, programa já sinalizado em 1976, na campanha pela desestatização.

Na crise da ditadura, a burguesia industrial sentia-se ameaçada pela luta sindical crescente; o grande capital financeiro buscava uma política fiscal para garantir o pagamento de juros e a garantia dos contratos; os latifundiários temiam a reforma agrária.

As posições em confronto tomaram contornos mais nítidos com a aproximação da eleição para a constituinte. Um bom resumo do programa das classes dominantes foi feito pelo empresário Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, então presidente da Fiesp, no artigo “Contribuição para uma constituição Brasileira”, de 1985.

Nele, Bueno Vidigal Filho estabelece um paralelo entre democracia e liberdade para o capital, acusando o Estado de sufocar a iniciativa privada. A democracia, disse, se compara ao mercado, havendo “um perfeito paralelo” entre ela e o processo eleitoral”.

O objetivo de Vidigal era construir a nova ordem sob o comando do capital, mantendo as restrições à luta dos trabalhadores que existiam sob a ditadura. Assim, a “democracia econômica ‘possível’ não passa pelo favorecimento de grupos, mormente de sindicatos, no processo econômico”. Defendia a pluralidade sindical e as mesmas restrições ao direito de greve impostas pelos militares. Essa ampla defesa da liberdade para o capital aparece na condenação dos direitos sociais, que qualifica de “propósitos generosos, mas em geral sem execução” e na consideração de que a justiça social “não pode ser finalidade da ordem econômica”.

Queria também a privatização, apontando a “opressão” resultante da “atuação da infinidade de empresas estatais que controlam setores primordiais da economia”, e investia contra socialistas e comunistas que queriam regulamentar – ou mesmo abolir –, a propriedade privada. Contra a reforma

agrária ele defende para o latifúndio a mesma proteção e tratamento requeridos para “todas as demais formas de capital”.

Por outro lado, a atuação do campo patriótico, democrático e popular na Constituinte, com suas propostas e a mobilização do povo para aprová-las, conseguiu registrar na Carta de 1987-1988 muitos direitos políticos e sociais que levaram conservadores e neoliberais a opor-se a ela desde o momento de sua promulgação e, na década de 1990, a promover profundas alterações que desfiguraram a intenção original dos constituintes.

Durante a transição democrática, que durou mais de uma década e teve uma evolução contraditória, emergiram as principais forças políticas e seus programas antagônicos que hoje continuam em disputa. A busca da normalidade democrática que uniu as correntes da grande frente antiditatorial não permitiu que se explicitassem, com clareza, os programas de reordenamento social defendido por cada uma delas. Projetos de desenvolvimento que foram ficando claros à medida que a crise da ditadura se aprofundou.

Para o povo e os trabalhadores, a superação da ditadura implicava na conquista do fortalecimento

da democracia, na ampliação da soberania nacional, em mais renda, saúde e educação, em relações de trabalho democratizadas. Exigências difusas que confluíram no enorme prestígio alcançado, desde aqueles anos, pelo Partido dos Trabalhadores, e que se traduziu na iminência da conquista da presidência da República pelo candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, em 1989, com apoio do PCdoB e demais correntes progressistas e democráticas.

Mas foi o programa das classes dominantes que prevaleceu na ultrapassagem daquela encruzilhada histórica: com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, em 1989, e mantido sob Fernando Henrique Cardoso. Os anos seguintes à redemocratização foram, assim, marcados pelo conflito acirrado entre os dois modelos – o neoliberal e a exigência, que permanece, de um desenvolvimento autônomo e soberano, num quadro de crise ainda mais profunda, resultado do predomínio do projeto neoliberal durante a década de 1990.

José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios.

Referências bibliográficas

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- Amazonas, João. “Ruptura radical com o sistema”. *Retrato do Brasil (da Monarquia ao Estado Militar) – Depoimentos*. São Paulo, Política, 1985.
- Fiechter, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil, 1964-1972*. Rio de Janeiro, FGV, 1974.
- Joffily, Bernardo. *Istoé Brasil, 500 anos – Atlas Histórico*. São Paulo, Três, 1998.
- Moraes, Maria. “Os riscos e os lucros – a campanha contra a estatização”. *Movimento*, 12 de abril de 1976.
- PCdoB. “Os comunistas e a sucessão presidencial”. Documento da Comissão Nacional pela Legalidade do PCdoB. *Tribuna da Luta Operária*, 10 a 16 de setembro de 1984.
- PCdoB. “O golpe de 1964 e seus ensinamentos”. In: PCdoB. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do Partido Comunista do Brasil, de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.
- PCdoB. “O Brasil numa encruzilhada histórica”. Documento do VII Congresso do Partido Comunista do Brasil, de 1988. In: PCdoB. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do Partido Comunista do Brasil, de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.
- Tribuna da Luta Operária*, 21 a 27 de janeiro de 1985.
- Vaisencher, Anamácia. “Crescimento com democracia” (sobre o “Documento dos Oito”). *Isto É*, 5 de julho de 1978.
- Vidigal Filho, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho. “Contribuição para uma constituição Brasileira”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1985.

Anteprojeto de Reforma da Educação Superior: um novo rumo político

Está em questão manter os rumos do projeto neoliberal ou elaborar as bases para um novo projeto que resgate o caráter público da educação

MADALENA G. PELXOTO

O Anteprojeto proposto pelo MEC – ainda em discussão –, já encontra fortes reações das forças conservadoras que, em nome da liberalização absoluta e da mercantilização da educação, ameaçam – com argumentos de inconstitucionalidade e de ingerência absurda do Estado nas instituições educacionais –, usar todo seu poderio histórico, fortalecido pela política educacional nas últimas décadas, e impedir que o projeto de reforma caminhe no rumo das mudanças e da democratização da Educação superior brasileira. O que se encontra em confronto são posições antagônicas.

De um lado, o projeto político implementado nas últimas décadas, que efetivou uma ampla reforma neoliberal na Educação superior brasileira. Promoveu uma vasta expansão da educação privada; criou mecanismos legais de fortalecimento da mercantilização da educação; retirou o Estado de suas obrigações constitucionais; deu ampla autonomia às mantenedoras em detrimento das instituições educacionais; rebaixou a graduação; não exigiu responsabilidade social das instituições de educação superior que se afastaram da

sua função social – orientando sua expansão e as profundas mudanças estruturais para cumprir a agenda do projeto econômico e social neoliberal de submissão ao capital financeiro internacional, negando a educação como bem público e instrumento de democratização e como estratégica para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

De outro, encontra-se o projeto político defendido pelas amplas forças de resistência que, nas últimas décadas, desenvolveram propostas e uma extensa agenda política formuladas nos CONEDS (Congressos Nacionais de Educação), sintetizados na luta pelo fortalecimento e expansão da educação superior pública, pela democratização do acesso e permanência, pela democratização da educação superior brasileira e pela regulamentação da educação superior privada baseada em parâmetros de resgate da responsabilidade social e da educação como bem público.

O Anteprojeto ainda em debate já recebe raivosas ameaças. Desde sua divulgação já instigou dois editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* – “Reforma Delirante”, de 16/01 e “O Ranço Ideológico”, de 17/01 –, vários artigos e uma capa da revista *Veja* com

respectiva reportagem, nos quais, sem exceção, se condenam os rumos da reforma contidos no Anteprojeto.

Em “Reforma assusta particulares”, artigo d’*O Estado de São Paulo*, as considerações feitas pelo presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior e Coordenador do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na educação, Senhor Gabriel Mario Rodrigues, deixam clara não somente a mobilização do setor contra o Anteprojeto, mas também os principais argumentos que vão sendo construídos.

Um dos argumentos mais enfatizados é de que o Anteprojeto apresentado tem caráter ideológico – como se a contraposição a ele não fosse também ideológica.

Esses projetos em confronto, historicamente, representam interesses sociais e bases sociais e políticas e, nesse sentido, representam também concepções ideológicas. De fato, o Anteprojeto assusta os setores privatistas, principalmente aqueles que vêem a educação como mero meio de obtenção de lucros; exigem a liberalização total do setor como qualquer setor comercial; e consideram todas as exigências de qualidade e de democratização interna como ingerência absurda do Estado.

O problema é que o setor educacional não pode ser considerado meramente como mercantil e comercial. A própria Constituição Brasileira impede tal interpretação, restringindo a liberdade da iniciativa privada à regulamentação da educação nacional e à observância de sua responsabilidade social.

A informação, colocada em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de 1º/02 último – “Reforma que não reforma” – assinado por Arnaldo Niskier, de que a Confederação Nacional do Comércio já se mobiliza através de um grupo de trabalho, para justificar a premissa de inconstitucionalidade, é reveladora –, principalmente pelo argumento a que se apegam – de que a reforma descrimina a livre iniciativa, uma vez que “cumprir as normas gerais da educação nacional não elimina o que tem sido na prática uma cláusula pétrea”, ou seja, para a Confederação Nacional do Comércio, a educação é livre à iniciativa privada e o fato de existir no texto constitucional o adendo “desde que cumprindo as normas gerais da educação nacional” não restringe a liberdade da iniciativa privada. Dito de outra forma: as normas da educação nacional, a

que deveria estar submetida a livre iniciativa, não podem impedir a principal regra que é meramente mercadológica – se isso ocorre é considerado inconstitucional.

Segundo essa lógica, o governo não deverá estabelecer normas para a educação nacional que impeçam a lógica meramente de mercado para a iniciativa privada e, portanto, a responsabilidade social desse setor deve ser considerada na medida de seu caráter mercantil, portanto, já regulamentada pelo código do consumidor e pelas regras do Comércio.

Conforme outro argumento que tem sido usado, o Anteprojeto contém uma ingerência absurda do Estado na educação. Aqui, novamente encontramos uma concepção ideológica sobre o papel do Estado, expressa na concepção do chamado Estado mínimo, que deve se desincumbir da garantia universal dos direitos sociais e da sua regulamentação e como orientador de um projeto de desenvolvimento regido pelos interesses nacionais, devendo ser máximo para garantir os interesses do capital, principalmente o internacional e dirigir suas ações dentro da lógica do mercado.

Os mesmos setores que defendem o Estado Mínimo souberam torná-lo máximo para seus interesses.

Promoveram uma liberalização total da iniciativa privada na educação superior brasileira, souberam dirigi-lo no sentido do sucateamento da educação superior pública e utilizaram grandes e vantajosos financiamentos do BNDS para a expansão do seu capital. E, recentemente, em que pese novamente as vantagens desse setor no programa PROUNI, promoveram um *lobby*, buscando ainda mais vantagens na isenção de impostos e na diminuição da contrapartida.

E esses mesmos setores consideram ingerência absurda do Estado a exigência de qualidade, de democracia interna, de autonomia das mantidas, ao invés de autonomia das mantenedoras, de acompanhamento da sociedade de suas atividades etc.

No Anteprojeto aparecem, de forma destacada, as particularidades e exigências para o setor público e privado; no entanto, para os empresários da educação o Estado não tem direito de regulamentar a educação privada – interessa-lhes regras gerais, difusas, propícias às suas interpretações, como existem hoje.

Com esse intuito, através de suas inúmeras entidades, em todos os encontros promovidos pelo MEC – que, segundo declaração de seus representantes, também amplamente divulgados –, se concordou sobre a importância da educação superior brasileira na construção de um projeto de desenvolvimento nacional democrático. Inclusive, em muitos discursos foram enfatizados a responsabilidade social e o papel social da educação e seu caráter de bem público.

É claro que todas essas declarações de princípio estão agora em xeque quando se busca a sua efetiva aplicação.

Uma análise mais detalhada do Anteprojeto exigiria necessariamente descrever em seus 100 artigos tanto as propostas para a educação superior pública quanto as para a particular; no entanto, aqui destacaremos os aspectos que mais diretamente desenvolvem os pilares para uma regulamentação da educação superior privada.

O que propõe o Anteprojeto, que tem assustado os setores privatistas e conservadores?

O Anteprojeto apresentado para o debate revela avanços significativos, alguns dos quais passamos a destacar.

1- Estabelece normas gerais para a educação superior e regula o sistema federal; nesse sentido, estão subordinadas à lei tanto as instituições públicas (federais, municipais e estaduais) como também as instituições privadas de todos os tipos, além das entidades de fomento e as fundações de apoio.

2- A lei tem como princípios básicos: o papel social da educação superior, a educação superior como direito e de interesse público, sendo, nesse sentido, obrigação do Estado prover e regulamentar; destaca, ainda, o papel da educação superior dentro de um projeto de desenvolvimento nacional.

3- Estabelece objetivos claros, e importantes, frente à responsabilidade social das instituições de educação superior. Controle externo (participação da sociedade civil – conselho comunitário) e Estado e

controle interno da comunidade acadêmica.

4- Estabelece, na forma da lei, objetivos para a expansão da educação superior pública e obriga a aplicação de ações afirmativas na promoção de igualdade de condições.

5- Compromisso com a liberdade acadêmica, gestão democrática das atividades acadêmicas, ao mesmo tempo em que estabelece a responsabilidade das instituições com o atendimento de políticas públicas de direitos e com os outros níveis de ensino.

6- Obrigatoriedade de concursos públicos para a contratação de docentes, técnicos e administrativos, tanto para as instituições públicas como privadas (art. 28 inciso 1, alínea V).

7- Garantia do contraditório e ampla defesa para professores alunos e funcionários, garantia da liberdade de organização e associação, inclusive assegurando-lhes condições físicas de funcionamento, garantia da livre expressão para estudantes, professores, técnicos e administrativos.

8- Estabelece critérios para a constituição dos órgãos colegiados deliberativos, exigindo proporcionalidade menor para os representantes das mantenedoras. Exige eleições diretas para pelo menos um pró-reitor nas instituições privadas.

As eleições diretas devem ser secretas e unitárias com a participação proporcional de alunos, professores, técnicos e administrativos. Estabelece a garantia da

livre expressão de professores, estudantes e técnicos administrativos e de suas entidades representativas, assegurando o livre acesso de dirigentes sindicais de entidades regionais e nacionais.

9- No corpo da lei relaciona-se a liberdade de ensino à iniciativa privada na razão e nos limites da função social da educação superior.

10- Restabelece o caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as universidades e entre ensino e extensão para os Centros Universitários. Estabelece três tipos de instituições de educação superior: Universidades, Centros Universitários e Faculdades. Acaba com os Institutos superiores e

No corpo da lei relaciona-se a liberdade de ensino à iniciativa privada na razão e nos limites da função social da educação superior.

faculdades integradas. Retira ao mesmo tempo a possibilidade de universidades por área de saber. Substitui na lei, área de saber, por campo de saber, exigindo que as Universidades ofereçam cursos em pelo menos três campos de saber, possuam pelo menos três cursos de mestrado e um de doutorado, além de programas de extensão em todos os campos de saber.

Nas universidades serão obrigatórias a gestão democrática e colegiada e a valorização profissional dos docentes e servidores, técnicos e administrativos da instituição. Na lei distingue-se autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial de autonomia didático-científica subordinando a primeira à segunda. Segundo ela, o estatuto da universidade deverá garantir liberdade de pensamento, livre produção e transmissão de conhecimento e assegurar, entre outras coisas: a) organização da comunidade acadêmica em colegiados e órgão de direção com capacidade decisória, com a participação de estudantes, professores, técnicos e administrativos e sociedade civil; b) organização do conselho comunitário; c) planos de carreira do corpo docente, técnico e administrativo.

11- Restabelece a importância dos cursos de graduação, fazendo uma distinção na lei desse tipo de curso, com os de caráter seqüencial, conferindo direito de diploma apenas aos cursos de graduação, que deverão ter no mínimo três anos e, em alguns casos, no mínimo quatro.

12- Coloca a obrigatoriedade da avaliação interna e externa, com a composição dos representantes da comunidade acadêmica na comissão de avaliação, escolhidos democraticamente, e vincula o credenciamento ao controle externo e interno.

13- Cria a comissão de acompanhamento externo (conselho comunitário), da qual devem participar representantes dos trabalhadores. O Conselho comunitário será constituído pelo reitor, que o presidirá; o vice-reitor, que o substituirá; por representantes do poder público de qualquer nível de governo; e sempre com participação majoritária de representantes de entidades de fomento científico e tecnológico, entidades corporativas, associações de classe, sindicatos e da sociedade civil.

14- Exige que cada instituição elabore um PDI (Plano de desenvolvimento institucional), que deverá ser necessariamente aprovado pelo colegiado su-

perior de gestão da instituição e que será avaliado e acompanhado pelo MEC, levando em consideração a qualidade de ensino pesquisa e extensão, a gestão democrática, a valorização profissional dos trabalhadores e as necessidades de desenvolvimento nacional e regional.

15- Estabelece critérios diferenciados de autonomia para mantidas e mantenedoras, colocando na lei distinções entre as duas e obrigações e restrições das mantenedoras com relação à vida acadêmica e a organização democrática.

Estabelece normas e regulamenta as entidades mantenedoras, exigindo entre outras coisas que: as entidades mantenedoras de instituições de educação deverão contar em seus conselhos com pelo menos 30% de doutores ou profissionais de comprovada experiência educacional, controle patrimonial e do capital total e volante a brasileiros natos ou naturalizados a pelo menos 10 anos; a transferência de cursos e instituições de educação superior entre mantenedoras deva ser previamente aprovada pelo MEC; e não exista a remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes (art. 67 inciso 1, alínea b).

Estabelece, ainda, que no decorrer do período de autorização prévia para ofertas de cursos superiores, as instituições de educação superior, bem como suas mantenedoras, serão submetidas aos processos de supervisão, verificação e regulação (art.79 – inciso 1) e, uma vez credenciadas as instituições e suas mantenedoras, serão periodicamente credenciadas, mediante processo permanente de avaliação de qualidade na forma da lei (SINAES) (art.83).

16- Coloca exigência de plano de carreira, compromisso com a qualificação profissional e percentual de contrato de tempo e titulação para as Universidades e Centros universitários.

17- Cria um Sistema Nacional de Educação Superior, designado Sistema Federal, que será constituído por: seu órgão normativo (Conselho Nacional de Educação) como órgão executivo (Ministério da Educação); e o Fórum Nacional da Educação Superior (órgão consultivo da Câmara de Educação Superior do CNE), como instância de articulação com a sociedade, que deverá ser convocado periodicamente e ouvido obrigatoriamente na elaboração do PNE.

18- Define, com clareza, as Instituições privadas de educação superior dos tipos comunitária e confessional, dando características diferenciadas entre os dois tipos. As comunitárias pelo seu caráter devem ser objeto de políticas especiais de qualificação promovidas pelo Ministério da Educação (Seção II, art. 69, 70, 71).

19- Estabelece para todas as instituições de educação superior privadas a exigência de constituição de um conselho superior composto de forma colegiada, responsável pela elaboração das normas e diretrizes acadêmico-administrativa. Regula que na composição desse colegiado deve existir: representação docente, discente e dos técnicos administrativos e da comunidade; com exceção dos representantes da comunidade, todos devem ter vínculo comprovado com a instituição, e os que têm somente vínculo administrativo não devem ultrapassar o nível de representatividade de 10% (art. 72, parágrafo único – alíneas I, II, III, IV e IV.).

20- Estabelece norma restringindo a passagem de um tipo de instituição para outro, ou seja, somente poderão reivindicar a passagem para a categoria de Universidade as instituições que forem Centros universitários há pelo menos 5 anos e que estiverem com todos os requisitos cumpridos.

Estes são, resumidamente, os aspectos que mais “assuntam” nos 100 artigos da proposta de Anteprojeto os setores privatistas e conservadores. Basicamente os que democratizam as instituições colocando-as em consonância com a formação de profissionais e pesquisadores para uma sociedade democrática; os que exigem das mantenedoras de instituições educacionais diferenciações próprias chamando-as à responsabilidade de quem pretende exercer atividade educacional; os que redefinem as diferenciações entre os diferentes tipos de instituições exigindo relevância social, qualidade e compromisso diferenciado das que, por serem universidades, a Constituição Brasileira concede autonomia; os que impedem o rebaixamento da graduação ocorrido nas últimas dé-

cadadas através dos cursos de curta duração e de rebaixamento da formação dos docentes para ensino fundamental – como os cursos seqüenciais e os promovidos pelos chamados Institutos Superiores de Formação de Professores –, tão lucrativos para a iniciativa privada e tão nocivos para formação de profissionais e a qualidade da educação fundamental.

O Anteprojeto está em debate e estão sendo chamados a mandar suas observações não só os setores ligados à educação como também os movimentos populares do campo e da cidade, as organizações sindicais nacionais, de profissionais, científicas e acadêmicas, que já participaram da etapa anterior e que agora, diante da proposta de Anteprojeto, devem enviar ao MEC suas discordâncias e observações.

No entanto, em que pesem as várias observações e discordâncias que serão enviadas ao Ministério pelo movimento educacional e social organizado, é fundamental a defesa decidida dos avanços já contidos no Anteprojeto.

Nesse embate, dois campos de luta vão se demarcando. Num deles, estão as entidades e organizações que historicamente se definem pela resistência e luta contra a privatização e mercantilização e sempre resistiram à implementação do projeto neoliberal na educação e que lutam por uma mudança de orientação política na educação no geral e na educação superior, em particular.

No outro, os setores que pretendem manter a orientação da política educacional das últimas décadas – a eles extremamente favorável –, os representantes da liberdade absoluta de aferir lucro e do rebaixamento do papel estratégico do ensino superior brasileiro. Neste campo, encontram-se os setores antidemocráticos e conservadores que não se dividirão na contraposição aos avanços.

Em que pesem as várias observações, é fundamental a defesa decidida dos avanços já contidos no Anteprojeto.

Madalena G. Peixoto é diretora-geral do Centro de Educação da PUC-SP e coordenadora-geral da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação).

Na história do Brasil, os oprimidos, na maioria das batalhas que travaram, tiveram de empreendê-las duas vezes – na primeira, para protagonizar a resistência, a luta, a conquista, o fato histórico em si; na segunda, para divulgá-lo, fazê-lo reconhecido oficialmente e conhecido do conjunto da nação.

De qualquer modo, à época, parcelas da opinião pública tiveram conhecimento da Guerrilha pela imprensa clandestina, sobretudo pelas páginas do jornal *A Classe Operária*, e por veículos de comunicação do exterior. E assim, de folha em folha, de boca em boca, se espalhava a boa nova de que nas selvas da Amazônia, no sul do Pará e na região do Bico do Papagaio – então, pertencente a Goiás –, a luta guerrilheira desfraldara a bandeira da liberdade.

Guerrilha do Araguaia, que a Editora Anita Garibaldi, agora lança em quarta edição, integra, de modo destacado, o conjunto das iniciativas editoriais que disseminaram o verdadeiro significado desse movimento guerrilheiro.

Sua primeira edição, em abril de 1982, foi apreendida pela polícia federal por determinação do Ministério da Justiça. Os responsáveis pelo seu lançamento em Salvador, Bahia, foram presos e, inclusive, torturados. Em São Paulo, João Amazonas, um dos organizadores da publicação, foi chamado a prestar depoimento. Divo Guisoni, diretor da Editora Anita, foi detido e obrigado a percorrer as livrarias para as quais ela havia sido distribuída. Em cada estabelecimento, a par que agentes recolham os exemplares da publicação, o editor fazia um ato de protesto.

Resultou em nulidade o plano dos ditadores de sepultá-la num esquife de chumbo. Apesar de haver decretos determinando que os documentos oficiais referentes ao episódio devam permanecer secretos, por séculos sem fim, já são dezenas e dezenas as publicações, os estudos acadêmicos, as reportagens, que buscam elucidar suas diferentes dimensões.

A guerrilha do Araguaia continua a vicejar



Esta quarta edição de *Guerrilha do Araguaia* foi idealizada com o propósito de trazer mais luz a esse episódio encoberto por décadas pelo manto do obscurantismo e da censura. Por isso, vem enriquecida e atualizada com artigos e entrevistas, nas quais jornalistas, pesquisadores e dirigentes do Partido que a organizaram perscrutam o seu alcance e significado, apontam os acertos e erros, e sistematizam os seus ensinamentos.

Entre o material novo desta edição, há uma entrevista do presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Renato Rabelo, em que analisa, já com o crivo do tempo e da história, com olhar da atualidade, o legado dessa jornada. Passa a fazer parte da publicação, um precioso trabalho de reportagem e análise do advogado dos posseiros do sul do Pará, Paulo Fonteles. Publicado, no início dos anos '80, no jornal *Tribuna da Luta Operária*, ele revela com base em

depoimentos de camponeses da região, que viveram o conflito, o largo apoio da população local ao movimento guerrilheiro. Fator decisivo para que o mesmo tivesse condições de enfrentar, por quase três anos, uma das maiores operações de guerra já empreendidas pelas Forças Armadas. Anos depois, Fonteles, que era também dirigente do PCdoB, foi cruelmente executado pela pistolagem do latifúndio.

Mais de trinta anos depois, o leitor vai ler nesta publicação que a Guerrilha do Araguaia, mesmo derrotada militarmente, continua a vicejar. Os vencedores, pelas atrocidades cometidas, escondem-se. Os guerrilheiros são celebrados pelo povo e amados pela juventude. As sementes – por eles, plantadas –, de convicção ao grande ideal socialista, de amor ao Brasil e à causa democrática e patriótica, germinam sem cessar.

Guerrilha do Araguaia – Uma epopéia pela liberdade, São Paulo, Anita Garibaldi, 2005, 208 páginas.

ADALBERTO MONTEIRO

Em 1928 os comunistas criaram o Bloco Operário e Camponês. Este, na verdade, sinalizava para o objetivo estratégico de construção de uma aliança entre operários e camponeses. Pouco tempo depois o Bloco foi desfeito sem que pudesse cumprir sua missão. Por longos anos a “unidade operária e camponesa” não passou de um projeto de difícil realização.

Apenas no início da década de 1950 essa situação começou a ser alterada com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Nesse processo coube ao Partido Comunista um papel de extrema importância. No entanto, só muito recentemente essa atuação começou a receber um tratamento adequado. Mesmo assim este é um assunto pouco estudado.

O livro *O Camponês e a história – A construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*, organizado por Paulo Ribeiro da Cunha, nos ajuda a ir preenchendo as lacunas existentes na história das lutas camponesas. O biografado foi um dos principais dirigentes sindicais comunistas no campo nas décadas de 1950 e 1960. Iniciou sua ação entre os posseiros no Rio de Janeiro e em 1953 participou como delegado na I Conferência Nacional de Camponeses. No final desse mesmo ano foi delegado à Conferência Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, realizada em Viena.

No ano seguinte foi fundada a Ultab e ele foi eleito um de seus dirigentes, passando a colaborar com o jornal comunista *Terra Livre*. Apesar de existir o direito de sindicalização rural, até o início da década de 1950 apenas seis sindicatos conseguiram ser reconhecidos. À repressão dos latifundiários se somavam os entraves burocráticos impostos pelo governo. A nova entidade ajudou a dinamizar o processo de formação de entidades de trabalhadores no campo.

No entanto, após o XX Congresso do PCUS, ocorrido em 1956, abriu-se uma grave crise no interior do PCB. A Ultab ficou praticamente paralisada até 1959, quando ele foi indicado para sua presidência. Imediatamente foi convocado o I Congresso de Trabalhadores

Uma memória das lutas camponesas

Agrícolas que se realizou em Belo Horizonte. No final de 1963 esteve à frente do congresso de fundação da CONTAG para a qual foi eleito presidente.

Quando do grande cisma do movimento comunista brasileiro ocorrido em 1962, ficou com a maioria comandada por Prestes e

optou pelo Partido Comunista Brasileiro. Uma minoria expressiva de revolucionários, liderada por João Amazonas e Maurício Grabois, reorganizou o Partido Comunista do Brasil – agora com a sigla PCdoB.

Depois do golpe militar de 1964, o governo intervuiu na Contag e Lyndolpho foi obrigado a entrar na clandestinidade. Teve seus direitos políticos cassados e foi condenado a mais de 10 anos de prisão. Mudou-se para São Paulo e passou a compor a direção clandestina do PC brasileiro na capital. Quando houve o racha no PCB, capitaneado por Carlos Marighela, então secretário político da organização no estado, novamente ficou com o grupo de Prestes.

Com o recrudescimento da repressão contra a direção do PCB foi obrigado a abandonar o país e se refugiou na Tchecoslováquia.

Embora tivesse sido presidente de entidades camponesas importantes, continuou sendo por longos anos um quadro partidário intermediário. Apenas no exílio ele passou a fazer parte da direção nacional do PCB. Foi nesta condição que regressou ao país em 1979. No confronto entre Prestes e a maioria da direção partidária, novamente ficou com a última. A sua posição em relação à unidade do partido refletia as virtudes e os limites desse importante ativista comunista. Ele possuía uma visão esquemática e doutrinária do centralismo-democrático. Isto o conduziu, já no fim da vida, a aceitar a liquidação do PCB e a sua transformação em PPS.

O camponês e a história – A construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva, Paulo Ribeiro da Cunha (org.), Instituto Astrogildo Pereira, São Paulo, 2004.

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE

Dualidade Brasileira e governo Lula

Encontrei no nº 76 de *Princípios* um artigo que me elucida bastante sobre o problema da dualidade no Brasil. Gostaria de pedir aos autores, Carlos José Espíndola e José Messias Bastos, que retomassem o tema esmiuçando as questões que hoje enfrentamos sob o governo Lula para que as análises feitas por outros autores – sobre a reforma agrária, as medidas de desenvolvimento regionais e a própria contradição entre uma linha financista da economia e a de desenvolvimento econômico social – possam adquirir maior objetividade.

Os que se empenham na defesa do atual governo ficam embaraçados com as contradições, aceitando-as como inerentes a uma necessária aliança entre tendências ideológicas diferentes, ora atacando ideologicamente o rumo tomado pelo governo, ora se calando amargurados diante de fatos que ameaçam as transformações necessárias ao futuro independente do país.

Zillah Branco
Itanhaém/SP

Estudos marxistas no jornalismo

Estou escrevendo a minha monografia de conclusão de um curso de Marketing Político e Propaganda Política que fiz na USP. O curso foi horrível e nem interessa.

Mas estou aproveitando a pesquisa feita para a monografia e estou escrevendo também sobre a falta de estudos de marxismo, nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Comunicação Social existentes no Brasil, dos quais saem (sem nenhum marxismo nas respectivas cabecinhas autistas) os jornalistas e publicitários autistas que, depois, bioprofissionalizam-se nas campanhas eleitorais do hoje chamado "Marketing Político" (argh!).

Abraços a todos.

Caia Fittipaldi
São Paulo/SP

Calha Norte: investimentos Lula x FHC

Enquanto no governo FHC foram investidos apenas R\$29.162.895,00 (correspondentes ao total de investimentos em 2000) no governo Lula, somente em 2003 houve um total da ordem de R\$51.139.534,00; ou seja, R\$21.976.639,00 a mais FHC deixou de investir. E, vejam mais:

No setor de construção de embarcações enquanto o governo Lula investiu R\$1.500.000,00, FHC investiu sabem quanto? R\$0,00! É isso mesmo, tudo isso!

Construção de escolas de ensino fundamental na região da Calha Norte, nosso governo investiu R\$500.000,00 contra R\$0,00 do governo FHC.

Implantação de unidades militares na região da Calha Norte: governo Lula R\$1.950.000,00; FHC R\$0,00.

Construção de Aeródromos na região da Calha Norte: governo Lula R\$1.560.9000,00; FHC R\$0,00!

Os grandes projetos minerais continuam sendo de vital importância para o Brasil, tanto no desenvolvimento industrial interno quanto na busca de divisas ao país. A notícia mais recente é a descoberta e exploração pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), da Mina do Sossego, cujo potencial promete diminuir sensivelmente a dependência do Brasil no quesito cobre.

Uma das grandes metas do governo Lula será tornar o país auto-suficiente em petróleo até o final de 2006.

José Sisti
São Paulo/SP

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Aloísio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, Elias Jabbour, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.
Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, João Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino
Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Elias Jabbour – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Laércio D' Angelo Ribeiro
Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni
Administração: Zandra de Fátima Baptista
Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros
Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira
PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 3266-4312 – anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omagás, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Sílvio Romero:** Pça. Sílvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIO:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do Salete, 330 - fone 328-6328. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Cd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Av. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonex 465-5919; Shopping Tacaruna: fonex 421-6460 e Shopping Guararapes: fonex 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonex 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçadão:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobrelôja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins Ij. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

2005

VAI TER A SUA CARA.

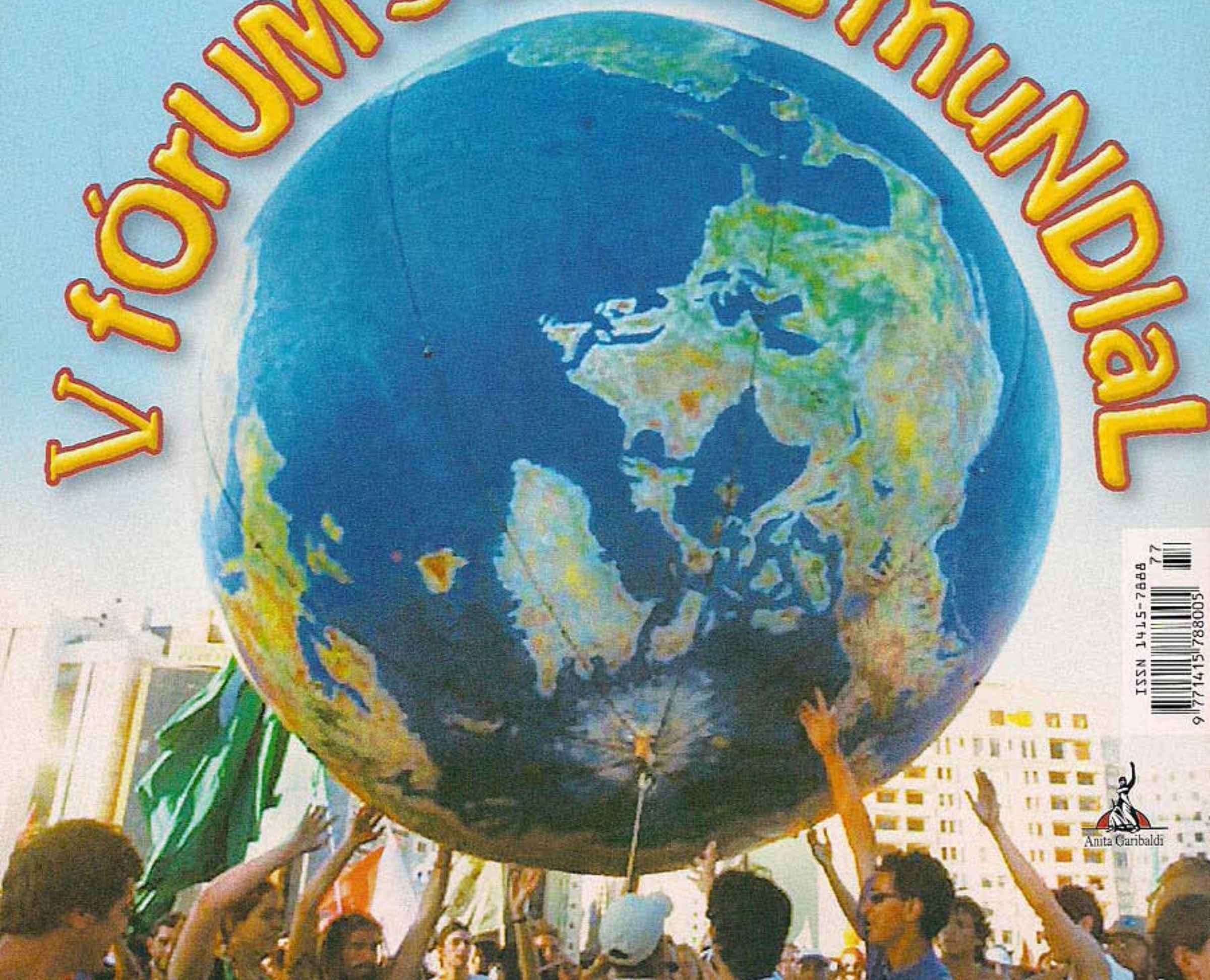
O povo de Olinda vai ter um Ano Novo com a sua cara. Um ano corajoso, trabalhador e decidido. Um ano que olha para trás, para aprender com os exemplos, mas segue em frente, na direção do futuro. 2005 vai ser um ano de muitas batalhas e de grandes conquistas. Ano do trabalho, do suor e da satisfação. Um ano sorridente, como o povo e como nossa Olinda, melhor ainda.

Olinda. A cada ano, melhor ainda com a Prefeitura Popular.



Porto Alegre foi sede – de 26 a 31 de janeiro de 2005 – de mais um Fórum Social Mundial, desta vez a sua quinta edição. Os 155 mil inscritos, aproximadamente 180 mil participantes, de 135 países – dentre eles 35 mil jovens acampados –, envolveram-se em mais de 2500 atividades. O V FSM foi um grande evento em defesa da paz, contra a guerra imperialista e palco de debates, articulações e de programação das mobilizações de massas. O FSM é um espaço aberto cada vez mais vasto, extenso e nele se apresentam quase todas as idéias ou movimentos críticos às políticas neoliberais e ao domínio do capital.

V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL



ISSN 1415-7888 77
9 771415 788005



Anita Garibaldi